

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JORNALISMO E DELIBERAÇÃO
LUTA POR RECONHECIMENTO E O NÃO-OUTRO GENERALIZADO NA MÍDIA IMPRESSA
PERNAMBUCANA

Rafael Salviano Marques Marroquim

RECIFE
2012

RAFAEL SALVIANO MARQUES MARROQUIM

JORNALISMO E DELIBERAÇÃO

LUTA POR RECONHECIMENTO E O NÃO-OUTRO GENERALIZADO NA MÍDIA IMPRESSA
PERNAMBUCANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza.

RECIFE
2012

Catálogo na fonte
Andréa Marinho, CRB4-1667

M361j Marroquim, Rafael Salviano Marques
Jornalismo e deliberação: luta por reconhecimento e o não-outro
generalizado na mídia impressa pernambucana / Rafael Salviano
Marques Marroquim. – Recife: O Autor, 2012.
155p.: il.; 30 cm.

Orientador: Marco Antônio Mondaini de Souza.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CAC. Comunicação, 2012.

Inclui bibliografia e apêndices.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Identidade. 4. Reconhecimento
(Direito). I. Souza, Marco Antônio Mondaini de (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22.ed.) UFPE (CAC2012-105)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Rafael Salviano Marques Marroquim

Título: “Jornalismo e deliberação: luta por reconhecimento e não-outro generalizado na mídia impressa pernambucana”

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza.

Banca Examinadora:

Marco Antônio Mondaini de Souza (orientador)

Heitor Rocha da Costa Lima

Laurindo Leal Filho

Recife, 29 de fevereiro de 2012.

AGRADECIMENTOS

A dissertação foi resultado das investigações e pesquisas dos últimos dois anos. A discussão em torno dos movimentos sociais e da cobertura midiática teve início no começo de 2011, depois da análise das notícias reportadas pelos jornais pernambucanos.

Nessa trajetória, agradeço, inicialmente, ao prof. Dr. Marco Antônio Mondaini pela orientação e apoio. Sou grato pelo incentivo e pela aposta no resultado deste estudo desde o princípio, quando contribuiu na escolha de um objeto mais representativo e no aprofundamento teórico para além das teorias do jornalismo.

Os professores Heitor Rocha e Sérgio Gadini também participaram, direta e indiretamente, da conclusão da pesquisa. Orientador desde a iniciação científica, Heitor vem acompanhando cada desdobramento dessa investigação. Gadini, mesmo à distância, realizou uma leitura cuidadosa e sugeriu mudanças na etapa de qualificação incorporadas à proposta final.

Aos amigos e parceiros do Núcleo de Estudos e Ações sobre a Democracia e os Direitos Humanos (NEADDH), que contribuíram, conjuntamente, na escolha dos jornais a serem investigados e nas variáveis apontadas na construção do índice. Entre eles, destaco Aline Lucena, Ana Veloso, Haymone Neto, Priscilla Cordeiro, Rudrigo Rafael e Thiago Zaydan.

A pesquisa não alcançaria a abrangência pretendida sem o esforço de Taynan Barbosa, Edialda Luna, Ana Priscila e Éricka Lins, que contribuíram na seleção dos textos e na catalogação das fichas de registro. A construção do índice e obtenção da sua significação estatística também só se tornou possível pelo apoio de Wagner Santos, amigo e especialista em métodos quantitativos.

Agradeço também ao Centro de Cultura Luiz Freire, pelo apoio prestado por Ivan Moraes Filho na elaboração da ficha de registro, na apresentação de outras iniciativas no monitoramento dos veículos de comunicação, além da parceria firmada para a produção de artigos sobre o tema em questão no sítio OmbudsPE.

A Dirceu Marroquim, irmão e companheiro de todas as horas, pela revisão e indicação de outras fontes de pesquisa, e a Antônio Netto, Lucas Camarotti, Pedro Holanda e Mateus Samico, amigos sempre dispostos ao debate desde os tempos de ginásio. Não poderia esquecer de Ricardo Mello pela amizade, conselhos e compartilhar de experiências por uma comunicação mais humana e aberta ao interesse público.

A Julia Pereira, minha namorada, pela cumplicidade, afeto e compreensão durante os momentos de ausência quando da finalização desta pesquisa. Sua participação se estendeu a todas as etapas de investigação, com a leitura atenta dos textos produzidos ao longo do mestrado.

Aos meus indissociáveis pais, José Ricardo e Amélia Salviano, pelo incentivo ao estudo e pelo amor incondicional.

RESUMO

Este estudo pretende apresentar como os jornais reiteram, em situações determinadas, a *generalização* de um “*não-outro*”, isto é, como imprimem lacunas na composição da notícia que negam o reconhecimento de motivações (ou mesmo o direito à voz) de atores coletivos no espaço público. A análise parte de dois eixos centrais: como os discursos de públicos críticos ou invisíveis, à margem do discurso formal, são incorporados pelo campo jornalístico e de que modo essa imagem ofertada pelos *media* se relaciona ao exercício de fiscalização sobre o poder político. Como recorte, investigamos os acontecimentos sobre os movimentos sociais reportados em três jornais pernambucanos - Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco. Ao longo de seis meses de investigação diária, observamos que as notícias sobre esses atores são escassas, com ausência de pluralidade significativa e presas, sobretudo durante manifestações e protestos, ao critério legitimador de retorno à ordem. Apesar de fazerem menção às reivindicações, os periódicos pouco associam o reconhecimento da causa empreendida pelos movimentos aos direitos humanos. Esse conjunto de referenciais foi agrupado em diferentes indicadores para composição de um índice estatístico de avaliação da cobertura sobre as ações coletivas. A proposta é que ele sirva de base para setores da sociedade civil, do poder público local e das próprias organizações na promoção do direito à comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo; identidade; reconhecimento; espaço público; deliberação.

ABSTRACT

This study intends to present how newspapers reiterate, in specific situations, the *generalization* of a “*non-other*”, that is, how they cause gaps in the composition of news, denying the recognition of motivations (or even the right to a voice) of collective actors in the public space. The analysis comes from two central axes: how the discourses of critical or invisible audiences, at the margin of the formal discourse, are incorporated by the journalistic field and how this image offered by the *media* is related to the practice of monitoring the political power. As main focus, we investigated the events regarding social movements reported by three newspapers in Pernambuco – Jornal do Commercio, Diario de Pernambuco and Folha de Pernambuco. Throughout six months of daily investigations, we observed that the news published about these actors are scarce, with an absence of significant plurality, and chained to the legitimizing criteria of a return to the order, mainly during demonstrations and protests. In spite of making reference to claims, the periodicals hardly ever make an association between the cause defended by the movements and human rights. This set of referentials was grouped into different indicators for the composition of a statistical index of evaluation for the coverage of collective actions. The proposal is that it will serve as basis for actors from the civil society, local public powers and the organizations themselves, in the promotion of the right to communication.

Keywords: Journalism; identity, recognition; public space; deliberation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Índice (Média geral)	94
Tabela 02	Índice (Causa e intervalos)	95
Tabela 03	Índice (JC)	96
Tabela 04	Índice (Causa e intervalos – JC)	97
Tabela 05	Índice (FPE)	98
Tabela 06	Índice (Causa e intervalos – FPE)	99
Tabela 07	Índice (DP)	100
Tabela 08	Índice (Causa e intervalos – DP)	101
Tabela 09	Editorias	104
Tabela 10	Tipo de texto	106
Tabela 11	Aprofundamento	107
Tabela 12	Versões	110
Tabela 13	Mais de uma versão	111
Tabela 14	Versão única	113
Tabela 15	Fontes	118
Tabela 16	Personagens	122
Tabela 17	Reconhecimento (motivação)	124
Tabela 18	Reconhecimento (direitos humanos)	126
Tabela 19	Enquadramento (cartas)	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. JORNALISMO E IDENTIDADES.....	17
1.1 Rediscutindo George Mead	18
1.2 Identidades, ação coletiva e movimentos sociais	26
1.3 Não-outro generalizado e composição da notícia	36
1.4 Reconhecimento coletivo e instâncias de aparição.....	46
2. MOVIMENTOS SOCIAIS E ESPAÇO PÚBLICO.....	50
2.1 Esfera pública em novos contextos	51
2.2 Entre atos e atores.....	66
2.3 Acessos ao campo político	74
2.4 Deliberação e idioma público da mídia	83
3. MÍDIA E ATORES COLETIVOS.....	88
3.1 Dos processos	88
3.2 Movimentos sociais na imprensa pernambucana	92
3.2.1 Distribuição no tempo e renúncia de acontecimentos	102
3.2.2 Versões e renúncia do debate	109
3.2.3 Fontes e personagens	114
3.2.4 Renúncia ao reconhecimento e aos direitos humanos	123
3.2.5 Entre quadros e acontecimentos	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	146
APÊNDICE	152

INTRODUÇÃO

A relação entre a mídia e os movimentos sociais tem assumido, nas últimas décadas, papel central nas sociedades contemporâneas, marcadas por um espaço público cada vez mais fragmentado e dependente de informação. Ao mesmo passo em que se assiste à concentração de bens simbólicos, torna-se também evidente a presença de sub-públicos ou públicos críticos com interesses e necessidades de representação específicas. Identidades coletivas reafirmam sua condição ante discursos institucionalizados do campo político-institucional, incorporando outras visões de mundo em torno do direito e das possibilidades de participação. A dimensão de realidade propiciada pelo jornalismo perpassa, desse modo, a intervenção desses atores no processo de decodificação e de crítica ao presente comum. Contudo, revela ainda a necessidade de estratégias desses movimentos para se fazerem “visíveis” no ritual periódico da prática jornalística de transformar acontecimentos em manchetes.

No discurso dos *media*, as possibilidades circunstanciais do que vem a ser um acontecimento consistem na criação de “relevos” – desequilíbrio na ordem do estado de coisas – que são percebidos e, em seguida, reconhecidos pelos sujeitos. Enquanto conjunto de signos, se prolifera na epiderme da história nos mais diferentes recônditos e traz o ‘novo’, como fonte mediada pela experiência social. O fato¹ irá adquirir valor-notícia quando se consolida como lógica reversa das operações cotidianas. Restringe-se da vasta gama dos ocorridos a um conjunto diminuto de referências. Esse processo de seleção, baseado em critérios nítidos de produção da notícia, revela potenciais de visibilidade no idioma público², gera um espaço de informação que parte de “bruto”- por intermédio do jornalismo - ao acontecimento interpretado.

Entretanto, a transposição de elementos do cotidiano, ofertada como parte da realidade pela prática jornalística, não deve ser compreendida exclusivamente no âmbito das disrupções ao estado natural de coisas. Ela também predomina no campo da ordem (necessidade de emergências simbólicas). O jornalista, nesse ponto, deve ter “a capacidade de ver a descontinuidade no contínuo do mundo, desordem num estado de ordem (ou o inverso), em suma, perceber o que fez diferença” (CHARAUDEAU, 2006, p. 100). Cabe ao jornalismo, portanto, não só o relato indiscriminado de acontecimentos, mas também a possibilidade de antecipá-los e percebê-los para os tornar parte do debate público. Essa abertura a diferentes

¹ Aqui entendido como particularidade do acontecimento.

² Hall e outros (1999) irá designar o espaço público midiático como “idioma público da mídia”, isto é, a forma como os acontecimentos são narrados ou postos em causa em um contexto marcado pela produção simbólica e pela comunicação.

“vozes”, aparentes no mar de argumentos midiaticizados, possui nítido poder de influência nos processos de mediação entre as causas reivindicadas pela sociedade civil³ e a cobrança que exercem sobre o campo político. Um papel por vezes sobreposto por interesses dirigidos, promovidos pela estratificação do acesso aos *media* e pela dependência dos meios de comunicação a setores do mercado.

Nesse processo diário de elaboração de notícias, os jornais interagem e refletem posições de outros campos ou domínios da experiência, reafirmam discursos ou apofundam “zonas de silêncio”, quando atrelados aos mesmos ambientes narrativos. De certo modo, ao publicarem informações sobre o cotidiano, podem gerar “novos acontecimentos”, com características simbólicas distintas, interpeladas por contextos outros de produção: como a rotina profissional, as crenças ou acervo cultural do repórter, a anuência de um público presumido segundo ordenadores de consumo ou o próprio ambiente sociopolítico de intervenção. Nessas condições, o “simples” relato dos fatos passa a adquirir novos contornos, produz “sentido” sobre os fenômenos sociais e interfere nos posicionamentos revelados no espaço público. Torna-se acontecimento construído, selecionado e refinado por profissionais imersos em estratégias inteligíveis de edificação e classificação da realidade.

No pilar dessa relação encontram-se as fontes, uma das principais motivadoras no “pro-mover” dos acontecimentos de interesse jornalístico. A atitude de levar a público demandas ou expressões por meio dos veículos de comunicação evidenciam uma disputa não desinteressada pelo exercício de poder sobre a interpretação da realidade. Segundo Gans (1979), pode ser representada como um “cabo de guerra”, uma vez que os jornalistas desvendam ou selecionam temas a partir das fontes, mas a decisão sobre sua publicação exige a adoção de critérios, ou a adequação às audiências, com base no espaço e no tempo previstos para composição do noticiário. Parte ainda de decisões editoriais, resultando em uma complexa rede discursiva na construção social da notícia. Nesse sentido, o estudo do jornalismo vai além da dimensão instrumental da técnica, da provisão indiscriminada de enunciados, para se estabelecer como elemento-chave na incursão de temas voltados às estruturas de poder ou na evidência de causas reivindicadas e situações de injustiça ou de opressão abarcadas pelos atores coletivos - à margem do discurso formal na tomada de decisões.

³ O conceito de sociedade civil aqui abordado parte da delimitação proposta por Habermas (1997, p. 99), a dizer, “um núcleo institucional formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida.” Envolve também o conjunto de movimentos, associações civis, organizações culturais, opiniões públicas e iniciativas cidadãs por meio de ações coletivas na esfera pública, levando temas e reivindicações no espaço público político.

A atuação dos movimentos sociais, que se contrapõe às unidades de significado produzidas pelos discursos mais generalizados (dominantes), se mostra como importante eixo dessa ambivalência entre fontes e o campo jornalístico. Ao terem em perspectiva modelos alternativos de desenvolvimento, esses atores dão a conhecer outras possibilidades de intervenção no hemisfério político, redefinem barreiras com o poder constituído e discutem novas formas de participação na democracia.

Inserido nesse contexto, este estudo busca abordar como o universo midiático incorpora as ações levadas a cabo por esses públicos críticos ou antes “invisíveis” na agenda de acontecimentos noticiáveis. Pretende evidenciar, com isso, como determinadas demandas sociais organizadas são enquadradas no discurso empregado pelos *media*, sobretudo tendo em vista o monopólio deste campo sobre onde e em que circunstâncias as declarações das fontes aparecem, esboçando argumentos que irão contribuir para uma imagem generalizada desses movimentos a outras audiências.

Como recorte de investigação, pretende-se verificar como as notícias interferem na construção de uma “imagem pública” das ações coletivas - seja a partir da exclusão ou da incorporação de fontes com acesso formal ao campo do jornalismo -, na cobertura efetuada sobre os movimentos sociais nos três jornais de maior circulação de Pernambuco (*Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco* e *Folha de Pernambuco*). A proposta foi desenvolver um instrumental técnico e teórico que permitisse o monitoramento do modo como os acontecimentos sobre os movimentos sociais são reportados pelos periódicos. A intenção também consistiu em apresentar um referencial empírico às críticas efetuadas por setores da sociedade civil no que diz respeito à “criminalização” desses movimentos na “grande imprensa”.

Deste modo, tem-se em vista a construção de um instrumento, ainda em etapa de validação e de aprimoramento, que contribua para o posicionamento de setores da sociedade civil e do poder público no controle, na promoção e na garantia do direito à comunicação. O indicador tem por referência o “Marco para avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação”, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e o documento “Indicadores do Direito à Comunicação”, organizado pelo Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes).

A análise compreende as notícias publicadas sobre os movimentos sociais entre os meses de novembro de 2010 e abril de 2011, completando um semestre de investigação. Resultado da combinação de nove variáveis, o índice possui entre os critérios de avaliação o número de acontecimentos reportados sobre os atores coletivos no período, as versões e a

pluralidade apresentada, o aprofundamento (uso de box⁴ ou infográficos e a continuidade na abordagem de temas), além do reconhecimento da reivindicação e a associação aos direitos humanos disposta nos textos.

A forma como as ações dos movimentos sociais são reveladas pelo discurso midiático serão abordadas no **Capítulo 1**. Inicialmente, iremos rediscutir a percepção do “outro” simbolicamente representada nas práticas sociais a partir dos estudos de George Mead (1992). A perspectiva da autorealização, fundamental no reconhecimento dos atores enquanto grupos organizados, estabelece laços e reforça solidariedades, criando um sentimento coletivo de enfrentamento à privação de direitos. Admite, assim, o surgimento de um “nós” que se diferencia pelas ações e objetivos mutuamente compartilhados. Dessa identificação, parte-se para a análise do que caracteriza um dado movimento social e a sua implicação política. Tais condicionantes irão contribuir na transição intersubjetiva das reivindicações dos atores coletivos para uma comunidade alargada de comunicação, pré-condicionadas pela sua inserção à esfera midiática.

Com efeito, parte-se da premissa que o jornalismo descreve protestos e manifestações dos movimentos sociais pautado por um discurso de preservação da ordem pública, contribuindo para a criação de espaços-limite à participação social. O “outro”, nessas condições, passa a ser entendido como inimigo, responsável pelos transtornos no trânsito, pela paralisação do comércio ou como agressor ao direito de ir e vir. A destituição discursiva por parte desses *públicos invisíveis* (HONNETH, 2001) ou de *públicos fracos* (FRASER, 1996) imprime a criação de um “não-outro generalizado”, ou seja, *a constituição de um aparato simbólico que alarga as esferas de marginalização ao compor uma narrativa que representa interesses de uma audiência consumidora e de grupos específicos com forte potencial hegemônico*. A consolidação dessa esfera simbólica de exclusão também se associa aos dispositivos de narração do acontecimento pelos jornalistas, pela rotina nas redações e a uma estrutura viciosa de colher a informação mais acessível, usualmente advinda de fontes oficiais do Estado, corporações, ou de instituições de pesquisa e de outros segmentos do mercado.

A interação entre o jornalismo e os movimentos sociais é, portanto, marcada por uma luta por enquadramentos e produção de sentido no discurso midiático. A necessidade de aparição leva os atores coletivos a uma contra-agenda inscrita, via de regra, nos mesmos padrões notícia dos periódicos, isto é, passam a promover ações de impacto ou de confronto à ordem para serem passíveis de cobertura. Nessa atitude, os antes *invisíveis* tentam ultrapassar

⁴ Suporte adicional para complementar informações nas notícias jornalísticas. Em geral, vem delimitado por margens, como uma caixa.

essa barreira de contenção noticiosa como oportunidade para atrair a atenção de novas audiências, atributo indispensável no despertar de uma opinião mais generalizada como forma de estabelecer um diálogo menos assimétrico entre o movimento e o poder administrativo. Esse trânsito pode se relacionar diretamente com a “não-generalização do outro” ou, pela própria ambivalência do discurso jornalístico, contribuir para uma “luta coletiva por reconhecimento” (HONNETH, 2003) ou por uma ampliação de direitos, revelando a motivação das ações e os contextos que levaram ao seu surgimento. Essa luta não parte da aniquilação do outro em detrimento da preservação do “eu”. Corresponde, ao contrário, a um tipo particular de dinâmica social por presumir a importância dos conflitos como base para uma motivação emancipatória originada de situações de desrespeito e de injustiça, tendo em vista estabelecer uma base moral de reconhecimento recíproco e intersubjetivo das questões sociais.

Marcado pela presença crescente do universo midiático, a relação entre o jornalismo, o espaço público e os movimentos sociais será tema do **Capítulo 2**. Esse espaço de intervenção política abarca, por um lado, as demandas de controle e de repressão do poder administrativo e, por outro, se mostra como ambiente de resistência, aberto aos fluxos de comunicação que podem inscrever novas necessidades no processo de decisão e de formação de vontade. No contexto da globalização, situa-se entre novos e velhos meios, orientado pela centralidade simbólica da aquisição do conhecimento e do acesso à informação como forma de poder. Nesse cenário, também se relaciona a novos contextos de interação com o Estado-Nação e às mudanças nos traços de uma esfera pública “localizada” para escalas “transnacionais” (BOHMAN, 2007), sobretudo ao levar-se em conta o atual papel exercido pelas multinacionais e a formação de blocos econômicos supra-locais. Encontra-se, ainda, imerso em uma sociedade cada vez mais plural e fragmentada, requisitando novas atribuições na promoção da diferença.

Nesta etapa, propõe-se, de início, uma revisão em torno do conceito de esfera pública (Habermas, 2002). As implicações sobre espaço público brasileiro foram norteadas pelo avanço neo-liberal no início da década de 1990 e pela consequente imposição de uma agenda midiática cujo ideal normativo de proteção da imparcialidade e dos critérios da objetividade incorreram sob a ótica da celebração da ordem pública, com claras implicações sobre a cobertura política. O vínculo a esse modelo liberal de democracia – inscrito no *input* dos votos e no *output* do poder -, deslocou o entendimento dos movimentos sociais e de outros setores da sociedade civil como atores imprescindíveis no exercício sobre o poder político, deslegitimando as ações coletivas em formações discursivas caricaturais, como “invasores”,

“baderneiros” ou “vândalos”. O campo político, por seu turno, é enquadrado pelas narrativas palacianas do Congresso ou pela disputa sórdida pelo poder, aumentando a autonomização entre representantes (profissionais da política) e representados. Essa destituição discursiva desvala nas primeiras fendas do que denominamos de *fosso político da notícia*.

Como consequência desse processo, pode-se atingir dois vértices: em primeiro lugar, a presença de uma “vassalagem ao modelo liberal” democrático por parte dos *media*, como podenram Hallin e Mancini (2010, p.27), pautado pela objetividade e pelo critério de legitimação por um pseudo-consenso; em segundo, uma prática jornalística enraizada no enfeudamento patrimonialista com o sistema político, como ocorre na realidade brasileira, em que 56 congressistas são sócios ou possuem parentes na direção de televisões, rádios ou retransmissoras ao redor do país⁵. A contraposição a essa ambientação da política pode ser também equacionada tendo em vista as expressões de democracia mais discutidas no cenário contemporâneo: a liberal, republicana e deliberativa (HABERMAS, 2002; BENHABIB, 1996; DRYZEC, 2008).

O *modelo liberal* de democracia é medido segundo os direitos individuais que dispõem os cidadãos em relação ao Estado. O direito é incorporado pelo seu limiar subjetivo: são “direitos negativos que garantem um espaço de atuação alternativo em cujo limite as pessoas (...) se vêem livres de coações externas” (HABERMAS, 2002, p. 271). No campo político, o papel do cidadão consiste em escolher periodicamente os seus representantes, não necessitando se envolver diretamente na esfera pública política. A natureza desse processo navega, essencialmente, na luta estratégica por posições para disputa pelo poder. Neste sentido, o *modelo republicano* representa, ao contrário, uma afirmação da capacidade das pessoas de agirem racionalmente na resolução de seus problemas, almejando conceitos como a soberania popular e o autogoverno da sociedade. Contudo, parte de um entendimento político apenas no campo da ética e da virtude dos cidadãos voltados ao bem comum. Deixa de prever, com isso, a necessidade de negociação ou de revisão em torno das normas para além da esfera de leis constituídas.

Na concepção *deliberativa*, por sua vez, parte-se do pressuposto de que a democracia carece de cidadãos informados e linguisticamente competentes por meio de uma racionalidade comunicativa. Não se restringe à tomada de decisão durante as eleições, mas se estende às decisões e à participação do público sobre questões políticas. Essa ampliação da arena de visibilidade da vida coletiva compartilha de uma noção mais abrangente da atividade política .

⁵ Dado apontado por relatório do Ministério das Comunicações brasileiro em 2011.

Como procedimento, prevê a deliberação entre atores, o diálogo político. Nesse patamar, a democracia deliberativa se constitui como “modelo conceitual e institucional mais adequado para teorizar a experiência democrática de sociedades complexas” e para “permitir a expressão da diferença sem fraturar a identidade do corpo político, sem se subverter às atuais formas de soberania política” (BENHABIB, 1996, p. 5-6).

A derivação dessa postura de compreensão do político preenche novos requisitos a um dever-ser da prática jornalística, que não exclui, nem deixa ao largo as lutas por reconhecimento no idioma pública da mídia. Com isso, pode-se conceber uma maior atuação dos movimentos sociais no espaço público, pautado pela promoção do debate e pela incorporação dos discursos marginalizados, a dizer, um “jornalismo possível”, mais próximo dos critérios de participação e do diálogo entre a sociedade civil e os poderes administrativo, legislativo e judiciário. Opõe-se, desse modo, frontalmente a um “jornalismo liberal”, como expressão do *fosso político da notícia* e do *não-outro generalizado* discursivo.

Nessa postura, os movimentos sociais assumem papel determinante nas novas formas de politização no espaço público e nas estratégias de visibilidade estabelecidas com o campo jornalístico. Contudo, caberá aos *media* a composição, em larga medida, da imagem pública desses atores coletivos. Essa dependência, torna o jornalismo indispensável na legitimação das ações e na relevância dos movimentos. Sem a projeção dos jornais, as atividades ou eventos organizados podem se tornar um não-acontecimento⁶, por deixar de apresentar maior alcance ou projeção.

É neste contexto de seleção e enquadramento dos acontecimentos que tem início a investigação dos movimentos sociais nos jornais pernambucanos, discutida no **Capítulo 3**. Tais movimentos se apresentam, nesta pesquisa, como ação coletiva portadora de uma identidade, com sentimentos de pertencimento e de solidariedade que geram objetivos comuns, articulados em oposição a um adversário ou a uma situação de desrespeito definida. Decodificam discursos, tornando pública formas de injustiça vivenciadas nas práticas sociais, e abarcam situações de impacto geral, conclamando outras “audiências” em uma luta por ampliação de direitos e por novas socialidades.

O conjunto de variáveis de análise teve como meta demonstrar qual a imagem pública desses atores coletivos, o espaço cedido as suas ações e o reconhecimento admitido pela

⁶ O “não-acontecimento” se refere aos fatos que deixam de atingir maior visibilidade por não serem divulgados pelos veículos de comunicação de maior alcance. Representa, portanto, ações reduzidas a outras estratégias de comunicação ou aos próprios grupos que realizaram a reivindicação. Segundo Sodré (2009), a notícia, enquanto produtora de um acontecimento, inscreve nas relações cotidianas um “real-histórico”, com regimes próprios de temporalidade.

imprensa na disposição dos textos veiculados sobre o tema. Além de avaliar a qualidade do debate pressuposto nas notícias, buscou-se também compreender que fontes são ouvidas e em que circunstâncias suas declarações aparecem no discurso midiático. Ao longo da investigação, observou-se que os movimentos eram passíveis de noticiabilidade a partir da transgressão à ordem que abarcavam, da disrupção empreendida pelas ações. Nos protestos e reivindicações, a diversidade social de “vozes” nas notícias eram agrupadas, via de regra, em torno de um discurso único, sem promover um diálogo mais aprofundado.

Nessas situações, o “outro” era representado como “ameaça”, promotor da “desordem” ou dos momentos de “tensão”, reiterados com frequência pelo relato propiciado pelos periódicos. As ações foram também enquadradas sob a ótica da “ilegalidade”, refletindo uma aproximação com um discurso próximo da “criminalização” ou da “radicalidade”, referenciado por um “pseudo-consenso” em torno das questões reportadas. Os atos públicos eram também vinculados às “consequências” que traziam, em detrimento da abertura ao debate e da discussão das problemáticas. Os resultados apontaram, portanto, para uma cobertura escassa aos movimentos sociais locais (renúncia ao acontecimento), com percentual elevado de notícias de única versão (renúncia ao debate) e de textos que não reconheceram a associação da causa empreendida pelos atores coletivos com os direitos humanos, se aproximando mais do “não-outro” tornado público em detrimento de um outro “jornalismo possível”.

1. JORNALISMO E IDENTIDADES

O reconhecimento do jornalismo como campo, espaço onde sentidos são identificáveis e intermediados, permite a possibilidade de se examinar os processos discursivos e simbólicos engendrados na construção do real a partir da notícia. No entanto, ao invés de considerar esse espaço como “abrigo” a outros domínios da experiência e de representações sociais, parte-se da premissa de que, ao dispor de relações específicas, a prática jornalística opera e interpreta novos universos discursivos, cria sistemas próprios para representar e narrar acontecimentos. Na relação com os movimentos sociais, essa tensão assume papel preponderante, a dizer, uma luta por enquadramentos, por visões de mundo e imagens tornadas públicas.

A dimensão discursiva dessa disputa tem como pano de fundo o surgimento da ação coletiva e o modo como o universo midiático descortina janelas para apresentar confrontos e posicionamentos desse público a outras esferas e audiências. É esta ação que irá contribuir na constituição de uma identidade ao movimento social, tornando-se indispensável na capacidade desses atores em se entenderem como um “nós”, se diferenciando do resto do mundo e, ao mesmo tempo, sendo reconhecido por ele. Inicialmente, iremos abordar as contribuições do interacionalismo simbólico de George Mead (1992), tendo em vista a perspectiva do “outro” representado simbolicamente nas práticas sociais. A percepção da autoconsciência enquanto sujeito será fundamental no reconhecimento de grupos organizados em torno de causas específicas e na relação que podem vir a estabelecer com uma comunidade de comunicação ampliada.

Neste cenário, será também analisado o que caracteriza uma determinada ação coletiva como movimento social e a sua implicação política. Ao confrontarem códigos sociais dominantes, os movimentos expressam demandas sobre o poder administrativo, rompem com a ordem e acenam para outras sociabilidades. Essa transição intersubjetiva para públicos mais abrangentes depende, no entanto, da inserção midiática para se fazer “vista”. A prática jornalística se torna, portanto, elemento imprescindível no modo como as pessoas produzem sentidos sobre fenômenos sociais e se posicionam na contemporaneidade, sobretudo na medida em que ela relata situações pelas quais se pode “entrar” na atitude e experiência de outros atores.

O consumo ilimitado de informações, ou a inversão da notícia em mercadoria, abriga, no entanto, um hiato entre as ações levadas a cabo pelos movimentos sociais e a representação do discurso reportado nas manchetes. Cria, nesses casos, a generalização de um “não-outro”,

reforçando ambientes discursivos, restringindo-se às fontes oficiais e ao retorno da ordem pública, principalmente nos protestos e atos de desobediência civil. Em sentido oposto, os jornais também podem garantir transformações sociais substantivas, contribuindo na deliberação de temas e assertivas políticas e dando vazão a uma “luta coletiva por reconhecimento” (HONNETH, 2003) e por ampliação de direitos.

1.1 Rediscutindo George Mead

Como parte de uma cadeia simbólica dirigida a um público determinado, o discurso jornalístico reitera, cria ou transforma significados. Esse processo se inscreve na composição da identidade sobre dois parâmetros: por um lado, a partir das respostas individuais do sujeito diante de situações determinadas, por outro, pela influência de sistemas simbólicos supra-individuais. Para tornar evidente a discussão, pretende-se abordar aqui como o mundo cotidiano está vinculado a uma noção intersubjetiva, reconhecida na experiência proporcionada pelos atos de comunicação entre sujeitos.

As relações entre uma “comunidade de comunicação alargada” e a experiência desse reconhecimento intersubjetivo tornam-se claras na psicologia social desenvolvida por George Hebert Mead⁷. Na sequência de suas investigações acerca da identidade humana, Mead admite que um sujeito só pode adquirir consciência de si mesmo na medida em que aprende a perceber sua própria ação. A inversão dessa interação do *self* (sujeito e mente) com o mundo social, abre margem para uma autoconsciência fundada no diálogo com outros interlocutores.

A constituição dessa autoconsciência liga-se, portanto, ao desenvolvimento da percepção dos significados por outrem, possibilitando ao sujeito considerar-se como objeto do parceiro de interação: “É a partir do processo de influência da ação social, estimulada pela adoção da atitude do outro e da resposta a essa atitude, que se constitui o *self*” (MEAD, 1992, p. 171). Tendo por base a experiência amparada na alteridade, o despertar da consciência estaria representado pelas respostas dos outros por meio das expressões comportamentais tomadas como válidas.

O indivíduo, nesse sentido, participa dessa dinâmica na posição de objeto; os processos sociais adquirem relevância em relação ao sujeito, que nunca irá dispor, isoladamente, das próprias atividades práticas. Ao contrário da concepção cartesiana, pressuposta na individualidade e na consciência imediata, o “eu” em Mead vislumbra a auto-

⁷ O texto tem como base, sobretudo, o ensaio de Georg Mead “*Mind, Self and Society*”, inicialmente publicado em 1934, pela Universidade de Chicago.

identidade como um processo de socialização que assume diferentes formas de interação simbólica, como a linguagem, a brincadeira e o jogo. Nesse ambiente social organizado, são criadas as condições de respostas às ações de uma segunda ou terceira pessoa, fator determinante para o desenvolvimento da personalidade humana.

É este encontro entre experiências quem permite a auto-reflexão do sujeito no idioma público:

“O *self* é algo que se desenvolve; não existe de imediato, ao nascer, mas surge no processo da experiência e da atividade social, isto é, se desenvolve no indivíduo como resultado das suas relações com esses processos como um todo e com os indivíduos envolvidos nesses mesmos processos” (MEAD, 1992, p. 135).

A apropriação simbólica da atitude do outro não esgota, contudo, as possibilidades de intervenção do indivíduo. Em Mead, as experiências subjetivas de criação de sentido assumem uma rede complexa de interações que revelam duas faces distintas do sujeito. A primeira delas, o “*Me*”, representa a presença objetiva do “eu” em face do grupo, isto é, atua como conjunto de atitudes alheias constitutivas do *self*. A segunda, “*I*”, implica as respostas emergentes aos outros da interação. Desse modo, o “*Me*” é construído no diálogo proporcionado pelas respostas que o “*I*” estabelece imaginariamente em relação a uma comunidade de comunicação.

O caráter dialógico dessa experiência interna é mantido pelo “*I*”, que, por seu turno, emerge como forma de pensamento a partir do acúmulo de experiências advindas do “*Me*”. As projeções de futuro, desejos, ações espontâneas, sentimentos e estados de ânimo vinculam-se, nesse ponto, às orientações ancoradas no “*I*” como limite simbólico entre o mundo social e o âmbito da subjetividade. O “*Me*”, no entanto, dispõe de um certo controle sobre as ações, o pensamento e o discurso que ocorrem na consciência: “é o ‘*Me*’ que critica, aprova e planeja a fase seguinte da conduta de acordo com “*I*” (SILVEIRINHA, 2004, p. 124).

Como resposta desse diálogo interior, atenta-se para o caráter objetivo do “*Me*” sobre as reações subjetivas do “*I*”, que adquire as atitudes objetivadas no diálogo estabelecido com o “*Me*”. Assim, essas duas faces encontram-se estritamente envolvidas, uma vez que o “*I*” reage ao “*Me*”, ao mesmo tempo em que este reage ao “*I*”. O “*I*” dispõe, contudo, da capacidade generalizada de encontrar soluções, como uma ação geradora da autorealização do sujeito, do senso de liberdade, de iniciativa. Atua como uma resposta à comunidade baseada na experiência adquirida com ela e dotada de condições para alterá-la. Por isso, o “*I*” não pode ser inteiramente acessado ou calculado, apenas reconhecido quando do desvio de

padrões de comportamento normativamente exigidos. Como propôs Mead (2001), “se o ‘I’ fala, o ‘Me’ escuta, se o ‘I’ bate, o ‘Me’ sente o impacto”.

As pretensões de individuação frente ao mundo social asseguram o “I” como potencial de autoconhecimento alimentado pela força cognitiva do “Me”. Conforme considera Honneth (2003), enquanto o “Me” hospeda as normas através das quais um sujeito controla seu comportamento em conformidade com as expectativas socialmente aceitas, o “I” é o receptáculo de todos os impulsos internos que se expressam nas relações involuntárias aos desafios sociais. Entendidos como um conjunto, “Me” e “I” constituem a personalidade na experiência cotidiana. “O *self* é essencialmente estabelecido na distinção dessas duas fases. Desprovida delas, não seria possível o despertar da consciência com responsabilidade nem a possibilidade de condições singulares de experiência” (MEAD, 1992, p. 178).

A base de influência entre o “I” e o “Me”, prevista no contraponto psíquico entre as duas instâncias de intersubjetividade, também corresponde a uma condição objetiva de controle social que permite a revisão de ações no espaço público. Essa tensão entre uma vontade global internalizada e as pretensões de individuação é abordada por Mead a partir da distinção entre a *brincadeira* e o *jogo*. Na primeira fase lúdico-infantil, a *brincadeira*, a criança se comunica consigo mesma imitando os parceiros da interação. Só depois, passa, de fato, a realizar a ação. A troca de papéis pode ser exemplificada no momento em que a criança brinca de ser professor ou de ser pai ou mãe.

Na segunda etapa, no *jogo*, a criança passa a representar a si mesma, seu papel na ação leva em conta o reconhecimento dos comportamentos e normas pressupostos nas expectativas dos demais companheiros. A diferença fundamental entre a *brincadeira* e o *jogo* reside em que no último “a criança precisa ter em si mesma a atitude de todos os outros participantes. As atitudes dos parceiros que o participante assume organizam-se formando uma certa unidade, e é essa organização que controla a reação do indivíduo” (MEAD, 1992, p. 154). A exemplo de um jogo de futebol, cada uma das ações tomadas em campo dependerá da assimilação de um membro em relação aos demais no time. Nesse caso, a organização das atitudes de todos os jogadores está inserida em um processo comum de interação.

Da ilustração dessa mudança de comportamento na infância, Mead passa a desenvolver a representação social da comunidade como um todo, representando o processo de socialização por meio das expectativas e atitudes de todos os membros da sociedade. Temos, assim, a expressão do “outro generalizado”, que não diz respeito ao outro imediato, mas a um outro social ampliado, produto interno ao sujeito compreendido no longo processo de socialização na vida pública. De acordo com Habermas (1988, p. 59), o “outro

generalizado” surge como instância da realidade social na medida em que os membros de um grupo social internalizam papéis e normas, passando a operar, também, “um nível moral da adoção da atitude do outro, mas desta vez a partir do poder sancionador do grupo e não das pessoas particulares em referência”.

O equilíbrio⁸ entre a individuação (entendida como ampliação das propriedades subjetivas) e a capacidade de sobreposição do “outro generalizado” tem impacto direto sobre a formação da identidade. Uma relação que decorre, essencialmente, da inclusão de “outros significativos”, como a família, autoridades civis, escolas - que, conjuntamente, constituem o “outro generalizado” -, bem como, por meio das respostas emergentes do “*I*” a essas estruturas (SILVEIRINHA, 2004, o. 126). Desse modo, é o “*Me*” quem define a identidade na sua forma mais concreta, mas a sua construção só é possível através de um complexo cruzamento entre as duas instâncias de subjetivação (“*I*” e outro generalizado).

Como ilustração do todo social, o “outro generalizado” expressa também um aspecto de transcendência ao particular, incorporando elementos de universalidade - a identidade reconhecida na comunidade na medida em que ela reconhece as outras. Honneth (2003) irá vincular essa relação intersubjetiva ao conceito hegeliano de “reconhecimento”, ao dispor que, assim como o pensador alemão, Mead concebe a auto-reflexão em torno do sujeito e do “outro generalizado” como a compreensão de uma pessoa de direito.

“Uma complementação teórica, mas também um aprofundamento objetivo: reconhecer-se reciprocamente como pessoa de direito significa que ambos os sujeitos incluem em sua própria ação, com efeito de controle, a vontade comunitária incorporada nas normas intersubjetivamente reconhecidas na sociedade” (Honneth, 2003, p. 138).

A auto-afirmação, aqui entendida como realização da identidade, só se torna possível a partir da defesa de pretensões do “*I*”, estabelecida, inicialmente, em uma comunidade de comunicação e respaldada por uma comunidade jurídica de atuação. Ocorre, nessa direção, a possibilidade do “*I*”, como resposta individual anterior à coletividade, em um processo capaz de garantir as pretensões individuais, mesmo intersubjetivamente mediadas, como um não aniquilamento do “eu”. O desenvolvimento social, como tal, está amparado num sistema de pretensões normativas pautados na relação recíproca entre o “outro generalizado” e os procedimentos firmados entre atores. Nesse sentido, liberdade e autoconsciência atingem uma

⁸ Mead sugere que a sobreposição generalizada do “*Me*” sobre o “*I*” pode proporcionar, em situações determinadas, expressões do patriotismo exacerbado ou como fomentador de argumentos para guerras religiosas. Ao contrário, com a situação inversa, tem-se o descumprimento das condutas normativamente condicionadas, que também podem abrigar uma luta social por direitos e assertivas.

mesma dimensão, já que as pretensões do “*T*” caminham, em última instância, para a consciência à liberdade.

As garantias de planejamento do futuro, portadoras de novas perspectivas no mundo cotidiano, são estruturadas nessa relação de antecipação subjetiva fundada no diálogo e na interação entre atores. Habermas (1992) assinala que a instância do “*T*”, quando se constitui sobre o “*Me*”, aporta uma elevação do “si mesmo” sobre o indivíduo institucionalizado. Assim, por mais que se leve em consideração um *comportamento regulado por normas*, nada pode excluir a iniciativa, a dizer, a esfera do “novo” abrigada em uma relação de “diferença” no seio da intersubjetividade. O sujeito afirma sua identidade em face aos outros, uma auto-identificação intersubjetiva, que pode, ou não, ser reconhecida por esses outros.

Se as reações afetivas, dirigidas em situações determinadas contra pessoas particulares, não estivessem associadas a essa forma impessoal de indignação, dirigida contra a violação de expectativas de comportamento generalizado ou normas, elas seriam destituídas de caráter moral (Habermas, 1989, p. 67-68).

O ato de se reconhecer enquanto membro de uma comunidade jurídica vislumbra, portanto, para além da esfera dos direitos, a incumbência dos deveres representada pelo “outro generalizado”. Os sujeitos são, deste modo, compelidos a uma deslimitação contínua do ‘outro generalizado’, com vistas ao alargamento de um sistema de necessidades de reconhecimento jurídico. “A práxis social que resulta da união de esforços por um tal “enriquecimento da comunidade” é o que se pode chamar, na psicologia social de Mead, “luta por reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 145).

Uma luta que tem início na revisão dos estatutos de moralidade do passado, implicados no “*Me*”, mas que adquire novos significados quando do contato com o “*T*”. Essa interação permite o reconhecimento de “si mesmo” como participante do espaço público e como portador de direitos. Os valores sociais passam a ser alterados pelo prisma de um sujeito dinâmico, que admite a dúvida como geradora de novos embates no campo da significação, e cruza discursos diversificados para atingir legitimidade. Como uma reconstrução permanente, o impulso pela criatividade e crítica se articula ao binômio tradição e inovação, sendo capaz de reestruturar o estado de coisas ao ser incorporado pelo “outro generalizado”.

Embora a presença objetiva do “*Me*”, enquanto “outro generalizado” intersubjetivo, transpareça um ideal de homogeneidade, cabe considerá-lo em diferentes categorias de pertencimento, levando em conta questões de gênero, étnicas ou religiosas. É preciso entendê-lo, sobretudo, como um processo que integra referências diversas e expectativas em torno de padrões sociais contraditórios. Essa “tensão” inerente às condições de socialização propõe o

intercâmbio entre pontos de vista difusos, como uma sobreposição subjetiva de “vozes” em conflito. Com isso, as pretensões de individuação se veem diante desse embate em meio a perspectivas plurais.

O “outro generalizado” passa a operar, nesses termos, como audiência para os “*Mes*” alternativos, como resultado de ações e expectativas em curso. Esse “corpo fragmentado”, de múltiplos referenciais, tem relação direta com o processo de formação de identidades coletivas, atuando na reciprocidade entre ação e possibilidades de afirmação. As respostas emergentes do “*I*”, por sua vez, proporcionam uma noção reflexiva aos problemas e necessidades, fomentando um movimento de descoberta e auto-afirmação interior que pode vir a ser reconhecida ou encampada enquanto consenso em uma comunidade de comunicação. Intersubjetivamente, diante de um sentimento de indignação ou de infração a uma expectativa jurídica existente, essa interação passa a atingir todos os membros de um grupo social, como um reflexo de “perda de direitos” ou de “direitos ainda não garantidos”. Esse eixo assegura a emergência de novas demandas no domínio social (ambiental, de gênero, geracional) e também de novas oportunidades de discursos legítimos nas cadeias supra-simbólicas de entendimento.

O discurso prático, como exprime Habermas (1989), se torna um processo, não apenas para a produção de normas justificadas, mas para o exame de validade de normas dadas hipoteticamente. É com esse procedimento que se pode vislumbrar uma ética discursiva de formação de vontade, capaz de cobrar explicações ao poder administrativo ou a outras instituições do corpo legislativo ou do judiciário. O papel da linguagem se constitui, assim, na coordenação da ação e na socialização, tem em vista a busca por um entendimento mútuo⁹.

Essa diversidade está assente em perspectivas múltiplas, mas dotadas de certa unidade, sem a qual não se poderia considerar a vida social. O “outro generalizado” abriga, assim, desde os outros significativos (ou próximos), até a comunidade como um todo. Em outros termos, “expressa a possibilidade de ter uma comunidade ampliada de referência que alude a uma situação de transcendência determinada e introduz um elemento de universalidade” (TOMASINI, 2010, p.151). Ao construir essa imagem de uma sociedade estruturada em um

⁹ Habermas (1989) distingue, com base em Kohlberg, três estágios de juízos morais. O estágio pré-convencional (obediência literal às normas ou às regras de interesse imediato), convencional (direito preservado a partir de expectativas interpessoais mútuas ou da manutenção da ordem de determinados grupos e do “bem público”) e pós-convencional (criação de novos direitos, controle social e a orientação por princípios éticos universais). Este último dirige, como Mead (1992), o pressuposto da norma como procedimento carente de justificação e aberto às potencialidades do “*I*”, no enriquecimento da comunidade política para além da obediência irrestrita às leis, por um lado, e pelo ideal republicano comunitarista de bem-estar da sociedade ou de determinado grupo, por outro.

mundo da vida¹⁰ comunicativo, Mead interpõe, no dizer de Habermas (1988), o nexos objetivo entre o ‘mundo objetivo’ e um ‘mundo social’, embora não considere os processos de coação – dinheiro e poder – nessa interação.

Entendido como um dos sistemas *supra-simbólicos* de formação do “outro generalizado”, ou como potencial de reconhecimento alargado, o campo do jornalismo abriga novas considerações em torno da análise micro-sociológica de Mead. O potencial de conflito, ou luta pela legitimação discursiva para além da “ordem pública” das democracias liberais, abarca as primeiras “fendas” entre as respostas individuais e intersubjetivas por novos direitos e possibilidades aglutinadas em torno de identidades coletivas e de sua divulgação (criação de consensos legítimos) no idioma público da mídia.

Cabe assinalar, nesse processo, como o hiato compreendido entre a negação de um discurso sobre a comunidade como um todo se relaciona com o universo midiático de modo a interferir na composição de ações coletivas no espaço público, com influência direta sobre a luta social e as novas assertivas políticas. Nesse sentido, é pertinente reavaliarmos o papel conferido aos meios de comunicação, sobretudo ao campo jornalístico, na teoria social de Mead, como condição de transcendência ao particular. Na referência aos *media*, o autor alerta que “a vasta importância dos meios de comunicação, como os envolvidos no jornalismo, surge imediatamente, na medida em que eles relatam situações pelas quais se pode entrar na atitude e experiência de outras pessoas” (cf. p. 257).

Apesar de não ter aprofundado as afinidades entre o campo jornalístico e sua teoria sociológica, Mead deixa rastros dessa relação ao traçar um vago conceito de democracia, em que a notícia tem papel central na mediação entre os representantes políticos e representados. A imprensa, para ele, pode ser considerada como a ação de grupos particulares com finalidades definidas, ou seja, demandam que as notícias se acoplem aos interesses de grupos específicos. Assim, o fator de integração do jornalismo só se torna possível quando “a função estética de narração da notícia (...) permite ao leitor interpretar sua experiência como a experiência compartilhada da comunidade de que se sabe parte” (1926). Desse modo, os *media* seriam responsáveis pela manutenção de determinados interesses comuns (nação, cidade, classe), contribuindo para a “determinação de interpretações da experiência social”.

¹⁰ Habermas considera a existência de três interfaces de mundos numa dimensão metaforizada: o “mundo objetivo” consiste na indistinção entre o mundo e o estado de coisas existentes (objetivo), o mundo das vigências subjetivas suscetíveis de expressão e das normas sociais vigentes. Mas, ao atuar comunicativamente, “os sujeitos se entendem na dimensão do mundo da vida, fonte de onde se obtém as definições de situações que pressupõem como problema”. O autor diz ainda que “nas suas operações interpretativas os membros de uma comunidade de comunicação delimitam o mundo objetivo e o mundo social que, intersubjetivamente, compartilham frente aos mundos subjetivos (de cada um) e frente a outros coletivos” (1988, p. 104).

O jornalismo pode ser entendido, nesse sentido, como fonte de reconhecimento e de criação de sentido, embora sejam feitas ressalvas por Mead quanto ao caráter de “fantasia” assente nas notícias que têm em vista uma orientação ao consumo. “O repórter, nesses casos, há de se fazer com uma história, não com fatos. (...) É este domínio do fantasioso, dos resultados favoravelmente imagináveis, que dita a política da imprensa diária” (cf.). A orientação em torno do campo jornalístico como instância *supra-simbólica* de entendimento se consolida, assim, como um dos aportes de sustentação do “outro generalizado” nas sociedades contemporâneas.

A ambivalência estrutural dessa relação, no que diz respeito às lutas sociais por novos direitos, ou à superação da autonomia de um consenso forjado, revitaliza o entendimento do jornalismo, por um lado, como veículo para as auto-realizações incorporarem novos procedimentos na comunidade política; por outro, aponta para uma manutenção moral dos padrões estabelecidos socialmente, abdicando potenciais discursos ou argumentações no âmbito do público. Como parte desse processo, cabe assinalar o papel dos *media* no reconhecimento por novas lutas de longo alcance, principalmente a partir da ampliação do espaço de liberdade juridicamente conquistado.

Para esta avaliação dos critérios de subjetividade no discurso político dos jornais, torna-se necessário, em primeiro plano, retornar ao conceito de “auto-afirmação”. A defesa das pretensões do “*I*” só podem se dar no meio social a partir do reconhecimento de uma comunidade de comunicação legítima ou juridicamente ampliada, que difere do plano da vontade global existente. Essa desvinculação moral por novas assertivas forma um sistema de pretensões comunicativas frente a um processo permanente de adaptação. Uma auto-realização que não pode ser construída sem a presença do outro, a dizer, do reconhecimento dos demais parceiros de interação, de modo intersubjetivo.

A auto-realização se distancia, desse modo, da instância de controle normativa moralmente vinculada ao “*Me*” para um aporte de reconhecimento em uma comunidade de intervenção, que passa a alterar o estado de coisas em torno de interesses coletivos. A constituição dessa *identidade* se constrói tanto com base em processos de identificação-integração entre as duas instâncias de subjetivação - como também de diferenciação -, inversão que pode originar uma situação de conflito.

Essa dimensão discursiva da identidade também aponta para a percepção de “identidades coletivas”, quando o reconhecimento de parte do “*Me*”, enquanto outro social, aporta pretensões de auto-realização do “*I*”. Conforme explica Alberto Melucci, “é o processo de interação por meio do qual diferentes indivíduos ou grupos sociais definem significado

para suas ações, bem como o campo de oportunidades e constrangimentos para essas ações” (1996, p. 67). Esse processo de interação, negociação e de conflito tem também por base a distinção ou o reconhecimento dos atores coletivos enquanto grupo e, ao mesmo tempo, enquanto movimento envolvido em um sistema de relações. Para Melucci, assim como a compreensão subjetiva da linguagem na composição da identidade em Mead, a identificação é ditada não pelo fato de pertencer a um determinado grupo, mas construída pelo indivíduo enquanto ator social.

Nesse processo comunicacional, o “*I*” abre-se num princípio dialógico de revelação para o outro, num processo de transformação do pano de fundo cultural existente *a priori*. O espaço da intersubjetividade - entendido como lugar de reconhecimento e de formação racional da vontade - pode também ser encarado como espaço de articulação do mundo cotidiano, se constituindo como uma identidade dinâmica e geradora de ações específicas no domínio social. Nas páginas seguintes, será tratado, em primeiro plano, como essa trajetória se estabelece na formação dos movimentos sociais na contemporaneidade. Em seguida, retornaremos às apreensões do interacionismo simbólico em Mead com a intenção de apresentar como a imagem pública desses movimentos é apresentada pelo universo midiático.

1.2 Identidades, ação coletiva e movimentos sociais

A perspectiva do reconhecimento de ordem política, quando transposta a uma esfera mais ampla de comunicação, passa a envolver um conjunto de práticas sociais que agrega interesses de indivíduos ou grupos com características similares, despertando a capacidade de agir em conjunto. Essa transição intersubjetiva para temas coletivos, abordada por Mead (1992) quando da formação de identidades, oferece diferentes modos de enfrentar os conflitos do cotidiano, estabelecendo relações de solidariedade e de interação em representações simbólicas próprias. Fortalece, pois, a criação de um “nós”, com traços específicos de experiências morais, e gesta “ações coletivas” como resposta à causa geradora da mobilização.

As orientações que estimulam o envolvimento de atores em “ações coletivas” abrigam um sistema multipolar de negociações, objetivos a serem compartilhados e disputa por significados (MELUCCI, 1996, p. 40). Emergem da auto-identificação e, ao mesmo tempo, do reconhecimento externo de grupos reunidos pelo acervo de situações de desrespeito e de privação de direitos. Neste ponto, as ações não são movidas apenas pela resposta às necessidades ou formas de opressão - seja pela produção de bens materiais ou dispositivos

socioculturais -, mas também por meio das auto-interpretações nos momentos de crise ou rupturas, abrindo novos espaços de articulação política ou de afirmação de identidades.

Os atores coletivos se constituem, portanto, por meio de referências, símbolos, mitos e experiências que compõem à individualidade, isto é, a capacidade de se diferenciar do resto do mundo e, ao mesmo passo, ser reconhecido por ele. De acordo com Touraine (2010, p. 71), “é pela experiência individual que podemos chegar a descobrir aqueles que nos ajudarão a compreendermo-nos melhor a nós mesmos e nos tornar mais capazes de descobrir o outro”. O fato de pertencer a um grupo não determina, *a priori*, o sentido da ação, que confere ao indivíduo autonomia e, potencialmente, um papel constitutivo de atuação e de reconhecimento enquanto sujeito: “só a partir do contexto de mútuo reconhecimento de atores é que as motivações para o conflito e, de um modo geral, as relações sociais podem existir” (DELL PORTA e DIANI, 2006, p.106). Esse processo se desenvolve por uma negociação ativa de discursos e opiniões das partes envolvidas na ação. Integra as regiões menos “visíveis” do cenário público de aparição, como a fala oficial de lideranças e da concentração de poder carismático, para se aproximar das vozes mais “silenciosas” e do fluxo de comunicação responsável pela projeção da imagem estabelecida entre os participantes.

Outra consequência dessa relação decorre do reconhecimento das perdas ou ganhos da ação. O investimento na mobilização e as expectativas advindas dela também possuem importância para os atores coletivos, uma vez que passam a identificar esforços e trocas recíprocas de envolvimento. Indivíduos e grupos definem, cognitivamente e emocionalmente, o campo de possibilidades e limites de atuação; simultaneamente, reforçam laços e criam significados para o comportamento coletivo a partir das metas que aspiram atingir (MELUCCI, 1996, p. 39). A participação ativa nas diversas formas de ativismo não se dá, com isso, apenas no contato inicial do ator com o grupo, mas na capacidade de alteração do estado de coisas que essa conexão estimula e recria na superação de obstáculos e dilemas, sobretudo quando da participação coletiva diante de temas de interesse público.

Melucci (1996) considera que os movimentos sociais se inserem nesse cenário de reforço à solidariedade e de manifestação do conflito em determinados domínios e momentos da vida social. Carregam, em sua natureza, situações de impacto geral (TOURAINÉ, 2006) e conclamam diversos públicos e “audiências” na defesa de princípios vinculados à luta pela ampliação de direitos. Nesse sentido, se apresentam como ação coletiva¹¹ portadora de uma

¹¹ Alberto Melucci aponta a presença de outras ações coletivas na vida social. Em casos específicos, podem expressar apenas uma *agregação* de indivíduos, sem o estabelecimento de interesses e objetivos em comum. Também podem se constituir pela *solidariedade*, mas voltada à manutenção de uma determinada ordem

identidade, com opositores ou adversários definidos e se fundamentam em um projeto de sociedade, lançando, frequentemente, um conjunto de demandas e de pautas de reivindicação no espaço público.

Diante deste contexto, os movimentos sociais abrangem desafios e objetivos coletivos, sentimentos de pertencimento e de solidariedade com propósitos e opositores particulares. Conscientes do que possuem em comum, esses atores definem estratégias de organização, de diálogo público e de disputa, tendo como base os interesses inscritos na ação social pretendida. Neste ponto, entendo movimentos sociais de acordo com Gohn (2010), a dizer, como ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por diferentes atores sociais, que politizam demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Tais ações estruturam-se a partir de repertórios específicos, pautados por conflitos e disputas no mundo cotidiano. Esses atores coletivos desenvolvem, portanto, uma identidade coletiva com base em interesses comuns, elegendo adversários e compartilhando de uma mesma base referencial de valores políticos e culturais.

De acordo com Tarrow (2011), esses componentes adquirem forma pelo envolvimento subjetivo dos atores no movimento e pela forma como pretendem ser vistos ou dimensionam adversários (*frames*), pela construção de uma identidade que os define enquanto grupo (*identidade coletiva*) e pela relação emotiva despertada nesse processo (*emoção*). Interrelacionados, os três elementos contribuem na definição conceitual de movimentos sociais aqui adotada.

A possibilidade de manipulação de significados ou de recortes de determinados setores da vida social também se consolida como uma das características desses movimentos. Assim como o jornalista, ao reportar aspectos do cotidiano em espaços institucionais delimitados, os movimentos sociais se apropriam de esquemas de interpretações que condensam e tipificam o “mundo exterior”, estabelecem *frames* da realidade social¹². No território espetacular das tecnologias da informação, essa cadeia simbólica disputa espaço com outras instituições e atores, como o universo midiático, outras fontes de comunicação e com o Estado. Tal materialização coletiva de apontamentos e redes de interação não parte, via de regra, da

social. A ação pode ainda ser voltada ao *conflito* sem, no entanto, representar uma atuação política que vá de encontro às práticas sociais em questão. Da mesma forma, Tarrow (2011) explica que tumultos ou a reunião de multidões usualmente não se caracterizam como movimentos sociais, “são mais um indicação de que há um movimento em processo de formação”.

¹² Criada por Goffmann (1984), a terminologia “*framing*” é usualmente aplicada no modo como os indivíduos passam a construir, socialmente, a realidade. No que confere aos movimentos sociais, as investigações partem da decodificação de reivindicações e temas intersubjetivos responsáveis por agregar simpatias e valores na construção de uma “identidade coletiva”. A relação com o jornalismo será aprofundada no Capítulo II.

adaptação de símbolos da cultura tradicional. Ao contrário, os movimentos procuram redirecioná-la para o campo da ação, criando uma intersecção entre “tradições ou hábitos herdados culturalmente e os seus próprios objetivos e valores” (TARROW, 2011, p. 145).

O processo discursivo de elaboração do *frame* dependerá, portanto, de argumentos e sobreposição de ideias que resultam como mais relevantes na constituição simbólica do movimento¹³. A motivação reivindicada pelos atores coletivos - o diagnóstico da situação e as oportunidades de mudança -, abarcam ainda instrumentos de decodificação, presumem uma identificação com a causa em questão, e tornam pública as formas de opressão ou de injustiça vivenciadas nas práticas sociais. Gamson (*apud* TARROW, 2011) denomina essa construção política dos movimentos sociais de “*frame* da injustiça”¹⁴. A designação se aproxima da concepção de Axel Honneth (2003) de formação dos movimentos, a dizer, de uma luta por reconhecimento de direitos e pela auto-realização de atores sociais nos conflitos existentes.

A ponte semântica entre a “lesão” social e a relação de pertencimento ou de resistência coletiva se dá quando o sujeito é capaz de articulá-los num quadro de interpretação intersubjetivo que os comprova como parte das frustrações de um grupo inteiro. Nasce, portanto, da luta. Segundo Honneth (2003, p. 258), o surgimento dessas ações coletivas dependem desse interesse mais “generalizado” de reinterpretar as experiências falidas que passam a envolver outras pessoas e segmentos no idioma público. Atuam, assim, como ecos dos problemas sociais, caminham da esfera privada em direção à praça de argumentos públicos.

A evidência da *identidade coletiva*, envolve, por sua vez, a contestação social no que se refere ao reinterpretar de normas e redefinir de limites entre o público, o privado e a própria ação (CABO, 2008, p. 40). Potencial geradora de conflitos, mesmo no espaço comunicacional das democracias liberais, parte significativa dessas ações não encontram respaldo no “outro generalizado” como um todo, passando a ser encampada como patologia do sistema social. Nessas situações, novos espaços de articulação da vida cotidiana são fortalecidos como estratégia de luta e de emancipação. Adquirem significância por valores já definidos, seja pela tradição ou pela memória coletiva, “que constitui o pano de formação quer de uma identidade coletiva, quer através de suas dimensões pragmáticas, (...) de constituição do Eu e do Tu, de uma identidade subjetiva particular” (SILVEIRINHA, 2004, p. 177).

¹³ Sobre este ponto, ver Snow (2004).

¹⁴ Tradução do autor.

Como unidades sociais de caráter coletivo, os movimentos sociais articulam estruturas reais de mobilização, revelam objetivos emancipatórios compartilhados. O processo de individualização, à deriva do utilitarismo pela reprodução específica de permanência do poder, parte de uma ordem diversa: surge como resposta dos indivíduos às experiências de reconhecimento previamente negadas, como uma reação de fora para dentro imposta às próprias necessidades e envolvida na afirmação interior; uma resposta reflexiva aos problemas encontrados no mundo da vida.

“Os movimentos sociais preenchem o domínio de garantias com conteúdos, defendendo-o assim da erosão provocada pelo poder, redefinindo permanentemente as suas fronteiras de atuação, projetam a participação social para além dos limites definidos pelo sistema político, forçando este à mudança (MELUCCI, 1996, p. 215)”.

A presença desse “nós” frente a um “outro”, própria do reconhecimento enquanto identidade, tem assumido novas exigências diante da globalização e dos agentes que não mais se mostram vinculados a uma base territorial, como ocorria com o movimento operário, cuja identificação se dava com a proximidade da fábrica e dos demais locais de trabalho. As identidades são reforçadas como resistência à compressão espaço-tempo e à condição onipresente dos conglomerados de comunicação e de imposição dos discursos tornados socialmente “visíveis”.

Hall (2005, p.84) destaca, entre os efeitos dessa dissolução de fronteiras, um alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições. Esse cenário pode levar à produção de *novas identidades*, a exemplo do movimento negro nos Estados Unidos e do conjunto de símbolos ao redor do significante *black*, no Reino Unido. Diferente das sociedades tradicionais, em que a identidade era definida como atributo fixo, esta situação é radicalmente alterada por fatores como o urbanismo, a diferenciação cultural, a industrialização, e a democratização política (entre outros). A identidade se torna, com isso, cada vez mais instável, múltipla e fragmentada, proporcionando outras formas de organização da vida coletiva (ESTEVEZ, 2003). Tal implicação exigirá dois condicionantes: por um lado, o surgimento de novas formas de sociabilidade, como condição para alcançar oportunidades e compor uma rede maior de atores envolvidos na ação; por outro, compreende também a produção de uma cultura própria de afirmação, na exigência por se fazer reconhecida no interior dos públicos e no sistema político. Prevê, portanto, a formação de uma política de identidade.

Durante essa fase de cristalização do modo como o grupo se relaciona com os demais atores, a construção da identidade se torna mais representativa para o movimento, com a

busca pela legitimidade das reivindicações, o início do ciclo de protestos no espaço público e o consenso interno entre os participantes diante dos conflitos em vista¹⁵. As questões de ordem pessoal tornam-se revestidas por um caráter político. Ao passo em que o movimento se institucionaliza, essa relação tende a ser tornar mais tênue, embora seja sempre reforçada pelo diálogo de indivíduos integrados a diferentes relações identitárias.

Segundo Gohn (2010), a institucionalização, principalmente quando da sobreposição da retórica dos governos às ações coletivas, confina os espaços de resistência à execução de tarefas programadas e monitoradas para que possam continuar a existir. “Resta o consolo de que, a médio ou longo prazo, isso poderá gerar aprendizado aos movimentos sociais e contribuir para a construção de valores, (...) uma política alternativa ao que está posto” (2010, p.65). Outros efeitos podem surgir dessa questão, como a criação de “muros” ainda mais elevados na definição de identidade do movimento no que toca às “alianças” com outros setores da sociedade. Os significados da própria atuação, ou a referência aos atributos inter-relacionados aos movimentos, passam a prevalecer como identidade dominante, mesmo se levada em conta a multiplicidade dos fatores de interação.

A possibilidade de constante transformação e reinvenção das identidades foi abordada por Castells (1997), de acordo com sua forma e condição de origem em um dado contexto de poder. Cada processo de construção atende a demandas definidas, vale-se dos significados atribuídos às ações coletivas em função das tendências sociais e dos projetos histórico-culturais que abrangem: 1) a *identidade legitimadora* é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o objetivo de expandir e consolidar a sua dominação. Dela, derivam organizações e instituições relativamente bem estruturadas que reproduzem a identidade das fontes de dominação, dispendo de transformações políticas reduzidas, presas ao controle do Estado e do mercado; 2) a *identidade de resistência*, por sua vez, é criada por atores estigmatizados pela lógica da dominação, que resistem e procuram sobreviver com base em princípios diferentes ou mesmo opostos aos que prevalecem nas instituições da sociedade. Prevê, portanto, a resistência e a organização coletiva em torno de sentimentos de opressão; 3) a *identidade de projeto*, por seu turno, surge quando os atores sociais procuram redefinir a sua posição na sociedade, construindo uma nova identidade capaz de transformar a própria estrutura social.

¹⁵ Alberoni (*apud* Bobbio, 1998), considera o despertar dos movimentos sociais no espaço público como *estado nascente*, “um estado de transição do social em que se cria uma solidariedade alternativa (...) com o fim de maximizar o que é realizável nesse momento histórico. De modo oposto, também compartilha uma fase de institucionalização do movimento, que denomina de *desemboque*.”

A *identidade de resistência* abriga o primeiro despertar das ações coletivas na elaboração de *frames* primários, ou seja, a evidência das injustiças e a necessidade de se organizar para oferecer alternativas de enfrentá-las. Por isso, embora as causas ou “sistema de necessidades” de constituição da auto-realização como ação coletiva demandem desejos ou anseios reprimidos, uma luta baseada na diferença, os efeitos das novas demandas - ou da concretização intersubjetiva dos sujeitos sociais -, podem, em um segundo momento, ser ameaçadas por uma inovação tornada tradição. Em outras palavras, a percepção de que a identidade como *resistência*, capaz de redefinir posições e papéis numa atitude de afrontamento, pode vir a tornar-se uma identidade *legitimadora*, isto é, vinculada a uma racionalização dominante frente aos demais atores sociais. No entanto, a depender do curso das mobilizações, esse papel de enfrentamento pode se estabelecer, de fato, como projeto político, redefinindo espaços de participação e colocando em questão a validade dos padrões existentes no mundo cotidiano. A construção desta última identidade integra também a capacidade de produção de novos significados, formas de vida e de ação social. Ao reivindicarem, em uma dada situação de exclusão, os atores coletivos podem, portanto, sedimentar um projeto de mobilização diferente, no sentido de transformação da sociedade como prolongamento da causa que assumem como bandeira¹⁶.

Por isso, quando os membros de uma sociedade se definem pela própria capacidade e vontade de mudar ao invés de manter uma ordem estabelecida, eles não podem mais ser definidos apenas pelo pertencimento em si. Passam a carregar consigo a ideia de direito à liberdade e à criação, “sentem-se participantes das iniciativas que estimulam a sociedade a se transformar, criando nela desequilíbrios sempre maiores” (TOURAINÉ, 2010, p. 35). Também preenchem com temas, reivindicações e modelos de inovações sociais o “outro generalizado”, reinscrevendo categorias de gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalismo, trabalho, questões ambientais. Lutam, assim, por políticas de inclusão e redefinem (ou fazem valer) o escopo de direitos socialmente constituídos, conforme define Gohn (2010):

Um movimento social com uma certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e desejos, tomando referentes com os quais se identifica, outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimento ou pertencimentos (Gohn, 2010, p. 31).

A *emoção* também integra o conjunto de estratégias dos movimentos sociais para envolver participantes na produção da identidade numa dimensão intersubjetiva. No entanto,

¹⁶ A definição de movimentos sociais de Castells (1997) segue este mesmo princípio, sendo considerada como tipo de ação coletiva com propósitos claros, cujo resultado, mesmo diante do fracasso, transforma valores e instituições da sociedade. O autor entende que os movimentos devem ser analisados do modo como se reconhecem, isto é, o discurso empregado por eles ao interpretarem o porquê de existir e de defender uma causa.

essa característica se revela com maior intensidade no momento em que os atores, enquanto coletividade, se fazem “surgir” para outros públicos. Consiste no apelo à emotividade como recurso de apresentação e de tradução das situações de injustiça ou de opressão durante as reivindicações, distinguindo os códigos simbólicos dominantes institucionais (falas autorizadas vinculadas às estruturas de poder) da “pessoalidade” e acervo de histórias e acontecimentos das ações coletivas. O repertório de recursos emocionais assume múltiplos níveis de intervenção, englobando os mecanismos organizacionais, os ciclos de protestos e as relações macroestruturais, como as aparições nas esferas midiáticas e o relacionamento com setores do governo (GOODWIN, JASPER e POLETTA, 2004, p. 414).

O nacionalismo e o ativismo religioso atuam como fontes determinantes desse potencial emotivo. Em novembro de 2011, a revista francesa “Charlie Hebdo” publicou uma charge com a imagem do profeta Maomé. Nela, o mulçumano é retratado como editor “convidado” na cobertura sobre a influência islâmica na Primavera Árabe¹⁷. Horas depois, o semanário teve a redação incendiada e o sítio na internet invadido por hackers que deixaram a mensagem: “nenhum Deus além de Alá”. Seis anos antes, em 2005, a veiculação de desenhos satíricos do líder religioso na Dinamarca causaram revoltas no país e em outras partes do globo. Na Faixa de Gaza, a representação da União Europeia foi atacada por manifestantes palestinos armados; Arábia Saudita, Líbia e Kuwait fecharam suas representações diplomáticas e o Irã cortou as relações comerciais com a Dinamarca. As manifestações também chegaram ao Líbano, Nigéria e Afeganistão, levando a morte de dezenas de pessoas.

De acordo com Tarrow (2011), foram realizados, em quatro meses, mais de 200 protestos contra os cartunistas europeus. As reações de raiva ou ódio se situam, portanto, nesse estrado dos conflitos étnicos ou religiosos, envolvendo, em alguns casos, reações de violência. Esse despertar da “comoção” também intensifica laços e passa a nortear o discurso público dos movimentos, apontando oportunidades de aparição e de integração. Recentemente, as agressões contra homossexuais em São Paulo, no segundo semestre de 2011, pautaram a agenda dos movimentos e da mídia para o tema da intolerância, com protestos na Avenida Paulista contra os ataques homofóbicos e reportagens sobre o assunto nos veículos de comunicação brasileiros.

A presença desses quadros interpretativos das ações coletivas (*framing*), a construção de identidades e as reações emocionais têm resultado, sobretudo, na presença de

¹⁷ Conjunto de manifestações democráticas, ocorridas entre a segunda metade de 2011 e 2012, contra governos considerados autoritários pelos ativistas em países como a Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Arábia Saudita, Sudão e Iêmen.

movimentos sociais pautados pela defesa dos direitos culturais¹⁸. Os atores centrais dos conflitos sociais se afastam, portanto, da dimensão de uma classe ligada à produção industrial e se aproximam de grupos com visões opostas sobre o uso dos recursos cognitivos e simbólicos (MELUCCI, 1996; DELLA PORTA e DIANE, 2006). A disputa pela produção de significados reposicionou, desse modo, atores e lutas sociais. O sentido das demandas se expressa pela realização do movimento como sujeito, capaz de transformar situações, territórios simbólicos e de se reconhecer como participante dessa mudança.

Esse conjunto de transformações inscreveu uma nova gramática moral nos conflitos coletivos. Não parte, necessariamente, da conquista do poder, mas da construção de uma base social de argumentação a partir da causa empreendida. A apropriação do conhecimento e da informação põe em questão o modo de utilização social de recursos e modelos culturais. Se tornam, em certo sentido, “novos”, no que se refere às ações mais homogêneas no espaço público. Como afirma Gohn (2010, p. 165), “os novos movimentos sociais buscam, à margem de partidos, sindicatos e estruturas estatais, modificar as instituições de forma que os reconheçam como interlocutores legítimos”. Partindo da identidade e dos direitos da mulher, o feminismo se mostra como exemplo dessa rede complexa dos atuais movimentos. O combate ao patriarcalismo e a conseqüente estrutura de produção dele derivada é redimensionada por outras trincheiras de atuação, como a sexualidade, a personalidade e as formas de reprodução. Na mesma trilha, estão ações coletivas como os movimentos antiglobalização, de defesa do meio ambiente e de outras identidades específicas, como expressa Touraine (2010):

A passagem dos movimentos oriundos da sociedade industrial para os novos movimentos sociais e culturais deu-se rapidamente, e hoje precisamos tapar os ouvidos se não quisermos ouvir o barulho dos ecologistas, das feministas, dos defensores das nações ameaçadas ou já destruídas por um genocídio¹⁹ (TOURAINÉ, 2010, p. 110).

Os novos movimentos sociais, entendidos como força motriz dessa reorganização por assertivas, propagam argumentos e reivindicações em busca de reconhecimento para outras unidades sociais, como instituições e grupos. Ao mesmo tempo, buscam redefinir o próprio senso comum de legitimação, ou seja, estabelecem uma nova ordem jurídico-comunicacional no “outro generalizado”. Desse modo, a identidade desses atores abdica de uma apresentação

¹⁸ De acordo com Touraine (2010), esse desacoplamento com uma dita “sociedade industrial” teve início na década de 1970, impulsionado, majoritariamente, pelas feministas e pelo movimento negro.

¹⁹ Alain Touraine identifica uma sociedade “pós-industrial” como forma de designar as mudanças no processamento de informações e de socialização do conhecimento nas últimas décadas. O autor foi um dos primeiros a relacionar essas transformações com as ações coletivas em curso.

essencialmente homogênea, como no caso dos chamados movimentos de status²⁰ (partidos políticos, sindicatos, e religiões), e passa a depender de uma dinâmica amparada nos próprios membros, na solidariedade, no confronto e na composição de elementos mais autônomos e, conseqüentemente, autênticos (ESTEVES, 2007, p.56).

Essa cobrança por legitimação se apresenta como corrente de ações e de argumentos contrários para que um ordenamento político seja classificado como justo, isto é, capaz de agregar reconhecimento na esfera pública. Os conclames ou protestos dos movimentos sociais se constituem no sentido claro de pressão por legitimidade. Apenam aos responsáveis ou mandatários para que retomem as decisões de processos políticos dados por “formalmente” concluídos, como maneira de persistir com o sentimento de crítica pública com vistas a outros padrões de justiça, pertencentes à sociedade. Buscam, portanto, reparar as injustiças de reconhecimentos negados no âmbito político-discursivo e rediscutem pressupostos de participação democrática. Ao rechaçar o enfoque padrão, que estabelece os marcos referenciais jurídicos segundo prerrogativas dos Estados e das elites transnacionais, também apontam, radicalmente, para um processo de democratização. “Para tanto, quanto mais reflexivos e determinados, mais os movimentos por transformação exigem a criação de novas esferas democráticas para debater sobre as questões desses marcos de referência” (FRASER, 2008, p. 59).

Nessas circunstâncias, cabe-se indagar: Qual o papel representado pela imagem ofertada pelo jornalismo sobre a atuação dos movimentos sociais? *Como uma das bases para o reconhecimento de aspirações individuais encarnadas em identidades coletivas, o campo do jornalismo confere visibilidade aos argumentos, olhares e perspectivas que podem receber amparo no idioma público.* Esse nexos objetivo de sentido entre a formação de identidades dos movimentos sociais e da versão midiática da atuação desses atores coletivos também assume características centrais na esfera política e nos marcos de referência abrigados nas ações coletivas. Como infere Honneth (2007, p. 187), “o *self* só pode individualizar-se de acordo com a ação dos próprios impulsos como garantia da idealização, ou possibilidade de reconhecimento, a partir de uma comunidade de comunicação expandida”. Tem-se, assim, um dos lastros de legitimação discursiva – incorporação do diferente, com o expandir da crítica e dos potenciais de emancipação – presente na construção social da notícia. O papel desempenhado pelo jornalismo adquire novos contornos com o reconhecimento do indivíduo

²⁰ Baseado em Melucci, João Pissarra Esteves (2006) considera que os “movimentos de status” se apresentam como movimentos sociais “tradicionais” ou “socioculturais”, isto é, se consolidam de forma cada vez mais institucionalizada em relação à autonomia dos membros que os compõem.

inserido em uma comunidade auto-reflexiva da diferença, vinculada ao enfrentamento de novas ideologias e, ao mesmo tempo, aberta às singularidades.

1.3 Não-outro generalizado e composição da notícia

Historicamente vinculado às acepções liberais - a notícia como mercadoria fundada no direito à informação de poucos para muitos -, os jornais reverberam, em determinadas situações, a exclusão do outro, criam fendas no próprio ato de narrar. As implicações dessas disrupções no domínio público da mídia atentam para os efeitos da construção dessa informação alargada sobre a participação política e a luta por novos direitos. Os movimentos sociais, como resultado das ações coletivas, aparecem como importante eixo dessa relação. Ao rechaçar o conteúdo de políticas virtuais imbuídas de reconhecimento no âmbito do discurso, os *media* reiteram a lógica de legitimação do mesmo, do vazio amparado na noção abstrata do eterno retorno à ordem pública e na ausência de um debate racionalmente estabelecido.

A construção de uma agenda periódica e restrita aos valores democrático-liberais contribui para o não-reconhecimento das identidades coletivas, restringindo, com isso, as acepções individuais capazes de gerar novas opiniões ou aspirações por mudanças sociais. Esse lastro discursivo impede, portanto, a possibilidade de conhecimento sobre determinada demanda ou a motivação da causa empreendida por grupos organizados em torno de interesses emancipatórios (luta por novos direitos, revisão de ideais pré-estabelecidos, aumento da capacidade de participação da sociedade civil). Com isso, esvaem-se também as condições para auto-realização na esfera pública, ou seja, as pretensões de emancipação do “*T*” meadiano estariam negadas a alcançar reconhecimento tanto na periferia quanto no epicentro do “outro generalizado”.

A criação dessa ausência, ampliada com a divulgação de bens simbólicos orientada por técnicas quase industriais e de acesso pouco democrático, se constitui como o “não-outro generalizado”, ou seja, quando as lacunas impressas na composição da notícia negam o reconhecimento de uma motivação (ou mesmo o direito à voz) de identidades coletivas agrupadas em movimentos sociais. Atinge, nesse sentido, diferentes níveis de injustiça respaldadas, em maior ou menor grau, pelo campo do jornalismo. Como exemplifica Fraser (1997), pode incluir características de uma “dominação cultural” (estando sujeito a chaves de interpretação e visões de mundo que tornam a cultura local hostil ao próprio contexto onde se

desenvolveu): não-reconhecimento (criação de públicos *invisíveis* enquanto possibilidade de legitimação pública) e desrespeito (estereótipos na representação político-cultural desses públicos).

A generalização do não-outro também pode ser considerada como efeito de uma comunicação sistematicamente distorcida (HABERMAS, 1997), decorrente de uma situação de desigualdades em termos de poder estabelecida entre interlocutores. Neste ponto, pode-se evidenciar a presença de “porta-vozes” que falam em nome de outros, resignando parte da opinião ao silêncio ou a uma pauta sem qualquer vínculo com as ações públicas empreendidas por estes atores. Segundo Esteves (2003) essa distorção define os limites (estreitos) impostos a cada participante ou atores sociais do como eles podem falar publicamente e sobre o que podem tratar, com a consequência inevitável das soluções que nunca poderão ser encontradas para as situações problemáticas que se colocam.

Nesses casos, tem-se em vista uma violência travestida em símbolos - o não-dito como ausência discursiva do reconhecimento da motivação de grupos que possuem como objetivo a rediscussão por direitos e por visibilidade numa comunidade de comunicação alargada. Com efeito, essa apreensão das ações coletivas torna-se mais próxima de uma noção abstrata do individualismo liberal, ou seja, renuncia causas coletivas quando sobrepostas aos interesses do mercado e da ordem pública. “As notícias temem a divulgação da sociedade de massa, apesar de usar o termo quando preocupadas com o domínio das massas em relação às altas culturas” (GANS, 1979, p. 51).

Em contrapartida aos desvios do individualismo, os jornais apelam à *moderação* discursiva, “punindo” com adjetivos pejorativos e tons satíricos aqueles que adotam comportamentos extremistas. De modo oposto, “as soluções moderadas são exaltadas” (GANS, 1979, p. 51). Como um eterno retorno à *ordem* institucional pós-ruptura, os jornais buscam, sobretudo, culpar aqueles que a transgridem. A desordem moral é, assim, um valor durável até que a ordem seja outra vez estabelecida.

Esse vínculo às distensões próprias da desordem e o consequente retorno à ordem, como numa liga de elástico que se estende e volta ao mesmo ponto, faz do discurso jornalístico uma região de *consenso*, onde são encontrados valores como sociedade, pátria, liberdade. Essa esfera tem papel essencialmente legitimador e, de certo modo, conservador, ao atrelar-se tão somente às fontes oficiais (campo político, econômico e especialistas – “saberes reservados”). Nessa esfera, os jornalistas não se sentem na obrigação de buscar pontos de

vista opostos, agindo como advogados ou “protetores cerimoniais de valores de consenso” (HALLIN, *apud* TRAQUINA, 2004, p. 114).

Segundo Hallin, uma segunda região do universo noticioso é a da *controvérsia*, quando os periódicos se veem diante de posicionamentos opostos e recorrem à objetividade como parâmetro de equilíbrio e neutralidade. Para além da controvérsia, reside a esfera do desvio. Nesse caso, as fontes são execradas do debate público pela não correspondência com a “ordenação” dos *media*. A prática jornalística desempenha, assim, o “papel de expor, condenar ou excluir da agenda pública os que violam ou desafiam os valores de consenso, e apóiam a distinção consensual entre atividade política legítima e ilegítima” (TRAQUINA, 2004, p. 114)²¹. Com isso, o jornalista deixa de habitar no seu cerne a forma viva de uma prática comunicacional pautada no debate, no confronto argumentativo de posições validadas e racionalmente apresentadas. À revelia, passam “a predominar as questões técnicas relativas à objetivação das opiniões privadas: como fixá-las e formalizá-las de modo operativo, como processá-las para que gerem outras realidades quantitativamente mais relevantes” (ESTEVES, 2008, p. 6).

* * *

O eixo entre os ímpetos de subjetividade e o processo de socialização ampliado pela linguagem jornalística tem amparo no “outro generalizado” (MEAD, 1992) a partir da pressuposição de um senso comum, ideias legitimadas intersubjetivamente, compartilhadas como conhecimentos já adquiridos. A criação dessa “realidade eminente da vida cotidiana”, designada sob parâmetros determinados de desenvolvimento da notícia, ou na composição de “quadros” para reportar acontecimentos, contribui para o papel central representado pelo jornalismo nas sociedades contemporâneas. De acordo com Alfred Schutz (1982), esse “universo do cotidiano” deve ser considerado a partir de três aspectos do conhecimento (forma como as pessoas aceitam um fenômeno como dado): 1) A reciprocidade de perspectivas e da estrutura de socialização do conhecimento; 2) a origem social do conhecimento ou a genética da socialização do conhecimento; 3) a distribuição social do conhecimento.

A estrutura dessa socialização proposta por Schutz distingue as múltiplas realidades sociais que deságuam no estuário do mundo da vida comum. Os sub-universos – como os

²¹ Ao estudar a cobertura norte-americana da Guerra do Vietnã, Daniel Hallin (*apud* TRAQUINA, 2004), revela que a mídia atuou como um “contra-poder” a favor do conflito armado. Em 1968, no início do confronto, o movimento anti-guerra foi nitidamente reportado na esfera do *desvio*, ao lado dos inimigos vietnamitas.

mundos da ciência, do sobrenatural, dos sonhos -, operam com âmbitos de significação finitos que são interrompidos por devaneios e pensamentos íntimos para despertar no mundo socialmente partilhado, dotado de um acervo prévio de experiências que serve de referência (*knowledge at hand*). É, pois, a transição do considerado real por cada um. Uma forma específica de sociabilidade, um mundo intersubjetivo de comunicação, espaço para ação social. A troca de uma experiência vivida por outra. Na desconstrução das barreiras semânticas entre campos, são construídas pontes entre espaços cognitivos, baseadas numa gramática comum.

Essa estrutura de socialização gera um tipo de conhecimento com características objetiva e anônima: é formulado independente das minhas circunstâncias biográficas. A tipicidade e as características de nossas experiências não questionáveis e comportamentos são também inerentes às relações de afeto de causa e finalidade, de significado e fins, e, por essa razão, com a praticabilidade das ações humanas dentro do domínio das coisas tomadas como próximas (SCHUTZ, 1982, p. 75).

O campo do jornalismo é entendido como província de significado (in) finito, portador de afirmações que transitam entre os espaços particulares da realidade. Torna-os familiares, reconhecidos. Pode ser tomado como lugar de referência na contemporaneidade. Atua como irradiador de histórias, relatos, argumentos que, ao serem lidos ou ouvidos, podem, ou não, ser tomados como adquiridos. São, enfim, discutidos e oscilam no mundo da vida imbricando realidades múltiplas, fazendo o estranho (outras províncias) típico, próximo. “Por detrás do olhar do jornalista existe de certa forma uma grelha tipificadora que constitui o seu auxiliar precioso no esforço de conferir uma certa ordem e sentido à realidade” (CORREIA, 2005, p. 134).

A constituição desses universos na busca por significados comuns assume, nesse sentido, a compreensão recíproca de uma noção partilhada de realidade. “A relação que dispomos com o mundo social tem como referencial, apesar de todas as variações individuais, (...) um sistema comum de interpretações, que oferecem uma estrutura típica de conexões” (SCHUTZ, 1955, p.318). Essa estrutura de “relevâncias” da vida social propiciada pelo jornalismo tematiza o tempo presente em torno de realidades específicas. Como uma lanterna na escuridão, os *media* podem *fazer enxergar* determinadas regiões antes não vistas, ou, de outro modo, manterem-se atrelados aos mesmos ambientes narrativos. Funciona, assim, como um “domínio social de relevâncias”, por despertar um elemento de conhecimento gerado e aprovado socialmente, institucionalizado.

Relacionado ao “outro generalizado”, entendido como pauta cultural ampliada, esse “sistema de relevâncias” se apresenta como fruto de uma construção de conhecimento do senso comum, por tentar interpretar o mundo social selecionando informações com um grau determinado de interesse à vida diária²². Contudo, a possibilidade do conflito ou do “não encontro” nesse processo de interação social, deixa rastros de como essa gramática do comum, apesar de reunir uma aparência de coerência, clareza e consistência, abarca, em algumas situações, as dúvidas, suposições e a ignorância velada. A pseudo coerência, próxima do consenso forjado em discursos específicos, reforça a imagem do “estranho”, a dizer, a caricatura dos que não assimilam as “certezas” dadas e são representados a partir da “estranheza”.

Desse modo, ao reiterar a invisibilidade de públicos ou abordá-los segundo discursos ordenadores mais próximos de “um tornar estranho”, os jornais podem atuar como “efeito espelho”, marcado pelo estereótipo às identidades, preconceitos e mal entendimentos (SCHUTZ, 2010). *O “não-outro generalizado” se relaciona, assim, com o desconforto dos tornados “estrangeiros” no discurso midiático.* A descoberta de públicos ou de “casos limite” fora do território de pertencimento, pressuposto como ausente do ambiente social. Proporcionam, por conseguinte, um deslocamento das linhas de contorno do domínio de relevâncias na exigência por reconhecimento. Por isso, em situações de conflito, o jornalismo se vê diante da necessidade de dar a palavra a novos agentes, na tentativa de aclarar outros problemas do mundo social sob o peso de se deslegitimar enquanto poder-símbolo de construção da realidade.

“Talvez a força do jornalismo nas sociedades marcadas pela contingência diga respeito à sua capacidade de criar um espaço de diálogo comum que permita a transição entre o mundo cotidiano e outras províncias de significado que exigem um grau de perícia, de capacidade crítica ou esforço imaginativo que ultrapassam o pragmatismo do senso comum. Entre estas províncias de significado contam-se certamente as identidades” (CORREIA, 2011, p. 10).

De acordo com Schutz (2003), essa interrupção no fluxo do hábito pode vir a derrubar precipitadamente as zonas de relevância do discurso midiático, ou seja, o padrão cultural não mais funciona como um sistema de receitas testadas à mão. Essa proximidade com o senso comum, e também com as instâncias dominantes, confere ao jornalismo espaços usualmente

²² Schutz (2003, 2010) parte de um estudo fenomenológico dos problemas relacionados à ação social. Apesar de concordar com Mead (1934) que o contato com novas experiências introduz o autoquestionamento e abre margem a outras dimensões reflexivas, considera que as proposições do autor norte-americano interpreta os fenômenos sociais segundo “estímulos e repostas”. Para ele, o mérito de Mead está na análise da estruturação da realidade quando relacionada com a ação.

ocupados por estruturas do poder político e financeiro. Admite a reiteração de “lugares fora do lugar”, como ocorrem nas interpretações ocidentais do Oriente, a partir do monólogo midiático do norte do mundo, detentores das principais agências especializadas na venda de notícias e de opinião²³. Como atesta Santos (2006), o Oriente continua a ser uma civilização temível e temida sob duas formas: uma de matriz política, o chamado “despotismo oriental”, e outra de matriz religiosa, com o denominado “fundamentalismo islâmico”, ambas reiteradas como outro civilizacional do Ocidente, “uma ameaça permanente contra a qual se exige uma vigilância incansável” (p. 185)²⁴. Essa demarcação de fronteiras, ou criação de muros para “públicos estranhos”, parecem incorporar os jornais como “zona de conforto”, antítese dos lugares não recomendados, só vistos sob a ótica da violência, do confronto, do selvagem.

O acesso dos “estranhos” na composição da notícia, nessa generalização do não-outro, reverbera verdadeiros “espaços vedados” às condições do dizer. Desencorajam a percepção de que a fonte sem sobrenomes ou alcunhas oficiais (especialista, graduado, coordenador, presidente) estejam no limiar de personagens. Como condomínios privados, os periódicos agem, em determinadas circunstâncias, como porteiros para além do que David White cunhou *gatekeeper*²⁵. Públicos “invisíveis” e “estranhos” só serão convidados a entrar sob aviso prévio.

É como se os “muros”, parcela de público presumido e linha editorial, reforçassem a interação do desrespeito, um círculo alimentado por desinformação. Ou, melhor dizendo, por excesso de informação que acentua a percepção de “outros” como “estranhos”. Como exemplo, tem-se a cobertura do *Diário de Pernambuco* (DP) do assim chamado “Pânico na Zona Sul”, ocorrido no Recife-PE, no bairro de Boa Viagem, em maio de 2010. A manchete em referência era intercalada pelas expressões bombas caseiras, shopping, arrastão e vândalos. Segundo o jornal, os moradores da região com o metro quadrado mais caro da cidade viveram “uma hora de pânico”:

O **terror** começou um pouco antes das 18h, com uma briga entre dois grupos de adolescentes rivais dentro do estacionamento do Shopping Center Recife. Os jovens portavam bombas caseiras e rojões, além de canos de ferro que

²³ Segundo Serrano (2009), 80% das notícias que atualmente circulam em escala global procedem de quatro agências de notícias internacionais: *Associated Press*, *United Press International*, *Reuters* e *Agence France Press*.

²⁴ Neste aspecto, cabe-se também menciona Edward Said (1978 *apud* Santos, 2006), que admite a presença de um “nós” ocidental, em relação a um “eles” orientais. Ao Ocidente são designados os atributos de “racional, desenvolvido, humano e superior”, contra a versão oriental de “subdesenvolvimento, aberração e inferioridade, espaço do fundamentalismo islâmico e da representação do prerigo”.

²⁵ Também conhecida como “teoria da ação pessoal”, a discussão sobre o *gatekeeper* foi empreendida pelo norteamericano David White em 1950. O termo se refere ao editor, ou “porteiro de notícias”, responsável pela seleção de tudo o que será noticiado.

usavam para simular revólveres. Os clientes do centro de compras ficaram **desesperados**²⁶ com a situação. Segundo relatos, houve tumulto dentro do shopping. (DP, Bando aterroriza Boa Viagem. Recife, 16/05/2010).

A narrativa ganhava novos contornos e adjetivos, sempre vinculada ao temor dos moradores (núcleo do sujeito do início da reportagem) diante da ação dos “estranhos” ao bairro:

O medo ficou ainda maior quando os adolescentes começaram a detonar os explosivos. Os seguranças do local conseguiram dispersar o grupo, formado por, pelo menos, 30 jovens na faixa etária entre 14 e 17 anos. Mas eles saíram de lá e continuaram o tumulto, realizando arrastão e atos de vandalismo pelas ruas do bairro.

O grupo só foi controlado depois que policiais militares do 19º Batalhão apreenderam 13 adolescentes que estavam dentro de um ônibus da linha Ibura/Boa Viagem, na Rua Barão de Souza Leão. Quando chegaram na Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA), no entanto, eles foram liberados mediante autorização da delegada Lúcia de Fátima (cf. 2010).

Além de revelarem a suposição de uma “invasão” ao espaço dos moradores, o jornal também contribuiu para o pré-julgamento “impune” diante do “terror” com a liberação dos adolescentes pela polícia. As fontes de informação, enunciadores de um mesmo posicionamento, pareciam demarcar a complementaridade “outro” e “medo”. O comandante da Polícia Militar, ouvido na matéria, foi enfático ao declarar que os jovens eram “do Ibura e região vizinha e já saíram prontos para causar esse tumulto geral”. O mesmo argumento da polícia foi aferido nos comentários postados no sítio do DP na internet. Sem hesitar, os internautas pediam mais intervenção da polícia e atuação imediata para combater os “vândalos”, conforme indicam as formações discursivas²⁷:

Cadeira elétrica neles // E quanto aos discursos de que falta educação para os **pobrezinhos**²⁸, não passam de falácia de quem defende **marginal**, o bairro do **Ibura** possui várias escolas com bons professores, áreas de lazer e várias atividades para os jovens, acontece que eles preferem a **baderna** ao invés da escola e, enquanto forem tratados como coitadinhos desamparados, continuarão **aterrorizando** os verdadeiros **humanos direitos** // Essa **canalhada** devia ter levado uma **baíta surra**. Volta pra favela que é teu lugar, marginal // Quem deveria ser presa era a delegada que **liberou** estes **vândalos** // Tem que ser controlada a vinda deles do IBURA, todo domingo é isso, eles vem em bandos aterrorizar a zona sul // Os seguranças do shopping deveriam ter **descido o cacete** em cima desses marginais e depois **jogado tudo na maré** (DP, 16/05/2010).

²⁶ Grifo nosso.

²⁷ Dadas isoladamente, desprovidas de contexto, as palavras não possuem um sentido nelas mesmas, elas derivam das formações discursivas onde estão inscritas. Tais formações, representam, no âmbito do discurso, características ideológicas de reação aos acontecimentos mediados pela linguagem.

²⁸ Grifo nosso.

A reprodução dos estereótipos em relação ao “outro” carrega a negação da controvérsia. Culpados ou não, os supostos “vândalos” ou seus pais sequer foram ouvidos pelos repórteres. *A discussão abarca, contudo, sob que olhares os invisíveis tornam-se visíveis no “não-outro generalizado” do jornalismo.* Esse processo inscreve-se nas estratégias de tipificação dos acontecimentos em processos noticiáveis. A linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e previsível na atitude natural do mundo da vida: a percepção do que é tido como noticiável e a produção de notícia implicam o recurso de quadro de experiência, tornar, fenomenologicamente comum, a intermediação do fato (CORREIA, 2005). Nesse ponto, pode-se induzir que o noticiário dispõe de princípios (*frames*) de organização que governam os acontecimentos e o envolvimento subjetivo do público com esses acontecimentos. Por se tratar de um campo que busca essencialmente o “novo”, nutre não apenas *frames* primários – notabilidade dos acontecimentos que incidem na história – mas também de *frames* secundários, isto é, “quando participantes sabem e reconhecem que foi produzida uma alteração sistemática que lhes fará definir de outro modo o que se sucede” (GOFFMAN, 1984).

Pode-se considerar, portanto, que o noticiário está imerso na realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. Conforme argumentam Berger e Luckmann (1985, p. 11), essa realidade equivale à qualidade pertencente a fenômenos reconhecidos como um ser independente de nossa própria volição (não podemos ‘desejar que não existam’). Também parte da certeza do considerado como adquirido – reconhecimento de que os fenômenos são reais e possuem características específicas, ou seja, articulam determinado grau de conhecimento.

O modo de apreensão do “real” como discurso e instância midiática guarda, no entanto, elementos dessa comunidade profissional dotada de valores culturais próprios. Essa tribo jornalística (TRAQUINA, 2004) agrega a (in)capacidade de narrar e interpretar os acontecimentos tornando-os visíveis, públicos, por meio de veículos determinados. “Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (cf. 2004, p. 107).

O enunciado jornalístico relaciona-se, portanto, a uma noção de realidade que atravessa chaves de interpretação das diversas dimensões do mundo social. “Constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como presenças de um outro mundo” (BERGER E LUCKMANN, 1985, p.61). De

maneira inversa, também é capaz de abstrair símbolos da vivência cotidiana e depois de fazê-los retornar, apresentando-os como elementos objetivamente reais, institucionalizados por meio de tipificações habituais nas condutas humanas.

Contudo, a apresentação do “real” pelos *media*, como observado anteriormente, também difunde conhecimento. A realização desse saber adquire sentido duplo: o de apreender a realidade social objetivada e o de produzir continuamente essa realidade. Com base na eleição do que é importante para o público, o campo do jornalismo estabelece uma estrutura de *relevâncias*, ampliação *mediatizada* de significados considerados como fundamentais ao debate público. Tais processos permitem a ultrapassagem do mundo subjetivo pela dimensão cognitiva das representações sociais²⁹, e “de uma dimensão prescritiva indicando os objetivos e as normas de acordo com as quais os indivíduos e as coletividades devem comportar-se” (CORREIA, 2005, p. 127).

Apreende-se, assim, que o universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Decorre, conforme Gaye Tuchman (1978), de uma composição fenomenológica, maneira como os jornalistas sedimentam significados a partir de atos cognitivos e perceptivos. Em primeiro plano, temos as notícias como um método institucionalizado de informar (ser consumido e avaliado pelo público). As pessoas buscam jornais, revistas, televisão com a finalidade única de se inteirar sobre os acontecimentos, *fazer saber*. Em segundo, o noticiário é localizado, composto e disseminado por profissionais envolvidos em práticas e processos rotineiros.

Os jornalistas criam, portanto, uma *rotina do imediato*. Na investigação que propõe, Tuchman considera que os jornais impõem ordem no espaço a partir de uma rede (*news net*) para narrar e “capturar” os acontecimentos. As estratégias de cobertura espacial atingem três direções: na primeira, os jornalistas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial (localização dos repórteres, fotógrafos, cinegrafistas); na segunda, existe uma especialização organizacional, a dizer, profissionais dos *media* que se envolvem em determinadas instituições de potencial noticioso (hospitais, tribunais, congresso, bolsas de valores); na terceira, temos a subdivisão dos acontecimentos em tópicos pré-determinados como educação, esportes, política.

²⁹ Habermas (1984, p. 133-135) evidencia a translação da subjetividade no mundo da vida com base no conceito de Goffman (1959) que denomina de ação dramatúrgica. O teórico alemão pressupõe que as manifestações expressivas, visualizadas numa atitude cênica, evidenciam a subjetividade do ator frente a outros delimitando as fronteiras do mundo exterior. Desejos e sentimentos ocupam, pois, um papel paradigmático: enquanto raízes de necessidades que guardam relação direta com o mundo social.

Essa rede de notícias “impõe ordem no mundo social porque permite que os fatos sejam noticiados mais em algumas localidades do que noutras” (TUCHMAN, 1978, p. 23). As estratégias estão, portanto, vinculadas à necessidade de angariar notícias e de “tipificar” os acontecimentos em processos noticiáveis. Desse modo, a descrição da realidade implica construções suscetíveis de comparações, de traços de ocorrências variadas que tomamos como semelhante. No mesmo caminho trilhado por Schutz (1982), consideramos o processo de tipificação - tornar familiar, comum -, como principal elo narrativo entre o fato que emerge abruptamente na realidade e a construção dele em notícia.

Da mesma forma, Alsina (2005, p. 334) salienta que “notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível”. Envolto diretamente na estruturação desse mundo, os jornalistas são autores do noticiário, reverberam ações e objetivos nas eleições factuais que realizam ante o acontecimento. A confecção da notícia deságua, nessa concepção, em três mundos distintos e inter-relacionados: o mundo *real*, o de *referência* e o *possível* (ALSINA, 2005, p.338).

No mundo *real* estão dispostas as fontes em primeira mão aos jornalistas e dotadas de sentido *a priori*. Lugares onde irrompem os “relevos”, acontecimentos - surgidos ou criados – com potencial noticioso. Para dar sentido aos fatos, os jornalistas adotam um modelo interpretativo a partir de um mundo de *referência* (valores culturais e profissionais). Por esse prisma, *enquadram* a ocorrência num plano narrativo peculiar, contam histórias na vida intersubjetivamente partilhada (público). O mundo *possível* emerge das interfaces entre o acontecimento e o mundo de referência. Como produto-final, abarca implicações da construção da notícia, re-criam universos simbólicos, disseminam atmosferas enquanto leitura social dos acontecimentos.

Cada uma das esferas assume vicissitudes, operam o sentido de modo determinado. O mundo *real* envolve a verificação, apuração dos fatos que são construídos e confrontados com novos dados ou informações sobre o acontecimento. O mundo da *referência* está relacionado à verossimilhança, ao pano de fundo cultural do jornalista, com as estratégias de tipificação e relevância associadas ao interesse público. Também dizem respeito aos elementos da produção noticiosa como as rotinas informativas e construção semiótica do discurso jornalístico. O mundo *possível*, por seu turno, recorda a condição necessária de busca pela verdade (não-absoluta), em que elementos narrativos são descartados concedendo virtualidade discursiva própria da notícia, uma construção da realidade selecionada entre outras possíveis.

A proposta de uma linguagem transparente, preconizada pela teoria do espelho - notícia como reflexo da realidade -, é, nesses termos, abolida. No entanto, a busca pela verdade, esboçada desde a apuração até a composição do fato-notícia, não deve ser desconsiderada no mundo de verossimilhança. Ademais, a crítica que se faz à objetividade consiste na correspondência direta entre o mundo objetivo e os enunciados propostos como verdadeiros. O conceito de mundo da *referência* abre margem para uma relação de inteligibilidade do jornalismo com o mar de argumentos e pretensões passíveis de agregar sentido no idioma público. Antes da assertiva do relato fiel dos fatos, os jornalistas deveriam pensar em construções discursivas plurais, numa perspectiva bifronte e consensual da verdade, de modo a melhor informar o público dos rumos futuros e história de suas comunidades.

Com isso, a credibilidade do que é informado deve ser compreendida não como concordância de comportamentos e expectativas na ação pública, mas pela competência argumentativa e pela fundamentação dos enunciados propostos na notícia. Ao esgueirar-se da máscara da objetividade, o jornalista deixa de ser detentor ou paladino da verdade para tornar-se um andarilho à procura dela. *Essa inteligibilidade mediada torna o campo do jornalismo mais próximo de refratar a realidade do que refleti-la.*

1.4 Reconhecimento coletivo e instâncias de aparição

A negação da auto-realização a partir da exclusão do outro no discurso jornalístico cria um verdadeiro “fosso político da notícia”³⁰ de caráter subjetivo, ao dificultar a possibilidade de reconhecimento de interesses individuais no interior do público. Essa relação, que caracterizamos como “não-outro generalizado”, têm impacto direto sobre os critérios de noticiabilidade morais levados a cabo nas coberturas. Atentam às características ordenadoras das democracias liberais, reinterpretem discursos sociais segundo recortes do real tornados informação pública. Os movimentos sociais, que abrem a perspectiva de relações ampliadas de reconhecimento e de diferentes representações da comunidade social, se veem, com isso, condicionados a formas de aparição pré-estabelecidas, seja a partir da negação do conflito, da ilegalidade ou das consequências trazidas pela ação.

Pode-se considerar duas instâncias dessa busca por reconhecimento nas comunidades de comunicação. A primeira delas diz respeito às relações informais de sublimação de uma situação de desrespeito individual para um grupo mais próximo, ou seja, se insere,

³⁰ Como apontado na Introdução, o conceito de *fosso político da notícia* será aprofundado no Capítulo 2.

inicialmente, numa abertura do “*T*” citado por Mead (1992), intersubjetivamente, aos “outros significativos” ou próximos, como possibilidade de tipificação de argumentos para um determinado grupo. Passam a gerar um horizonte subcultural das experiências de desrespeito. É o primeiro compartilhar de uma resistência coletiva por legitimidade social. A segunda instância se refere à publicização do discurso desses grupos na esfera pública política. Nesse processo de ligação entre o pessoal e o coletivo, e entre o coletivo e o geral (sociedade), o “outro generalizado” possui papel determinante, sobretudo no que diz respeito à atuação do campo do jornalismo. Nas sociedades complexas, essa relação não pode ser entendida sem a influência da onipresença midiática. Como dispõe Honneth (2003, p. 115), “apenas as experiências de sofrimento que ultrapassaram os limites dos meios de comunicação de massa são, usualmente, admitidas como moralmente relevantes, e nós somos incapazes de tematizar temas voltados às injustiças sociais desprovidos da atenção do público”.

Assim, o recorte de construção do real disposto na notícia encampa um papel central na tematização dessas “questões-limite”. As instâncias informais de comunicação, desde a interação inicial entre atores (*primeira instância*), compõe uma rede de encontros discursivos que podem gerar fluxos mais complexos e abrangentes. A visibilidade no idioma público da mídia (*segunda instância*) não pode se dar sem se levar em consideração essa agenda mínima de formação (informal) da vontade na esfera pública. Esse trânsito se relaciona diretamente com a não-generalização do outro, ou, como abordamos ao tratar dessa ambivalência estrutural no campo do jornalismo, contribuem para o reconhecimento dessas assertivas como atitudes legítimas no escopo social. Também atentam à intervenção do campo político, reelaborando propostas e sugerindo outras possibilidades de decisão. Essa incorporação de diferentes interpretações gesta uma inclusão do outro sob outro prisma, reinscreve, enquanto opinião pública, as fronteiras de atuação entre as acepções de (inter)subjetividade e da ação coletiva quando da mudança nos âmbitos político e jurídico.

Sobre este ponto, Melucci (1996) irá identificar uma fase “visível” e outra “latente” das ações coletivas. O processo de formação da dimensão pública atinge diversos níveis de cooperação e de interação entre atores antes da maturação midiática. Nesses casos, embora não sejam tão perceptíveis como nos momentos de interação pública, os sentimentos de solidariedade e pertencimento também se constituem como representações nítidas na fase de “latência”. Afinal, a identidade é nutrida por ações “escondidas” de um número reduzido de atores. “São precisamente estes grupos menores os responsáveis por reproduzir e criar as

condições de renovação das ações coletivas, bem como por originar as novas ondas de públicos que precedem as mobilizações” (DELLA PORTA e DIANE, 2006).

A conexão objetiva entre os movimentos sociais, derivados de ações e identidades coletivas, e a *segunda instância* adquirem maior ressonância quando interpõem os fluxos informais e institucionalizados no enfrentamento por novos direitos e proposições. Habermas (1997, p. 42) admite que “somente após uma ‘luta por reconhecimento’, desencadeada publicamente, os interesses questionados podem ser tomados pelas instâncias políticas responsáveis, introduzidos nas agendas parlamentares, discutidos e, eventualmente, elaborados na forma de proposta”. A transformação de responsabilidades formais por práticas que existam efetivamente passam, desse modo, pela concretização de resoluções políticas ou definidas no campo do direito. O que não significa a negação da desobediência civil como aporte legítimo por mudanças sociais, nem da pressuposição de um dissenso na construção de novos argumentos.

Ao referencial jornalístico é também atribuída a percepção desses fluxos de “comunicação sem sujeito”, isto é, dos discursos informais na esfera pública como potenciais discursos formais na tematização de assuntos outros. Afinal, esse “público fraco” é, quando cruzado numa rede pública e inclusiva de subculturas, sujeito da “opinião pública”. A percepção inteligível desse mundo de *referência*, próprio ao campo do jornalismo, pode admitir uma dimensão *reflexiva* da construção da notícia, que corresponde, simultaneamente, às reivindicações dos “invisíveis” na esfera midiática e, ao mesmo tempo, à análise das zonas de dissenso entrelaçadas nessas reivindicações direcionadas a uma formalização do conflito tornado público. Atua, como avalia Mead, como condição para enriquecer normativamente nossas representações da comunidade social. Corresponde à possibilidade de identificação individual com as reivindicações postas em causa por diferentes atores (distanciados espacialmente), gerando novas interpretações e adesão às respostas dadas às experiências de desrespeito, antes restritas a um âmbito privativo. Pode-se aferir, portanto, que um dos processos gestados na *segunda instância*, como resultado dessa *reflexão* na composição da notícia, pode corresponder, nas palavras de Honneth (2003), a uma “luta coletiva por reconhecimento”.

A revisão desses “costumes em comum” (THOMPSON, 1998), ou da reprodução hegemônica de determinados marcos político-jurídicos, retornam sob a ótica da intersubjetividade num reforço à auto-realização. O que se torna “comum”, nesse patamar, é a resistência coletiva e o reconhecimento de “si-próprio” em relação a uma comunidade de

comunicação futura. Nessa trilha, a luta, quando de uma coletividade, alimenta também a ação individual, estimula a participação e revisa atitudes consideradas ilegítimas de atores formais (institucionalizados) respaldadas por um *status quo*. Essa dinâmica recoloca o campo do jornalismo como um dos cerne nas estratégias de tipificação e de publicização dos movimentos sociais. Ao contrário da não-generalização do outro, seguindo um enquadramento mais próximo de uma exclusão discursiva, deve-se atentar para a abertura ao debate e à incorporação legítima de reivindicações sociais que assegurem a pluralidade de argumentos. Uma superação que pode corresponder a diferentes níveis de intervenção sobre o exercício do poder político e também à geografia de fontes jornalísticas, em geral, presa aos mesmos lugares e espaços de fala.

Em sentido amplo, essa deslimitação da subjetividade, funda outras interpretações acerca do papel do jornalismo. A revisão desses critérios morais de promoção da notícia e o expressivo vínculo com o espaço cedido à participação política no ideário liberal-democrático assentam outros eixos de discussão, sobretudo no que confere à relação entre o campo jornalístico e atuação dele no espaço público político. A expressão desse apelo da opinião às instâncias formais, como canal de formação da vontade, admite novos desafios entre a mídia e as ações coletivas.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E ESPAÇO PÚBLICO

O espaço de representação entre o corpo político institucional e as reivindicações da sociedade civil dirigidas para questões de justiça atentam para os processos públicos de confrontação e consenso na tomada de decisões. As condições de participação ou de exclusão de comunidades políticas no “direito a ter direitos” (ARENDDT, 2007) revelam limites outros da relação mais ampliada entre diferentes atores e o acesso que dispõem na influência sobre as decisões políticas. Em larga medida, o consentimento pragmático desses critérios diante de uma multiplicidade de ideais sustenta um universo racionalmente compartilhado, lugar de (des)encontros de argumentos, de visibilidade. Como instância da vida social, esse espaço público compreende a questão da legitimidade do poder, verifica debates, simboliza aspectos da vida pública e interage com identidades individuais e coletivas.

O enraizamento dos meios de comunicação no espaço público revela aspectos da *midiatização* da experiência simbólica, sobretudo no que diz respeito às demandas de administração e controle (Estado), bem como às formas de resistência social (ESTEVEZ, 2003). Encontra-se também permeado pela conjugação de velhos e novos meios, como é o caso da internet, em uma arena de disputa por formas de aparição. No não-terreno da *globalização*, vê-se, por um lado, diante da emergência do além fronteira, da criação de esferas públicas transnacionais (BOHMAN, 2007), em face da autonomização do sistema econômico e das possibilidades de controle social em escalas de desenvolvimento mais abrangentes; por outro, passa a admitir a fragmentação e a necessidade de perspectivas plurais nas sociedades complexas, que envolvem procedimentos de negociação de interesses e de anseios por mudança sem a anulação específica da autodeterminação (MELUCCI, 1996). O acesso à informação, como uma das fontes institucionalizadas para aquisição do conhecimento e de produção do simbólico, torna-se, com isso, uma forma de poder, delimitada pelas relações sociais sobre o exercício do campo político.

Os movimentos sociais tornam-se elementos-chave neste espaço de visibilidade, pautados pela confrontação entre significados e pelas próprias identidades que fundamentam e definem suas ações coletivas. A relação com o discurso midiático passa a gerar outras consequências com o sistema político ou poder administrativo, imbricado na formação da opinião pública em contextos determinados. Esse procedimento político desperta fluxos ou canais de comunicação na sociedade civil capazes de produzir transformações significativas no idioma público. Tal questão implica, em primeiro lugar, a revisão do conceito de esfera pública delineado por Habermas (2003), principalmente no que diz respeito à descentralização

do Estado-Nação. Em seguida, cabe-se abordar as dimensões do espaço público brasileiro, entendido como potencial de intervenção política dos atores coletivos e de outros setores da sociedade civil. Por fim, será também indispensável revisitar a tensão entre os movimentos sociais, o jornalismo e a democracia.

2.1 Esfera pública em novos contextos

Nos primeiros passos da investigação sobre a esfera pública burguesa do século XVIII, Habermas (2003) sublinha que a imprensa tem início em um sistema de correspondência privado, sobretudo entre comerciantes. A mudança de comportamento dos jornais a uma amplitude política, isto é, a uma função mais clara no que se refere ao cenário das conquistas liberais, emerge da necessidade de novos aportes comerciais e, ao mesmo tempo, da contraposição aos preceitos estatais. Nesse ponto, os periódicos passaram por um novo momento político no sentido mais amplo, atingindo a “imprensa de informação” o patamar de uma “imprensa de opinião”³¹. A intenção de obter lucros era, até então, deixada em segundo plano: “Uma imprensa que se desenvolvia a partir da politização do público (...) não mais apenas como órgão de transportes de informações e ainda não um instrumento da cultura consumista” (cf., p. 215).

Com o estabelecimento do Estado burguês, e a legalização de uma esfera pública politicamente ativa (garantia dos direitos de opinião e de expressão), a imprensa abandona sua posição polêmica e passa a assumir as chances de lucro de uma empresa comercial. Opera-se, nesses termos, a perda de parte da dimensão crítica do jornalismo, alavancada pela inserção publicitária e pela massificação da distribuição segundo ordenadores financeiros: “À medida que a esfera pública é, porém, tomada pela publicidade comercial, pessoas privadas passam a atuar enquanto proprietários privados sobre as pessoas privadas enquanto público” (cf., p. 221). Desse modo, a instância de influência midiática alarga, em certo sentido, as dimensões da esfera pública, mas esvazia esta de conteúdos políticos em detrimento de interesses particulares e da “venda de manchetes”³².

³¹ A passagem, abordada por Habermas na *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962/2003), alerta para os papéis desempenhados pelo jornalismo em diferentes fases. Da imprensa de “informação”, os periódicos atingem a dimensão da “opinião” para, só depois, se tornarem empresas comerciais voltadas à dependência do lucro e da publicidade (imprensa de massa). Um processo que resulta na inversão da notícia como mercadoria.

³² Habermas vai encontrar o conjunto de fatores que acarretaram essa mudança nas sociedades de países como a Inglaterra, França e Alemanha do século XIX. O distanciamento da opinião em relação ao Estado surge apoiado por um mercado em desenvolvimento e pela aspiração de ideais como o de liberdade. Espaços como salões e cafês, onde ocorriam debates e reuniões, aliado ao crescimento editorial e da imprensa, atuam como condicionantes dessa interação em uma dimensão mais ampla.

O declínio da tensão liberal, com papel decisivo na tese da esfera pública e do crivo da racionalidade argumentativa, passa a navegar entre a autonomia da crítica cultural e a comercialização do processo cultural, um processo causado pela infiltração mútua entre as esferas pública e privada (SILVEIRINHA, 2004, p. 233). As instituições jornalísticas passam, então, a representar um máximo de “público”, mas um mínimo de “opinião”. Entendida como corrente de razão por vezes separada e até contraditória em relação ao Estado, a opinião pública encarna uma nova instância de apresentação, uma figura de linguagem, encenação do coletivo nos referenciais de sondagens estatísticas (opinião não-pública)³³. Em direção contrária ao ideal liberal de esfera pública, a liberdade de opinião, quando filtrada pelos meios de comunicação em massa, passa a permitir a escuta, apenas, daqueles que opinam em nome de outros, a dizer, de uma maioria social não hegemônica.

Essa transformação da função midiática, antes estabelecida na interconexão entre a participação individual e a esfera pública, gerou fraturas no interior das relações políticas, com a diluição de barreiras sobre o privado e o generalizado. Cidadãos tornam-se consumidores de informações, espectadores com participação reduzida. Os jornalistas, por sua vez, iniciam a produção de notícias em massa, um produto responsável por fornecer informações a um público em larga escala, com regularidade e tempo de entrega determinados. É nesse contexto que as funções de convivência nesse espaço são transferidas “quer para o domínio do privado, cada vez mais intimista, ao abrigo do olhar e da intrusão de estranhos, quer para a escrita jornalística, convertendo-se o espaço público num território anônimo, (...) puro espaço de circulação e de passagem” (RODRIGUES, 1985, p. 05). A dependência das instâncias midiáticas revelam, nesse sentido, uma comunicação pública que tende a perder o caráter autônomo por se aproximar de uma versão imperfeita das dinâmicas de acesso da sociedade civil nos debates ampliados.

As fissuras provocadas pela incorporação da publicidade foram também acompanhadas pelo resgate do protagonismo do Estado sobre a influência na produção de conteúdos simbólicos. O reforço da autoridade estatal busca legitimidade nesse mesmo espaço comunicacional, seja a partir de mecanismos diretos de controle ou do próprio poder de investimento (distribuição da fatia publicitária que garante sustentabilidade a determinados

³³ Sobre este ponto, Pierre Bourdieu (1973) escreve que a “opinião pública” que se manifesta nas primeiras páginas dos jornais “(60% dos franceses são favoráveis à...) é um artefato puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um determinado momento do tempo é um sistema de forças e que não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma percentagem” (p. 03).

meios)³⁴. Essa interpenetração reduz as possibilidades de argumentos contrários ou da prevalência da crítica, reveste de despolitização os procedimentos políticos por mudanças, criando universos de consensos para situações estratégicas no reforço às características administrativas de burocratização da participação social. Contudo, Esteves (2003) argumenta que essa é uma ambivalência essencial do espaço público, que, por um lado, se assume como instância exterior ao poder (uma exigência radical de legitimidade) e, por outro, adquire papel cada vez mais institucionalizante de órgão político, sendo chamado a exercer funções de poder e a participar diretamente na própria dominação, mesmo em posição de inferioridade face ao Estado.

Como se pode notar, a base de argumentação de Habermas, nesse ponto, prioriza os componentes de degradação da esfera pública em detrimento dos potenciais de revitalização a partir da revisão de normas e do resgate do debate racionalmente estabelecido. Calhoun (1992) infere que as consequências dos meios de comunicação de massa sobre o público não são, necessariamente, de cunho “negativo”, como sugere a *Mudança Estrutural*, talvez repleta de mais “espaços” alternativos de profusão midiática do que o previsto nesta fase da teoria habermasiana.

A atualização em torno do conceito de esfera pública, tendo em conta os critérios elitistas de uma sociedade europeia e bem-educada, também foram passíveis de críticas. Como imaginar a participação de grupos excluídos do próprio processo de discussão? Uma das mudanças determinantes do apogeu “clássico” da esfera pública deu-se com o proeminência das identidades políticas. Com efeito, o estudo de 1962 seria acusado, pelas feministas, de “idealizar” a esfera pública burguesa, “criticando-a não só por suas condições ideais – espaço caracterizado por indivíduos discursando livremente – pondo em parênteses ou superando o estatuto e a identidade -, como no retrato que apresenta e que não pensa os mecanismos de exclusão” (SILVEIRINHA, 2004, p. 207). O apelo reside, sobretudo, no nexo entre a dicotomia público e privado patente na construção de identidade da esfera pública burguesa como fator que assume lugar (numa relação quase direta) com o discurso no público.

Nos traços apresentados pela crítica feminista dessa atualização da esfera pública burguesa liberal, concentram-se os processos de exclusão do patamar discursivo de participação das mulheres nos domínios públicos de países como a França, Inglaterra e

³⁴ Kellner (2011), estabelece a distinção entre o modelo liberal norte-americano, com grandes conglomerados voltados ao pressuposto de uma livre iniciativa, do sistema europeu público de radiodifusão. Atualmente, este último vem sofrendo uma pressão cada vez mais acentuada das esferas do mercado, sobretudo com a entrada das TVs a cabo e a maior produção de conteúdos em escala global.

Estados Unidos (ELAY, 1992). O afastamento da vida privada (espaço de dominação sobre o feminino) teria privilegiado as instituições da imprensa e da literatura como fator determinante sobre o campo das emoções e da relação pessoal. Na revisão proposta por Nancy Fraser (2008), essa esfera oitocentista incide sobre pressupostos de legitimação, tendo em vista os efeitos provocados pela opinião pública no seio da desigualdade existente na sociedade civil. O contraponto funda-se na reinterpretação da imagem de uma única esfera pública com potencial de intervenção e de ampliação da participação, estendendo o olhar sobre os contra-públicos “subalternos”, alargando a margem de participação de outros pontos de vista nas sociedades complexas e estratificadas.

Em condições de massiva desigualdade, como apontou Fraser, em 1991, “a única maneira de reduzir as diferenças no exercício da participação política era recorrer à impugnação propiciada pelos movimentos sociais que rechaçam traços básicos da esfera pública burguesa” (p. 157). A expressão do espaço público, nesses termos, se aproxima da ação coletiva como vazão para novas vozes, sub-públicos que passam a inscrever novas modalidades de acesso sob o exercício do político e também sobre a agenda midiática. No entanto, é preciso estar atento aos riscos da idealização desses contra-públicos articulados na crítica democrática proposta pelos movimentos do século XIX e XX (mulheres, operários, lutas pela igualdade racial) formados a partir de um *projeto de identidade*.

Essa descentralização do espaço público permite a inscrição de públicos antes “plebeus” sob um novo prisma de interpretação. Não significa, contudo, deslegitimar os processos de transformação apresentados nessa mudança estrutural no que se refere à transformação das condições de intervenção na esfera pública burguesa. Neste cenário, Habermas (1997) reavalia a “inclusão de outros”³⁵, passando a entender o espaço público numa dimensão plural, como “uma caixa de ressonância onde os problemas elaborados pelo sistema político encontram eco”. Nesta medida, a esfera pública é também reposicionada, sendo considerada como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (p. 92). O processo do debate torna-se, portanto, disperso, composto por uma diversidade de fóruns e de modalidades de esfera pública, tais como:

³⁵ Embora sem uma referência mais aprofundada ao papel das mulheres, Habermas (1997) diz que os discursos por uma universalidade da esfera pública burguesa não conseguiram se imunizar dentro dela mesma. “O movimento dos trabalhadores e o feminismo, por exemplo, retomaram esses discursos a fim de romper as estruturas que eles tinham construído como o “outro” de uma esfera pública” (p. 108).

Esfera pública episódica (bares, cafés, encontros na rua); *esfera pública de presença organizada* (encontro de pais, público que frequenta o teatro, reuniões de partido ou congressos de igrejas); e *esfera pública abstrata*³⁶ (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente (Habermas, 1997, p. 107)

A esfera pública retira, nesses moldes, os impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares, fazem-se perceber como horizonte de experiências que pode levar a uma *presença organizada*, tal como ocorre com os movimentos sociais, quando questões de interesse mais geral passam a ser politizadas. A dimensão *abstrata* se expressa, em larga medida, nos veículos de comunicação de massa com a criação de um público não mais restrito à interação face a face ou aos jornais “políticos” de outrora, mas ouvintes, leitores e telespectadores. No entanto, como aponta Maia (2008), a mídia expressa discursos, imagens e eventos para o conhecimento comum, sem se constituir, propriamente, como uma esfera pública ampliada.

Os públicos deságuam, assim, em outras *estruturas comunicacionais*, ligam-se a funções gerais do “mundo da vida”, como a religião, a arte e a ciência. Contudo, sem se especializar em nenhuma dessas “direções”, a esfera pública abrange também questões políticas relevantes, mas deixa a cargo do sistema político e dos “filtros institucionais”, como o parlamento e setores do judiciário, a elaboração especializada dessas determinações. A relação com os movimentos sociais, as pressões sociais, dirigem-se da periferia da sociedade para o centro de controle político-administrativo, travestindo situações de desrespeito no domínio público que geram novos temas e determinações. Essas situações de sofrimento, refletidas nas experiências pessoais, encontram expressão em diferentes linguagens e campos, entrelaçando-se, por fim, com a política.

A pluralidade de vozes e fluxos comunicativos geram, com isso, os ecos do domínio privado no espaço público. Redes de comunicação como a família, escola e amigos vinculam-se, desse modo, com estrutura primeira do que será projetado de modo mais ampliado. Assim, os sujeitos privados, por meio de tópicos, admitem (e consideram) como relevantes determinados temas que podem, ou não, tomar forma de opinião no seio da esfera pública que lhes garante aparição. Os veículos de comunicação possuem papel central nessa relação, sobretudo na divulgação das propostas e assertivas gestadas no interior dessas esferas para outros componentes do público.

O entrelaçamento desses discursos das esferas públicas com o universo midiático reforça a ideia de um “poder comunicacional de opinião”, atenta para a formação de vontade

³⁶ Grifos do autor.

de um público decidido a tomar posição. O poder político adquire, pois, significância de um “sistema parcial especializado em decisões coletivas vinculativas, ao passo que as estruturas comunicativas da opinião pública compõem uma rede (...) de sensores que reagem à pressão das situações problemáticas no topo social e que simulam opiniões influentes” (HABERMAS, 2002, p. 284). A esfera pública assume, por conseguinte, poder de influência nas tribunas parlamentares, nas decisões jurídicas, admitindo um reordenamento na constituição do poder, radicalização de direitos, a partir de um conceito político de deliberação, criando condições capazes de alterar as relações de força entre a sociedade civil e o sistema político.

Como substrato de organização público de pessoas privadas, o conceito de sociedade civil em Habermas se aproxima da própria determinação de espaço público, por integrar “movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 1997, p. 99). Autônoma em relação ao Estado e à economia, ao menos em uma perspectiva ideal, a sociedade civil, a partir deste ‘poder comunicativo’, introduz novos referenciais de planejamento da sociedade, mobiliza um saber “alternativo” que contribui nas tomadas de decisão no público. Nesse processo, os movimentos sociais passam a desempenhar uma atuação de referência no alargamento dinâmico desse lugar de comunicação e na radicalização dos direitos existentes, contribuindo para reformular a democracia em uma perspectiva mais radical e plural.

A sociedade civil encampa, assim, outras funções prioritárias no espaço público. Em primeiro lugar, redefine as fronteiras de atuação do Estado, em um processo simultâneo de expansão da liberdade e de democratização das políticas “administrativas”. Depois, como considera Esteves (2005), está carregada de um “espírito cívico forte”, cuja ampliação das garantias constitucionais abriga novas dinâmicas comunicacionais que podem se constituir como uma forma de influência efetiva sobre o sistema político. Nessa base de interpretação, a sociedade civil sub-existe em esferas de “autolimitação”, isto é, não dita propriamente o exercício do poder, mas o influencia. Essa forma autorizada de intervenção no espaço público adquire força com a pressuposição de uma esfera privada que, como poder de opinião, articula-se às instituições democráticas para transformação das condições de existência.

Contudo, como repensar as formas de atuação da esfera pública e da própria sociedade civil diante do cada vez mais acelerado processo de globalização das últimas duas décadas? Poderá a esfera pública articular uma determinada opinião pública como força política fora dos marcos do Estado-Nação em que foi teoricamente concebida? As transformações no

campo da comunicação, sobretudo com a internet, banda larga e transmissões via satélite, não só redefiniram fluxos de informação, como também encamparam mudanças no que se refere ao embate político no espaço público local. Nesse sentido, surgem expressões como “esferas públicas transnacionais” ou a emergência por uma “esfera pública global”. Historicamente, como reflete Fraser (2008), a aparição da opinião pública moderna coincidiu com o fortalecimento do Estado e de uma comunidade reconhecida como nação. Os primeiros marcos dessa esfera pública pressupõem, portanto, características semelhantes: uma opinião pública territorializada, com veículos de comunicação nacionais, subscritos em públicos que se reconhecem por uma linguagem própria.

Ao levarmos em conta fatores globais como a imigração, as condições comerciais, a própria gestão do desemprego e as atuais mobilizações da opinião pública - seja pelo direito das mulheres, ou pelas lutas em defesa do meio ambiente -, dificilmente será possível conceber ou analisar essas expressões apenas do ponto de vista nacional. Não se trata, nesse caso, de renunciar a presença marcante de atores coletivos como forma de “fazer pressão” sobre o poder político-administrativo, mas de reconsiderar a constituição da esfera pública também em outra escala, a dizer, as implicações da compressão espaço-temporal na formação de vontade. Entre meios de comunicação transterritoriais e empresas multinacionais, como é possível, a partir de novas estruturas de diálogo, gerar uma opinião pública entre fronteiras com capacidade crítica e força política para alterar relações de poder em novas dimensões de enfrentamento?

Sobre este aspecto, Fraser (2008, p. 173) dirá que o “quem” da comunicação, antes conceituado como população nacional, se tornou um público ainda mais disperso, não formando propriamente um *dêmos*. O “que” da comunicação, enraizado na economia e no interesse unicamente nacional, se abre para novas demandas de informação em uma comunidade transnacional de risco, que não reflete, via de regra, as amplas questões de solidariedade e de multiciplidade de identidades transmitidas. O “onde” passa a se consolidar como ambiente desterritorializado, que, por sua vez, atinge diretamente o “como” da comunicação, menos identificado com veículos impressos locais e mais próximos de uma sociedade em “rede”. Por fim, o “quem” deixa de ser, em teoria, o Estado Nacional, que antes prestava contas a uma opinião pública localizada, e passa a se constituir de uma “mescla amorfa de poderes públicos e privados difíceis de serem identificados” (cf., p. 174).

As transformações recentes no conceito de esfera pública não podem perder, no entanto, a dimensão crítica assumida nos Estados Nacionais. Fraser (2008) afirma que marcos

abordados por Habermas (1997), como a *legitimidade normativa* e a *eficácia política* da opinião, se constituem como elementos indispensáveis na deliberação de assuntos e temas tidos como comuns em dimensões ampliadas. Em relação à *legitimidade*, aponta que o processo de formação da opinião pressupõe a inclusão de públicos para tomada de decisões. Entretanto, essa correlação se resumia antes aos indivíduos do Estado territorialmente definidos pela ordem constitucional, tratados como cidadãos.

Desse modo, ao invés de conceber a esfera pública como “princípio de todos os afetados”, nos parâmetros do Estado-Nação e da decisão política local, deve-se pensar no “princípio de todos os sujeitos”, tendo em vista que a conversão de um conjunto de pessoas em socios-membros de uma esfera pública não é uma cidadania compartilhada, nem sua co-imbricação em uma causa matriz, mas sua sujeição conjunta a uma estrutura de governança capaz de determinar as regras fundamentais de sua interação. Em clara referência às diásporas nos países europeus como o Reino Unido e a Alemanha, Nancy Fraser (2008, p.180) considera a “opinião pública como consequência desse processo comunicativo em que todos os que estão conjuntamente sujeitos às estruturas de governança relevantes podem participar como pares, *independente da cidadania política*”³⁷

A *eficácia política* - entendida como capacidade da sociedade civil de traduzir um determinado “poder comunicativo” ao sistema político, convertida em leis vinculadas ao “poder administrativo” -, teria se tornado órfã de um responsável direto pelo processo de descentralização do papel Estado territorial e soberano. Assim, o “quem” da esfera pública tem de assumir um duplo desafio: “por um lado, criar novos poderes públicos transnacionais; por outro, conseguir que sejam responsáveis pelas novas esferas públicas transnacionais” (p.183). A manutenção desses fatores, a legitimidade e a eficácia da opinião pública, seriam indispensáveis, para a autora, na manutenção do compromisso original da teoria da esfera pública em contribuir para as lutas de emancipação, isto é, sem perder de vista o potencial de criticidade que abarca.

Sem desconsiderar o reconhecimento enquanto cidadão portador de direitos, Bohman (2007), assinala a presença de “esferas públicas distributivas”, estabelecida nas redes sociais e múltiplos canais, distintos de uma perspectiva nacionalizada e “homogênea”. O uso da internet, como expressão dessa forma de interação, se torna uma “área de mobilização” apenas quando os atores já se encontram envolvidos numa rede reflexiva da própria atividade democrática. Em outras palavras, “para a internet criar uma nova forma de publicidade entre o

³⁷ Girfos da autora.

conjunto de todos os seus usuários, deverá primeiro constituir uma esfera pública de atuação de públicos que dialogam e estão envolvidos nesse processo de interação” (p. 78). A estratégia prevê, sobretudo, ações da sociedade contra autoridades dispersas, como as multinacionais, ou na criação de espaços de livre discussão de pessoas politicamente envolvidas na rede mundial de computadores. Os espaços públicos políticos da União Européia, com papel de formação política e transparência, também poderiam ser considerados como outro fator de constituição dessas esferas públicas.

A resposta a essa era pós-westfaliana não revela, portanto, um *dêmos* político, mas um *dêmoi*³⁸ (BOHMAN, 2007). O desafio das esferas públicas, como condição de sobrevivência, estaria ligado a um processo de democratização da atuação política no nível transnacional (*dêmoi*), também amparado em novas instituições de debate e poder de deliberação globalmente estabelecido. Como exemplo dessa relação estão os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, que buscam instituições intermediárias de atuação internacional para combater, em outra escala, controvérsias de âmbito local, isto é, asseguram a criação de uma “ponte” entre os temas de dissenso e buscam responsáveis em diferentes níveis institucionais. Apesar de não abordar especificamente a questão da esfera pública, Habermas (2002) dispõe sobre um Estado Nacional “suprassumido”, com a divisão de responsabilidades e novos fluxos globais, ao invés de considerá-lo extinto³⁹:

Uma ordem mundial e uma ordem econômica transnacional (...) não pode ser concebida sem instituições internacionais capazes de agir, nem sem processos de conciliação entre os regimes continentais ora emergentes, nem tampouco sem políticas que provavelmente só poderão se impor sob uma sociedade civil capaz de transitar em esfera global (HABERMAS, 2002, p. 151).

Ao abordar o caso específico da União Européia, Habermas (2002) revê a necessidade da “comunidade imaginada” e reunida como nação, a qual critica Fraser (2008), para afirmar que uma socialização pós-nacional não depende do substrato de algum “povo europeu”, mas das redes comunicacionais de uma determinada opinião pública política de alcance europeu,

³⁸ Em grego, significa o plural do *demos*, radical de “povo”.

³⁹ A crise financeira de 2007 – 2009 dá provas de que o “enfraquecimento” do Estado-Nação previsto por Fraser (2008) e Castells (1997) não pode ser assumido como fator dado em sua completude. Os Estados Nacionais tornaram-se os principais responsáveis aos estímulos fiscais à economia e na definição de políticas e estratégias locais de recuperação financeira. Apesar de redução no custo dos transportes, as necessidades e tradições históricas assumem diferentes conotações ao redor do globo. Os veículos de comunicação, como assume a própria Fraser (2008), permanecem mais atentos às notícias “locais”, do que ao debate em torno de questões internacionais sem qualquer reflexo sobre sua audiência. Nesse sentido, o espaço de violação e de conclave à opinião na busca por soluções imediatas permanece sobre forte influência do Estado-Nação. Contudo, é importante ter em vista que este encontra-se mais exposto a fluxos de comunicacionais transnacionais, que podem impactar na atuação dos movimentos sociais ou na postura do corpo político adotada internamente.

baseada em uma cultura política comum. Trata, nesses termos, de uma sociedade civil com associações de interesse, organizações, iniciativas e movimentos cívicos que “sejam assumidos pelas arenas nas quais os partidos políticos possam se referir imediatamente às instituições européias” (HABERMAS, 2002, p. 182).

A “suprassunção” de que fala Habermas aponta, portanto, caminhos para exemplificar como, apesar de estratégias globais de luta, parte dessas respostas pode adquirir maior poder de influência na esfera pública local. O contexto do neocolonialismo, por exemplo, teve influência na radicalização do processo democrático e do surgimento de movimentos étnicos, especialmente indígenas, na Bolívia e no Equador. Ao mesmo passo, novos atores globais expõem à comunidade internacional de risco exemplos de empresas multinacionais que exploram o trabalho infantil ou utilizam produtos de forte agressão ao meio ambiente⁴⁰. No entanto, ainda é cedo para afirmar se a formação democrática da opinião, no sentido político, poderá alcançar a força vinculativa necessária para além de sua fase de interação com o Estado Nacional.

No Brasil, a expansão do modelo neoliberal em nível global na década de 1990, e o enfraquecimento do espaço público e das formas de intervenção política, influenciaram, sobremaneira, a atuação da sociedade civil. Neste contexto, é importante levar em conta fatores como a privatização de serviços essenciais, antes em poder do Estado, e a desregulação do mercado de trabalho, limitando a participação política de cidadãos e trabalhadores em “fazer pressão” sobre o sistema político. Ao passo em que se consolidava esse processo, o país passou a conviver com outro projeto político, voltado à democratização das instituições, com a revitalização da sociedade civil e a emergência dos movimentos sociais organizados, frente ao autoritarismo da Ditadura Civil Militar (1964 – 1985). Também se inscreve nesse processo de ruptura a democratização do próprio Estado, que passou a se abrir para novas forças políticas, cobrando a participação formal de atores outros.

A Constituição de 1988 se consolida como marco formal desse momento político, uma vez que tornou evidente a luta por direitos de movimentos sociais e de outras expressões da sociedade civil antes reunidas em torno da oposição ao autoritarismo. Nesse ponto, se apresentam novos atores coletivos ao redor de questões urbanas e rurais, do meio ambiente, do trabalho, de identidades culturais (gênero, etnia, gerações) e também no setor das

⁴⁰ Como exemplo, tem-se o vídeo divulgado pelo Greenpeace, em 2010, contra o impacto ambiental na fauna e flora da Indonésia na produção do chocolate Kit Kat. Depois de receber centenas de mensagens dos consumidores em suas páginas e redes sociais, a Nestlé, fabricante do alimento, anunciou programa de desmatamento zero. O consumo tem se mostrado, portanto, um elemento-chave no embate com as empresas transnacionais.

comunicações⁴¹. Como se refere Evelina Dagnino (2004), essas transformações tornaram o princípio de participação da sociedade civil como ponto central de oposição ao deslocamento “neoliberal”, fomentando a criação de novos espaços públicos no país em que o poder do Estado pudesse ser compartilhado com outras expressões da sociedade. Inscrevem-se nesta seara os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e as experiências do Orçamento Participativo, iniciadas em Porto Alegre.

De maneira inversa, o projeto político de redução das atribuições do Estado se caracteriza pela transferência de suas responsabilidades à sociedade civil, sendo um dos componentes responsável pela chamada “institucionalização” dos movimentos sociais. Criase, com isso, uma nova gramática de atuação, com as mobilizações ou protestos sendo confinados em projetos administrativos sem, necessariamente, representar autonomia ou exercício da crítica em relação ao poder público constituído. A ausência desse agir coletivo autônomo se processa como forma de ofuscar outras dimensões do político, criando lastros como normas e regras de determinados projetos sociais nos marcos de uma política pública⁴². Como anuncia Touraine (*apud* GOHN, 2010, p. 61), “a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave da sua capacidade de ação coletiva”.

Essas duas visões, com projetos distintos de construção democrática, requerem, antagonicamente, a participação da sociedade civil, mas em sentidos opostos. Passam a confundir significados e discursos no interior do espaço público, obscurecendo distinções do plano de atuação dos atores coletivos. Tal confluência “perversa”, no dizer de Dagnino (2004), abrange as estratégias neoliberais na implantação de mecanismos similares às lutas sociais em curso, como forma de mascarar os potenciais de conflito. O deslocamento das intervenções simbólicas, nesse crescente abandono dos vínculos orgânicos com os movimentos sociais, termina por reduzir a sociedade civil às Organizações Não-Governamentais (ONG), associações de filantropia e outros representantes do terceiro setor. Estabelecidos nessa relação, os laços de pertencimento são edificados como “castelos no ar”, bases de uma estrutura amorfa e apolítica.

A dimensão política – entendida como o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena – desaparece da ação coletiva justamente por ser

⁴¹ Do ponto de vista da ampliação de direitos, Mondaini (2008) aborda a tensão existente entre um “Brasil legal”, orientado pela Constituição de 1988 e um “Brasil real”, condicionado pelo impacto das fórmulas econômicas em defesa do estado mínimo sobre um capitalismo de natureza patrimonialista.

⁴² A evidência desse aspecto do espaço público brasileiro não parte, essencialmente, do Estado como “encarnação do mal” e da sociedade civil como “sistema de virtudes”. É preciso entender os contextos e as situações históricas dessa relação de acordo com a análise empregada.

capturada por estruturas políticas, de cima para baixo, na busca de coesão e controle social (GOHN, 2010, p. 21).

A escolha de interlocutores “confiáveis”, como forma de atender a demandas sociais com competência técnica, expressa a difusão de um paradigma global de atuação das ONGs, a ponto de serem elas também responsáveis pelas agências internacionais que financiam o Estado para contratá-las diante de necessidades determinadas. A representatividade da sociedade civil é, nesses termos, desolcada. Na medida em que detêm um conhecimento específico, as ONGs passam a prover vínculos com parte dos setores sociais: negros, mulheres, jovens, etc. Segundo Dagnino (2004) esse processo de deslocamento no espaço público também atinge a noção de *participação* política, que “acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da chamada ‘participação solidária’ e a ênfase no trabalho voluntário e na ‘responsabilidade social’, tanto de indivíduos como de empresas” (p. 102).

Por dispensar o sentido coletivo em torno do poder de mobilização para uma relação “atomizada” e privatista, a noção de participação passa a substituir o significado dos potenciais democratizantes por formas estritamente individuais, sobretudo no tratamento de temas como a desigualdade social e a pobreza. Neste cenário, seu significado político se torna reduzido à gestão, dispensando o caráter efetivo de exercício da deliberação política no interior de novos espaços públicos no país.

A tensão entre esses paradigmas também dá provas, segundo Dagnino (2004), de uma “nova cidadania” como expressão legítima da participação no espaço público brasileiro. Formada a partir de demandas de acessos aos equipamentos urbanos como água, energia elétrica, educação e, ao mesmo tempo, por questões identitárias, esse projeto de construção democrática proporcionou o surgimento de novos atores sociais, que expressam não somente uma estratégia política, mas também uma política cultural. “Essa concepção não se limita a provisões legais, ao acesso de direitos definidos previamente”, pois também inclui “a criação de novos direitos que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas” (p 104). Esse processo de reconhecimento da cidadania e da luta por novas assertivas na sociedade brasileira revigora a capacidade propositiva dos movimentos sociais que veio, ao longo das décadas de 1980 e 1990, exigindo a legitimidade do outro como portador de direitos para superação de um conjunto de práticas particularistas, patrimonialistas e corporativistas.

A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para

viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social). (DAGNINO, 2004, p. 105).

A construção desse processo torna-se uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “desde baixo”⁴³. Parte do questionamento desses atores políticos contra as situações de injustiça e de desrespeito, que se situam como base para a organização coletiva e a atuação no espaço público. Longe das expressões neoliberais da cidadania - como “solidariedade” com os menos favorecidos no nível da moral individual, forma de caridade, ou da aproximação com o mercado -, encampa novas formas de mobilização social e promove a atuação qualificada nas esferas públicas.

É necessário, no entanto, respondermos à pergunta: qual o impacto desses modelos na construção do jornalismo brasileiro? Em primeiro plano, sobretudo depois da consolidação e massificação da TV no país, pode-se considerar a forte presença midiática no espaço público, aqui abordado como um universo racionalmente compartilhado, lugar de (des)encontros de argumentos, de visibilidade. Do ponto de vista econômico, Fonseca (2005) assinala a presença de uma agenda “ultraliberal” no jornalismo brasileiro, inscrita entre a transição à democracia, na Nova República, em 1985, e a implementação das ideias neoliberais do governo Collor, em 1989. A referida agenda fora pautada pelo receituário hegemônico internacional: abertura da economia, privatizações, forte discurso contrário à intervenção estatal na economia e brutal choque de gestão econômica imposta por agências internacionais. “Todos os que se opuseram, por qualquer motivo, a estas ideias foram desqualificados e deslegitimados, num processo autoritário e arrogante desenvolvido pelos periódicos” (p. 327).

No estudo realizado com os jornais Folha de São Paulo (FSP), O Globo (OG), Jornal do Brasil (JB) e O Estado de São Paulo (OESP), Fonseca (2005) demonstra, a partir de editoriais, a chancela dada aos planos econômicos da era Collor. No JB, a bandeira desestatizante era o emblema do editorial “Última oportunidade”, informando que “o pacote reúne a melhor das experiências dos últimos choques econômicos, temperado (...) pelo liberalismo gradualista na abertura do comércio exterior” (p. 333). A FSP trouxe, sucessivamente à segunda capa do jornal, temas editoriais como: “Abertura da economia”, “Liberalização do comércio” e “A dívida [externa] em questão”. O OESP divulgou, por sua vez, que Collor estaria “Repondo o Brasil nos Trilhos” – título do editorial depois de viagem

⁴³ Em contrapartida, como assinala Gohn (2010a, p. 23), a cidadania, segundo a visão liberal, toma a unidade e a força em termos de direitos sociais e políticos, enfatizando os deveres do cidadão como forma de reduzi-lo a um cliente, isto é, como consumidor de um serviço público qualquer.

do então presidente eleito ao exterior. Ainda mais governista e afinado ao Consenso de Washington, o OG defende, também no editorial, que a “modernização do Estado” precisaria ser articulada com “descentralização, desburocratização e desregulamentação”, oportunidade “estratégica da privatização” (p. 341).

Assim como a agenda ultraliberal tomou posse das manchetes brasileiras, valores do liberalismo político também se aproximaram do modo como a cobertura deste campo passou a se dar nos periódicos. A formação desse presente comum proporcionada pelos jornais criou e permanece criando, em determinadas situações, fendas na constituição tanto de técnicas quanto no campo do discurso dos meios que contribuem para o desenvolvimento de *fossos da notícia*. No caso específico da análise no campo político - com o envolvimento de atores como movimentos sociais, sociedade civil e os profissionais políticos -, essa disrupção aponta para uma ausência da crítica, com o reforço nos mesmos ambientes discursivos e de uma pseudo-polifonia de fontes reunidas em torno da mesma opinião.

Ao abordarem a política sob a lógica do *input* dos votos e do *output* do poder (modelo liberal de democracia), os periódicos criam as primeiras fendas na formação do que denominamos de *fosso político da notícia*. A estrutura informativa deste tipo de cobertura – com recorrência às fontes oficiais, foco nas intrigas ‘palacianas’ do parlamento, ausência de debate e da crítica no tratamento de certos temas -, deixa rastros de uma autonomização dos representantes (profissionais políticos) ante a ação dos representados. Neste sentido, o papel do cidadão consiste em escolher periodicamente os seus representantes, restrito ao sustentáculo liberal do voto e não necessitando se envolver diretamente na esfera pública política.

A natureza desse processo político navega, essencialmente, na luta estratégica por posições para disputa pelo poder. A formação de vontade e opinião é assentada no sistema partidário-representativo, coordenação geral de interesses e controvérsias sociais. Os conflitos morais, por sua vez, transformam-se em quantificação, princípios subjacentes de escolha por meio do voto. Envolto nesse jogo de cena da disputa elitista pelo poder, os jornais pouco avançam na construção de argumentos e para as mudanças no interior dos públicos.

O fazer político, dessa forma, acaba esvaziado, restrito muitas vezes aos “capitães hereditários” representantes das mesmas oligarquias e de uma população cada vez mais descrente da real dimensão do espaço público enquanto *locus* para garantia de direitos e melhorias nas democracias atuais. A política, vislumbrada nesses termos, recai na falsa ilusão de que é “imoral” ou algo “restrito à atuação dos profissionais políticos”. As notícias

veiculadas contribuem para essa autonomia e, por conseguinte, com o sentimento de inércia por parte do público no que se refere a sua ação no espaço público. Quando midiaticizada nessas condições, revela um verdadeiro *fosso político* da notícia, ao alargar a fenda entre representantes e representados.

Em consequência desse processo, pode-se conceber dois movimentos convergentes do ponto de vista do campo jornalístico: em primeiro lugar, a presença de uma “vassalagem ao modelo liberal” democrático (HALLIN e MANCINI, 2010, p.27), pautado pela objetividade e pelo critério de legitimação por um consenso fabricado, preso aos discursos dominantes e aos mesmos espaços de fala; em segundo, reiteram uma prática jornalística enraizada no enfundamento patrimonialista com o sistema político. Ao mesmo passo, os jornais também acenam para o maior distanciamento da presença dos atores coletivos no debate público. A atuação dos movimentos sociais surge sempre ligado aos temas da controvérsia ao cotidiano, ou seja, quando se afastam do caráter “ordenador” do discurso midiático. Não à toa, é a formação discursiva “Campo minado” que abre as reportagens sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Folha de São Paulo.

A crença liberal de ordem jurídica de que os direitos são cabíveis ao indivíduo em cada situação de interpretação para um convívio de respeito mútuo também é reforçada neste patamar discursivo pelos jornais. É o princípio do começo da liberdade ao término da do outro. Durante o protesto contra o aumento no preço das passagens de ônibus no Recife, em 2005, e, de modo semelhante, em 2010, as notícias foram abordadas pela lógica da controvérsia, longe de serem pensadas como contributo às políticas públicas.

Os manifestantes armaram três pontos de bloqueio, usando a Avenida Conde da Boa Vista como base. Um grupo ficou no cruzamento com a Rua Gervásio Pires e o outro foi para a Rua da Aurora. Com isso, os 2.400 ônibus que trafegam diariamente por esse corredor foram prejudicados. O trânsito ficou lento e deixou os motoristas impacientes. **“É um exagero o que estão fazendo. Estou tentando trabalhar e permaneço preso há horas nesse engarrafamento”**⁴⁴, reclamou o motorista João Batista. (JC, 18/11/2005).

A liberdade, tida por outro ângulo, está presente na vontade, no juízo e no ato de cada um, e também na perspectiva dialógica “própria da relação de um homem com (...) todos os homens, no círculo de compreensão que dá à ética a forma de projeto democrático, fundado no diálogo, na compreensão do outro e na discussão que antecede a deliberação” (ESTEVES, 2008, p. 3). A deslegitimação das ações coletivas de maior oposição à ordem - o refoço na

⁴⁴ Grifo nosso.

lógica política em seu sentido mais palaciano e o entendimento das disputas eleitorais como um embate de poder, próprio de *players* -, corroboram na instauração desse esvaziamento político traduzido pela imprensa brasileira. Apesar de ampliarem a cobertura de determinadas bandeiras dos movimentos sociais e de outros setores da sociedade civil, esferas da mídia nacional não os consideram como co-participantes das políticas públicas estatais e, em sentido mais amplo, da própria dimensão política. Tal fenda pode contribuir para a evidência de uma “imagem roubada” por parte de quem reivindica direitos previstos ou não nos códigos de leis, isto é, reforçam, por um lado, a *generalização de um não outro*, e contribuem, por outro lado, no entendimento da política como uma atividade restrita a “profissionais”, pautada pela força de votos e das estruturas do mercado, e não por argumentos no espaço público brasileiro.

2.2 Entre atos e atores

O potencial de atuação da sociedade civil, dos movimentos sociais, associações e foros, assegura uma maior sensibilidade às situações de injustiça ou violações ocorridas no idioma público e também ao exercício de fiscalização sobre o poder político. Contudo, esses impulsos por novas orientações nos processos de decisão esbarram, via de regra, nas estruturas políticas institucionais (profissionais políticos com interesses particulares) e na dificuldade em acessar o reconhecimento de motivações e argumentos no espaço midiático, uma luta por enquadramentos cuja palavra final é redigida por editores e repórteres sob forte influência de fontes que desfrutam de maior acesso aos jornais, de setores do campo político e econômico. O hiato compreendido entre a *opinião pública* e a *opinião publicada* nos veículos de comunicação torna evidente, portanto, a presença de diferentes atores e formas de aparição na esfera pública política. Nesse sentido, pode-se distinguir, como propõe Habermas, os atores “do público”, usualmente sem grande poder organizacional, dos atores que dispõem, naturalmente, de poder de organização e daqueles responsáveis pela escolha e apresentação de temas (externos) nas sociedades midiáticas.

Entre os atores com maior poder de influência encontram-se os partidos políticos, membros do congresso, os *lobistas* que representam interesses de setores determinados e os especialistas com reconhecimento consolidado sobre determinada área do conhecimento (economia, política, cultura). Em sentido instrumental, esses grupos, vinculados aos grupos financeira, latifundiário e comercial, buscam garantir interesses particulares a partir dos espaços de intervenção sobre a esfera pública. Por possuírem identidades definidas e amplo

reconhecimento, também dispõem de maior acesso às esferas midiáticas, com estruturas de comunicação que inserem, com frequência, conteúdos e visões de mundo nos jornais, revistas ou na televisão.

Outros atores, no entanto, não são facilmente identificáveis, tendo que estabelecer, de antemão, suas características de identificação nas comunidades alargadas de comunicação. Estão inseridos nessa relação os movimentos sociais, que atravessam uma fase de legitimação “interna” como forma de “ir além da defesa dos próprios interesses, levantando barreiras contra formas camufladas ou escancaradas de exclusão e de repressão” (HABERMAS, 1997, p. 109). As estruturas de comunicação, sob esse prisma, permitem esgotar ou radicalizar direitos, apontam para outras formas de sociabilidade, que se articulam com sub-públicos outros sob ações coletivas e solidárias, em um processo de transposição da autoafirmação de “políticas de identidade” para o idioma público.

Um terceiro agrupamento de atores é formado pelo campo do jornalismo (repórteres, colunistas, editores e produtores), especialistas diretamente envolvidos na edificação de um cotidiano simbólico, na seleção e na tematização dos fatos politicamente relevantes no universo midiático. Esse processo de tipificação dos acontecimentos (escolha e formatação) possui relação direta na formação de opiniões públicas e na distribuição de poderes de influência. Como instância de visibilidade, os *media* se utilizam de estratégias e técnicas profissionais que podem vir a controlar a entrada de tópicos, contribuições ou autores à esfera pública. O vínculo com os atores institucionalizados, determinante na cobertura empreendida pela imprensa, delimita um caráter legitimador desses produtores de informação, sobretudo em relação aos que operam fora do sistema político, com menos chances de inserir conteúdos e exercer influência nas decisões.

Essa zona de “relevâncias”, compreendida no discurso midiático, admite uma estratificação de oportunidades no interior dos públicos, evidenciando uma estrutura de poder pautada na desigual distribuição de informação e de sentido. A interação desses atores da mídia paira, portanto, entre os outros dois domínios de circulação no espaço público: um poder de símbolos expresso na consolidação de orientações políticas. Entre informação e entretenimento, elabora uma amostra diária de fragmentos e contextos usualmente apoiadas no espetacular. Uma encenação da vida política que se torna prática na construção do noticiário. A própria separação editorial entre os assuntos do congresso, a correlação de forças em torno das coalizões do governo e da oposição, ganham um estatuto à parte em relação aos projetos, também políticos, dos atores da sociedade civil. Uma inversão tornada notícia da

crise de legitimidade política por crise de governabilidade, pautada pela hierarquização da dança das cadeiras político-administrativas das democracias liberais.

A notícia, nessa concepção, consiste na informação que é transmitida de fontes para audiências por intermédio dos jornalistas, funcionários de uma organização comercial-burocrática. A esses profissionais cabe resumir, refinar, e alterar as opiniões ou declarações úteis das fontes com o intuito de tornar essa informação adequada às audiências. Evidentemente, os dados repassados pelas fontes ultrapassam as necessidades *midiáticas*, que dispõem de pouco espaço e tempo na composição do noticiário. Logo, apenas parte do conteúdo será “selecionado” ao público. A construção de enquadramentos efetuada pelos jornalistas alimenta também essa disputa por discursos e argumentos, confere ao campo do jornalismo a capacidade de criação de uma cadeia simbólica com vistas a dar sentido aos acontecimentos tidos como relevantes. Longe de uma reprodução objetiva, a notícia é reportada sob os olhares de uma comunidade específica que se desenvolvem durante o processo de produção lingüística dos acontecimentos.

Essa relação guarda o que se denomina da “venda de histórias”, a barganha no processo de seleção de acontecimentos. As fontes, ou *promotores da notícia*, identificam ocorrências-fatos; os *compradores* (jornalistas), por sua vez, escolhem (adquirem) aquelas que lhe interessam com base nos critérios de noticiabilidade (pautados pela audiência). O crédito, ou moeda de negociação dos “vendedores” e “compradores” subsiste, em muitos casos, não em dinheiro, mas na credibilidade e na dimensão (relevância) do que será reportado. Gans (1979) elenca quatro condicionantes nessa relação entre fontes e jornalistas: incentivo, poder, habilidade para fatos noticiáveis, proximidade geográfica e social. Contudo, embora as fontes sejam consideradas definidores primários da notícia para alguns (HALL, 1999), cabe ao jornalista ter em vista a terceira haste do triângulo, notadamente, o público. As intenções das fontes não devem desequilibrar a balança de interesses, embora isso aconteça com frequência, conforme abordam estudos da teoria do agendamento (HALLIN, 1999; MOLOCH e LESTER, 1999).

O desequilíbrio ocorre, sobretudo, com a “rejeição da audiência”. É como se os *media* temessem olhar para baixo do alto das redações e perceber que são, ou não, vistos, lidos, por talvez centenas de milhares de pessoas. O ato de narrar, descrever histórias torna-se congelado, se naturaliza. A preocupação inicial parte da compreensão das narrativas, e não da resposta interpretada no público. Assim, apesar de lançarem estratégias de captação de audiência - o que pode ocorrer com a revisão de critérios de noticiabilidade -, os jornalistas parecem recorrer a uma noção abstrata das relações políticas que os levam a uma narrativa

ego – escrever em função de outros repórteres ou das fontes. Como argumenta Gans (2002, p. 47) “queiram, ou não, os jornalistas ajudam a legitimar ou a glorificar as fontes e o estrato social que elas representam. Com efeito, ‘seguem o poder’”. Essa sobreposição da agenda política e de setores do mercado sobre a agenda midiática reitera um “desempoderamento” da prática jornalística diante do papel que poderia representar na esfera pública política.

A este ponto soma-se o processo crescente de distanciamento do público em relação às decisões e problemas que afetam diretamente esse espaço comunicacional. Levados pela necessidade de um maior poder de venda, os jornais se aproximam de outras categorias noticiosas, como as histórias de celebridades, qualidade de vida e entretenimento. Os temas políticos retornam ora sob a lógica da “governabilidade” ou dos critérios de “força” eleitoral, ora sob o signo do escândalo ou da corrupção. A *opinião publicada* torna-se, com isso, autônoma em relação à sociedade civil, que não se reconhece na constelação de especialistas e das elites político-econômicas vistas e lidas, com frequência, no espaço público cada vez mais midiático. Tais condicionantes também reforçam a presença de um *fosso político da notícia*, como decorrência direta da comunicação sistematicamente distorcida no que se refere à participação dos atores sociais no espaço público a partir dos meios de comunicação.

O processo de afirmação dessa *opinião* no espaço público também materializa discursos diante de estratégias de encenação. Como expressão figurativa do campo do jornalismo, personifica atos coletivos em adjetivos singelos, assume a posição de uma coletividade. A seleção abstrata de pessoas descrevendo acontecimentos e emitindo valores sobre assuntos de qualquer natureza, o “fala povo” na denominação dos veículos, exemplifica o modo como essa opinião é enquadrada e encarada com toques de universalização sobre fatos determinados.

O público é reinterpretado nestes recortes do real tornados notícia. De sorrisos a histerias, (contra)argumentos, é abrigo à opinião de outrem. Essa dramatização da vida política intermediada pela mídia é comparada por Landowski (1992) ao teatro grego. Do mesmo modo que em Atenas, a disposição dos espetáculos consiste na cena propriamente dita - o *logeion* - e a *orquestra*, local onde o coro se localizava e observava as ações dos atores, comentando-as em proveito dos espectadores. A esses últimos era relegada a arquibancada – *koilon* – lugar da instância testemunha. A partir dos modelos de acesso pode-se aprofundar, nessa dramaturgia funcional, a que denominamos de *microfísica da opinião*.

Se aplicadas na vida política das sociedades modernas, as três modalidades são concernentes aos governantes (“olimpianos” ou “heróis”, responsáveis pela encenação), o

campo dos *media* (corifeu – mediador entre a cena e a arquibancada) e os governados (público empoleirado nas galerias que assiste, normalmente, a um roteiro pré-fabricado). À classe política e ao coro são destinados o estatuto de porta-vozes, detentores da opinião – “sujeitos falantes” – ao contrário do público, constituídos na posição de espectadores.

A geografia cênica, contudo, abrange outras modalidades de intermediação entre as esferas propostas. As pontes hermenêuticas entre ambas permitem, segundo Landowski (1992), a aparição de categorias que repousam na microfísica da opinião pública. A primeira delas confere à opinião o caráter de *destinador*, isto é, a classe política seguindo as “determinações” dos representados. O termo (destinador), ora empregado, refere-se, fundamentalmente, ao caráter de ação – capacidade de “*fazer agir*” outros sujeitos - que o emprego da palavra “opinião” (ou referência mais genérica à vontade do público) carrega em si.

Porém, além do pressuposto da categoria *destinador* (“seguir a opinião”), deve-se atentar para ocasiões em que a opinião pública pode (por uma série de razões – principalmente a desinformação com relação a legítimas pretensões de verdade) vir a cometer equívocos. Nessa condição, surgem duas vertentes possíveis: os porta-vozes (coro/campo jornalístico e “heróis”/campo político) tiram proveito da falta de informação de modo a “enganar a opinião” (*antidestinador*); ou, de outro modo, *fazer saber* a opinião para reconduzi-la à “boa razão”, mesmo que isso implique em desafiá-la (*não-antidestinador*). Essa terceira categoria trata-se de uma relação conflitual, ao contrário das duas primeiras que são fundadas no consenso social, justificador do fazer político, que pode assumir “ora um caráter verídico (*destinador*), ora um caráter ilusório ou enganador (*antidestinador*)”.

Sabe-se, de fato, desde Aristófanes, o quanto o actante coletivo – coro ou opinião - é suscetível de desvios. Se ele se engana em seu modo de apreciar a conduta dos heróis, cabe ao corifeu – no teatro – reconduzi-lo a uma apreciação mais justa das coisas, fazendo-o conhecer o ponto de vista dos deuses. Da mesma maneira, são hoje necessários políticos eloqüentes – e, mais ainda, jornalistas bem informados – para “esclarecer a opinião” e retificar os erros de juízo que ela é levada a cometer sobre todas as coisas, e em primeiro lugar sobre as condutas políticas dos dirigentes (LANDOWSKI, p. 26, 1992).

Por esse prisma, o jornalismo deve também se prestar ao desafio (*não-antidestinador*) da opinião pública. Cabe-lhe advertir (informar) as verdadeiras resultantes da implementação de políticas, no plano cognitivo, mesmo quando seu discernimento vai de encontro ao do público. O grau de crítica, nesse contexto, é dividido em duas veredas inter-relacionadas: a criticidade quanto à ação dos “heróis”, diminuindo a autonomização da classe política; quanto

à própria sociedade civil, que por vezes pode ser induzida ao erro. Passa-se pelo critério de uma *pedagogia política*, a partir de pretensões cabíveis de verdade (dialógicas), indispensáveis à tomada de decisão do público. De modo inverso, o material noticioso pode também encenar o papel de *antidestinator*, ao passo que - no que concerne à “avaliação” da cena empreendida pelos profissionais políticos -, deixa ao largo o debate criticamente fundado e passa ao relato “espetacular”, denúncia pela denúncia (muitas vezes desprovida de fundamento e explicação).

Existe ainda uma quarta configuração em que heróis e coro, também de modo conflitual, se encontram medindo forças com a opinião (espectadores) como num campo de batalha. Esse “afrontamento da opinião” (*não-destinator*) sucede, de fato, como uma “luta perdida de antemão”, já que a opinião é superior a qualquer outra instância de política individualizada como partidos, governo, assembleias. “Último recurso do justo direito contra a maleficência dos poderosos, ou, ao contrário, arma de resistência obscura contra os governos justos, ela [a opinião] representa (...) o obstáculo diante do qual o ‘Poder’, se não negociar ou ceder, cedo ou tarde se abole como poder” (LANDOWSKI, 1992, p. 39-40).

Com relação ao campo do jornalismo, percebe-se uma tênue linha margeando a legitimidade dos veículos para com o público, o que impede, em certo nível, afrontas expressivas, conforme atenta Hallin (1985):

Por mais poderosos que se tenham tornado, (os media) têm de manter alguma reminiscência de diálogo com o público, o que significa que, apesar de tudo, existe sempre um certo grau de abertura, uma dupla dimensão no processo de comunicação – quando surge o desafio aos limites do discurso político (“normalizado”) por parte de um público ativo, os media não podem ignorá-lo sob pena de porem em perigo a sua própria legitimidade (HALLIN, 1985, p. 143, apud in Esteves, 2003).

Essa configuração da opinião pública nos jornais dá provas de uma sociedade civil ativa, abrigada em uma *nova cidadania*. Entretanto, estudos de recepção norte-americanos sobre os efeitos do “mal estar midiático”⁴⁵ na cobertura política (DELLI CAPRINI, 2004) revelaram que as pessoas com maior tempo de exposição às TVs e jornais tendem a desacreditar no governo, nos políticos e, sobretudo, na própria política como forma de transformação das condições de existência. Os jornais e os programas televisivos são vistos com o mesmo olhar institucional das esferas governamentais, até nos casos de

⁴⁵ O efeito do estudo em questão é descrito como “*videomalaise*”.

exarcebamento do denunciamento ou do mero escândalo político, indicando a emergência de novas formas de cobertura sobre o tema:

“Se, entretanto, a confiança nos veículos de comunicação estimula sentimentos de indiferença, apatia ou inferioridade política, não se deve buscar a explicação em uma sociedade civil dita paralisada, mas nos conteúdos e formatos que contribuíram para a degeneração da própria comunicação política” (HABERMAS, 2006, p. 422).

A crença deliberada de que os políticos seguem o curso do “interesse público” reivindicado nas páginas dos jornais, reforça, em outro plano, uma possível ponte entre os temas motivados pelos periódicos e as decisões formais por parte das instâncias do campo da política. A tentativa de composição dessa democracia altruística faz a cobertura midiática transitar entre representantes e representados políticos, dando maior visibilidade às instituições fundadoras de práticas democráticas, como o universo constitucional, bem como o cotidiano da “corte” política em seu sentido mais palaciano, em uma atitude de confirmação do *fosso político da notícia*. As notícias tendem a tratar os profissionais políticos como numa “corrida de cavalos, dando muito mais atenção ao que se chama ‘jogo eleitoral’, definido como relatos sobre os vencedores e vencidos, estratégia e logística, aparição pública e excitação desmesurada, do que à sua substância”, (PATTERSON apud BLUMLER; GUREVITCH, 1999, p. 193). Os desvios na ordem burocrática, com conclames episódicos - forçados ou não - pela opinião, são avidamente noticiáveis como escândalos e abusos do poder político. De acordo com Jovchelovitch (2000), essa prática jornalística abre, por um lado, as janelas de visibilidade que estariam fechadas para o escrutínio público; e, por outro, pelo mesmo processo, fomenta a representação da vida política como um exercício a serviço de interesses próprios, distante da maioria da população.

É preciso também levar em conta a crise no espaço público alimentada pela propriedade cruzada entre os responsáveis por atender às demandas da sociedade (campo político) e os conglomerados midiáticos. A conversão da *opinião publicada* em poder de influência pode gerar, como vimos, pressão política em torno de interesses particulares. Exemplos de magnatas da mídia como Rupert Murdoch e Sílvio Berlusconi representam condicionantes claros desse processo. A autopromoção política nos *media* atua no sentido de garantir “brechas” na legislação para ampliação do patrimônio das próprias empresas e também os assentos políticos dados de forma direta ou indireta. Uma interferência que tem ocorrido em diferentes pontos do globo. Na Turquia, Cem Uzan, fundador da primeira rede de televisão paga, a Star TV, tentou, recentemente, se afirmar como líder político nacional,

obtendo sucesso limitado. Já Thajsin Shinawatra, proprietário de um significativo império no setor das comunicações, na Tailândia, tornou-se primeiro ministro em 2001, mesmo ano da segunda vitória de Berlusconi na Itália.

No curso de sua aventura midiaticizada, o ex primeiro-ministro italiano veio transformando, sucessivamente, a cultura televisiva de seu país, com a predominância de programas político-educativos para enfatizar produtos da indústria do entretenimento, a dizer, “uma mistura de filmes, desenhos animados e esportes, com predominância do futebol” (GINSBORG, 2005). Em artigo publicado no jornal italiano *La Repubblica*, Umberto Eco (2007) considera que a falta de oposição ao premiê no espectro televisivo (fruto da união do capital midiático já adquirido com a rede estatal)⁴⁶ possibilitou o surgimento de um novo “regime político” hasteado pela imprensa. Ao esboçar passos de caranguejo, a Itália estaria, segundo o escritor, “em um regime midiático em que apenas 10% da população tem acesso à imprensa crítica e o resto recebe as notícias a partir de uma televisão controlada”. Um regime que não necessita manter na prisão os opositores (em clara referência ao fascismo), nem reduzi-los à censura, “mas que altera, sistematicamente, a forma como as declarações aparecem”.

No Brasil, a clara influência da TV Globo nas eleições presidenciais de 1989, quando da vitória do então candidato Fernando Collor de Mello, evidenciam como o aporte entre setores da mídia e do campo político podem também se dar de modo indireto. No mesmo ano, o apresentador e proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Sílvio Santos, tentou disputar a presidência, mas teve a candidatura impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mesmo passadas mais de duas décadas, a situação ainda se repete no cenário nacional. De acordo com relatório produzido pelo Ministério das Comunicações, em 2011, dos 594 congressistas, 56 são sócios ou possuem parentes na direção de TVs, rádios ou retransmissoras comerciais existentes no país. Esse processo assegura a criação de consensos (em torno de interesses particulares) que facilitam a eleição de representantes a partir dos veículos de comunicação que deveriam abarcar discussões e temas de interesse público. Venício Lima (2007) denomina essa relação dada no Brasil de “coronelismo eletrônico”, uma vez que o controle da informação se torna moeda de influência eleitoral, na formação de uma dada opinião pública⁴⁷.

⁴⁶ Umberto Eco faz referência ao baixo potencial de crítica na imprensa italiana com a conversão da empresa pública de comunicação nacional RAI e da Mediaset, rede de propriedade de Berlusconi, “nas vozes do governo”. Esses elementos, para o autor, fazem o premiê ter “mais razão do que um santo” nos debates políticos.

⁴⁷ De acordo com Venício Lima (2007) o coronelismo eletrônico também ocorre com a mediação direta de representantes do poder legislativo, deputados federais e estaduais que garantem a concessão de rádios

A linha da estrutura política (profissional) nesse espaço público midiaticizado aponta para uma “colonização” das possibilidades representadas pelo jornalismo no processo de revitalização da vida pública. Contudo, a importância central em termos democráticos do espaço público permanece intocada: “o processo pelo qual os atores coletivos emergentes apelam não a um público ‘fantasma’ mas a outros cidadãos, por meios que são consistentes com as exigências de igualdade, não-tiranias e publicidade” (BOHMAN, 2000, p. 236 *apud* ESTEVES, 2003, p. 40). Como processo, a concepção de público se apresenta como fundamento empírico e também normativo nas democracias, tornando evidente, sobretudo a partir de mobilizações, o potencial não idealizado de uma sociedade civil que pode encampar mudanças no curso do sistema político. A prática jornalística, nesse sentido, pode se tornar revitalizada, contribuindo para novas visões no mundo cotidiano, a partir do reconhecimento da pluralidade e de argumentos no idioma público.

2.3 Acessos ao campo político

O despertar de opiniões na sociedade relaciona-se a uma tríplice cadeia de construção entre instâncias: o campo político, o jornalístico e o público. A existência do debate nas sociedades complexas não pode ser entendida sem a presença dessas categorias. E a ação impositiva de qualquer uma delas sobre as demais desequilibra o caráter legítimo das decisões construídas, criando situações distintas na interpretação da realidade sobre os acontecimentos, bem como nas possibilidades de significá-los diante da vida coletiva. O devir no espaço público pode ser equacionado segundo esses norteadores, importando verificar como eles se posicionam em uma situação determinada.

A orientação nos fluxos da comunicação segue, de acordo com Habermas (1997), três modelos na proposição de temas politicamente relevantes. Eles são divididos em modelo de acesso interno (*inside access model*), de mobilização (*mobilization model*) e de iniciativa externa (*outside initiative model*). As mudanças entre os termos compreendem, simplificadamente, a influência que circula entre a esfera pública e o sistema político. Pode ser complementar, nesse ponto, à *microfísica da opinião* trazida por Landowski (1992), embora esteja mais próxima dos processos de agendamento midiático e da construção de políticas no seio do espaço público. No primeiro caso, os profissionais do campo político são os responsáveis pela propositura de temas, disseminada por canais da esfera de poder sem a

comunitárias aos líderes locais. Em Pernambuco, por exemplo, estado referência neste estudo, 41,5% das concessões realizadas entre 1999 e 2004 possuem vínculos expressivos com o campo político.

participação expressiva da opinião. Se aproximam das decisões de gabinete, como as medidas regulares de aumento dos próprios salários por parte dos componentes do Congresso⁴⁸. A não inclusão da sociedade no processo de decisão política, ou no modo como as políticas públicas serão adotadas, revelam uma exclusão da construção mais ampla de assertivas e argumentos no âmbito coletivo.

No segundo, a iniciativa também parte dos profissionais políticos, embora com o consentimento e participação da sociedade civil para que seja alcançada a legitimação suficiente na proposição ou deliberação do tema em causa. Ocorre, com isso, um processo de busca por setores da esfera pública a partir do campo político. Tal fluxo depende da mobilização desses segmentos para garantir a eficácia das ações. Podem-se considerar aqui os referendos, além de outras votações de caráter não periódico para aprovação de uma medida a respeito da qual existe dissenso entre os atores da política institucionalizada. Como outros componentes, também podem ser levados em conta os conselhos com participação da sociedade civil e demais instâncias abrangentes de participação.

Por fim, no terceiro modelo, a iniciativa parte daqueles que se encontram à margem de condições para mobilização do público, bem como da formação de opiniões e possíveis consensos nos espaços formais. Habermas (1997) atribui a esse último a capacidade de articular uma demanda, tentar propagar em outros grupos da população o interesse na discussão proposta, a fim de angariar visibilidade na agenda pública e fazer “pressão” nos que possuem poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal.

Habermas (1997) considera que a sociedade civil tem maior potencial para o despertar de uma opinião ampliada, progressivamente generalizada, já que a dinâmica comunicacional está intimamente vinculada aos domínios da vida privada, fazendo da periferia o termômetro social para novos problemas, ao captar problemas e identificá-los antes que os centros da política. A desobediência civil, nessas circunstâncias, torna-se um instrumento presente, e até absolutamente necessário algumas vezes, pois se situa no estrado da busca por uma maior audiência e, conseqüentemente, de legitimidade no terreno político-jornalístico. Contudo, é importante lembrar que o campo político, e também o jornalístico, atuam de modo a conduzir a opinião quando de posicionamentos equivocados. Por esse prisma, o jornalismo deve também se prestar ao desafio da sociedade civil. O mesmo ocorre, nesse ponto, com o papel que o Estado e o campo político podem representar na *mobilização* do espaço público a partir

⁴⁸ Em dezembro de 2010, deputados federais e senadores brasileiros aprovaram o aumento de 62% dos próprios salários, elevando os rendimentos de R\$ 16,5 mil para R\$ 26,7 mil.

de novos referenciais de comunicação pública⁴⁹. Cria-se, com isso, uma dupla corrente de participação e inclusão de novos temas no universo político midiaticizado, pautada na participação e no reconhecimento de diferentes atores na esfera pública. Essa ampliação na forma de participação do Estado se relaciona intimamente ao diálogo no interior dos públicos como força motriz na transformação de políticas virtuais em efetivas, em uma abertura a novas opiniões.

A participação do Estado, definida pelas rupturas com o atual sistema político, poderá apontar, como prevê Santos (2006), a uma profunda democratização, como forma de aliar comunidade e cidadania. Tal “reinvenção solidária e participativa do Estado”, tem por princípio a emancipação política por meio da mobilização, a partir do reconhecimento de identidades e das diversas formas do saber para que seja possível a partilha da autoridade e de direitos em diferentes soluções institucionais e organizacionais.

Entendida como parte desse processo, a comunicação pública pode contribuir para o aprofundamento das instâncias de interação entre a sociedade civil e o campo político. Ao se distanciar da autonomia liberal, restrita aos ritos eleitorais, cobra uma participação mais ampla, isto é, uma visibilidade que abarque a sociedade em torno do exercício de fiscalização sob o poder político e de construção de interesses coletivos. Nesses termos, a mobilização assumir papel estratégico e determinante na cobrança por legitimidade das ações políticas levadas a cabo pelo corpo político-administrativo.

A visibilidade propiciada por essa comunicação pública expõe referenciais de *accountability* (prestação de contas e transparência), que atua como instrumento de regulação de políticas sociais, econômicas ou temáticas frente às decisões tomadas pelos representantes políticos. Nesse sentido, o poder público assume como norte dois elementos-chave de gestão: diálogo e a inclusão do “outro”. Ambos os elementos estão relacionados à comunicação como forma de mobilizar temas em uma esfera alargada de intervenção. Desse modo, a comunicação passa a ser entendida como política pública (ordenadora), capaz de expor argumentos, olhares e, sobretudo, de aprofundar as possibilidades de participação na democracia. Parte de um compartilhar de informações que criem sentido no idioma público local, fomentando a corresponsabilidade e a interação; incentivam outras instâncias de debate

⁴⁹ Entendida como relação coletiva, toda comunicação tende a ser pública. No papel de *mobilização* por parte do Estado, aqui especificamente abordada, é formada por fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais em torno de temas de interesse público. Em suma, se ocupa da viabilização do Direito Humano à Comunicação, como direito social, coletivo e individual à expressão e ao diálogo.

entre o Estado e a sociedade civil e aprofundam o reconhecimento das *diferenças* em situações distintas de intervenção.

O papel mobilizador do Estado adquire outras funções quando do despertar em torno de uma comunicação plural, distanciada do eminentemente político-eleitoral, sem necessariamente negligenciar o cumprimento da sua prestação de contas formal, atribuição a ele conferida – e legalmente exigida⁵⁰. A autonomia do campo da política frente à sociedade civil, baseada em uma relação menos assimétrica, poderia revigorar diferentes públicos negligenciados. Invisíveis, por um lado, pela grande mídia (ou veículos institucionalizados) e, por outro, pela própria estratégia de divulgação institucional voltada para resultados, tendo como mote o eterno discurso da vitória (narrativa da gestão-herói).

Essa característica também atenta para a importância do Estado e, ao mesmo tempo, da sociedade civil, na abertura à participação social nas demandas por controle social no espectro midiático. No caso brasileiro, pode-se citar como exemplo deste acesso de mobilização a realização da Conferência Nacional de Comunicação⁵¹ (Confecom), em 2009, que surge depois de forte pressão dos atores coletivos em defesa da democratização da comunicação no país⁵². É importante ter em vista, neste quesito, que além do incentivo institucional à informação de interesse público, é também fundamental a criação de espaços e marcos de regulação abertos à participação social no setor comunicacional. Nesse sentido, o Estado assume lugar central na promoção da diversidade e pluralidade de conteúdos, sobretudo no que diz respeito à radiodifusão⁵³.

No *acesso externo*, o espaço público se insere nessa disputa por unidades do simbólico, uma vez que os recursos informativos passam a assumir papel central, abrindo múltiplas interpretações sobre signos que nunca são passíveis de um controle totalizante. Nesse processo, a informação surge como um recurso da natureza simbólica: para ser produzida, requer uma capacidade de simbolização; para ser compreendida, de codificação (CABO, 2008). A luta pelos enquadramentos e as disputas por novas interpretações

⁵¹ Realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro, a Confecom foi convocada pelo governo brasileiro com a finalidade de debater políticas públicas para a modernização da comunicação social brasileira, tendo como tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. De acordo com a Portaria nº 667, que tratou da sua realização, visava “promover o debate amplo, democrático e plural com a sociedade brasileira, garantido-se a participação social em todas as suas etapas” (p.72).

⁵² Neste ponto, não nos interessa fazer uma análise aprofundada da Confecom. O objetivo, ao abordar o setor comunicacional brasileiro, é o de exemplificar acessos de mobilização no espaço público.

⁵³ No caso do Brasil, a lei que regula a radiodifusão comemora, em 2012, cinquenta anos. A mesma legislação da televisão em preto e branco persiste na era da TV Digital.

promovidas pelos movimentos sociais tornam-se um diferente núcleo de poder na tomada de decisão e na tematização de exigências políticas, com temas e ações de apelo à opinião da periferia ao centro do sistema político. Os conflitos em torno dessa reapropriação de significados constituem-se como recursos às ações coletivas na arena dos espaços comunicacionais.

Os *media*, dotados do poder de nomear e dar forma a diferentes discursos, desempenham função determinante nesse processo. Afinal, a aspiração por maior visibilidade para decisões na agenda pública perpassam, via de regra, a construção da realidade propiciada pelo campo do jornalismo. A relação antagônica dos movimentos sociais no embate com os códigos dominantes, de certa forma reiterados no discurso ordenador da prática jornalística, evidenciam que a construção de uma narrativa baseada em símbolos “opostos” pode adquirir efeito não legitimador na passagem de interesses coletivos de um determinado grupo à esfera pública política ampliada. Uma ação com impacto direto sobre a circulação de informações entre os movimentos sociais e o poder político na agenda midiática.

O embate, como tal, envolve também a aceção do poder político sob dois vértices: o modo como são absorvidos os protestos e pressões da sociedade civil e as condições de autonomia dos movimentos sociais em face desse intercâmbio. No primeiro ponto, pode-se vislumbrar uma reação institucional aberta à integração das novas propostas ou, por outro lado, à distorção dessas assertivas do campo político. Esta linha entre dois hemisférios, segundo Melucci (1996, p. 200), “reafirma a importância de uma sociedade civil e de espaços públicos abertos à arena de encontros entre o político e as pressões coletivas problematizadas pelos movimentos”.

O empreendimento simbólico promovido por esses atores, dado pelas diferenças de opinião e pelas lutas por poder de influência sobre o político, apontam para medidas de alargamento da esfera pública, e, ao mesmo tempo, revelam estratégias de manutenção da própria identidade e capacidade de ação desses movimentos. Cohen e Arato (1992) distinguem essa dualidade entre o ativismo “defensivo” e “ofensivo”. O aspecto de “defesa” não possui conotação conservadora. Envolve o desenvolvimento de estruturas comunicativas fragmentadas, com a presença de sub-públicos como reafirmação de identidades coletivas e de criação de novos espaços para associação e revisão de normas. “Nessa atitude, as modalidades de ação coletiva requerem igualmente esforços para garantir as mudanças institucionais no interior da sociedade civil com a composição de novos significados e identidades” (p. 531). A dimensão “ofensiva” se dirige aos aspectos políticos e econômicos, “o domínio de ‘mediação’

entre a sociedade civil e os subsistemas dos poderes administrativos e de setores de economia” (c.f). As lutas se constituem não só em recursos e reconhecimento político, mas pela influência direta sobre o campo político (parlamentos, tribunais e governos) como forma de promover reformas institucionais.

Essa perspectiva dual no terreno da sociedade civil fomenta transformações significativas nos códigos simbólicos e, como parte do mesmo processo, reclama ao político novas emergências em torno de uma ação legítima e suscetível de ser renovada com diferentes argumentos e expressões sociais. Com isso, o espaço público, entendido como lugar de representação, se apresenta como eixo significativo para afirmação da identidade coletiva. Como mediadores desse universo de símbolos, os *media* encampam um conjunto de referenciais que fomentam a existência de sub-públicos, em uma relação complexa de múltiplas negociações e discursos. Fraser (1997) exemplifica essa transição ao mostrar como o sub-público feminista do início de século XX formulou contra-discursos que permitiram interpretações opostas de suas identidades e interesses por meio de jornais, livrarias, editoras, filmes, conferências e festivais. “Nas sociedades estratificadas, esses contra-públicos carregam uma dupla característica: por um lado, eles funcionam como espaço de fuga e de agrupamento; por outro, atuam como base para protestos e mobilizações dirigidas a públicos maiores” (p. 82). O potencial emancipatório reside entre essas duas funções, carregando um conceito de publicidade⁵⁴ que rompe com a definição liberal de um corpo de pessoas privadas (em uma relação quase atomizada) reunidas em uma unidade de público.

O fluxo de aparição nas instâncias da opinião como forma de exercer pressão sobre o poder político (acesso externo) tem como porta de entrada a construção da realidade produzida pelos jornalistas. Contudo, por estar mais próximo aos discursos do Estado e de outras instituições de caráter dominante, o campo do jornalismo difunde padrões e visões de mundo que usualmente podem vir a deslegitimar esses contra-públicos, com um discurso institucionalizado sobre as ações coletivas no espaço de entendimento comum. Uma relação assimétrica de dependência que exige desses grupos estratégias de transação próximas do espetacular e da anti-rotina, isto é, a inscrição no próprio “circo midiático” da notícia comercializável. Sem a projeção dos *media*, os eventos ou mobilizações podem não atingir outras esferas de argumentação, tornam-se não-acontecimento, e se limitam aos atores coletivos promotores da própria reivindicação. Em outras palavras, o sucesso da ação

⁵⁴ Nesse ponto, abordamos o termo publicidade no sentido de “tornar publico”.

coletiva, via de regra, é medido de acordo com a atenção midiática recebida, o que afeta, por sua vez, a própria característica de organização dos movimentos.

Neste contexto, os protestos sociais – tornados evidentes desde a Revolução Francesa e com papel determinante nas demonstrações públicas do século XIX -, se inscrevem como principal demanda por visibilidade no desenvolvimento da comunicação em massa. Assumem, ainda, outro direcionamento com o uso das novas redes, como a internet, o facebook e o twitter, abrindo outras oportunidades às manifestações de ordem locais e transnacionais. Podemos considerá-los, portanto, como o conjunto de contestações em que símbolos, identidades, práticas e discursos são usados para propor ou prevenir alterações nas relações de poder mais institucionalizadas. De fato, esse tipo de ação contribui para a mobilização dos integrantes dos movimentos, despertam o interesse de observadores para a causa reivindicada e podem atrair a atenção dos *media* e, por consequência, do poder administrativo.

A exposição jornalística dessas manifestações se relacionam, segundo Tarrow (2011), a sua forma de aparição no espaço público, que podem variar em ações “disruptivas”, “violentas” e “convencionais”⁵⁵. No primeiro caso, o protesto ocorre de modo a gerar surpresa e inquietação, trazendo mudanças na rotina e interrupções no curso natural dos acontecimentos. Põe em cena atores sociais com menor chance de visibilidade e poder de decisão em oposição a outros interlocutores com maior influência (campo político). No segundo, se inserem as demonstrações de violência, próprias dos conflitos armados ou das guerras civis. Outras atitudes ligadas a atos de violência civil, como depredação de patrimônio público ou confronto direto com as forças policiais, numa dimensão coletiva de enfrentamento, também integram esse tipo de protesto. A terceira modalidade diz respeito às ações-ritual desenvolvidas pelos movimentos, isto é, que atuam de forma programada e dentro dos limites da ordem, como ocorrem com as marchas e greves convencionais.

De acordo com Moloch e Lester (1999), a agenda jornalística desprende maior atenção às manifestações que ocorrem abruptamente (*disruptivas*), sobretudo quando combinadas ao uso da violência. Nesse sentido, se reflete no grau de transgressão à lógica do cotidiano abarcada pelas manifestações. O acesso regular ao campo jornalístico é feito pelo conflito, a busca de medidas que garantam atributos como a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de agitação. É como se os “públicos fracos” acionassem as sirenes do mundo social para alterar as formas habituais de produção de acontecimentos. De modo oposto, as ações

⁵⁵ Tradução do autor.

“convencionais”, inscritas em manifestações presas à ordem, serão menos passíveis de cobertura. Essa reconstrução de quadros da realidade levada a cabo pelo jornalismo é fator condicionante da imagem pública dos movimentos que, de modo ainda mais agudo quando comparado com o campo político, são também condicionados a adotar posicionamentos “ofensivos” como pré-requisito ou garantia de acesso aos critérios-notícia dos *media*. Na verdade, a lógica de procura pelos mandatários e de ampliação do debate para outros públicos possibilitada pela prática jornalística se mostra como um dos principais fatores de inserção no espaço público contemporâneo.

No entanto, é preciso reconhecer que os *media* também abrigam elementos para construção de identidades. Como espaço simbólico de interação entre sujeitos, partilha sentimentos, valores e bens culturais que passam a ser disseminados na esfera pública. Tarrow (2011) argumenta que, para além da característica de captação da atenção por parte dos movimentos, o noticiário também reforça laços, conserva apoios e estimula a inserção no debate de modo próximo ao institucional. Em sentido mais amplo, contribuem para as características “ofensivas” – pré-requisito de acesso -, e, simultaneamente, para as estratégias “defensivas”, por contribuir na solidificação de identidades coletivas e na auto-realização desses grupos. O jornalismo vê-se, com isso, diante de novas ordens sociais implícitas, sujeitas a um pluralismo que resulta de emergências sociais e culturais. Em situações de conflito, é obrigado a reconhecer que novos agentes podem proferir discursos e opiniões para impor outras visões do mundo, dar a conhecer os problemas do mundo cotidiano que já não se apresentam tão homogêneos e unificados, participar de forma conflitual na formulação da agenda, ou na visão que se constrói sobre a realidade que se visa representar (CORREIA, 2005).

Os limites dessa relação se refletem na própria legitimidade midiática diante de mobilizações de públicos decididos a tomar opinião no espaço público. Com relação ao jornalismo, percebe-se uma tênue linha margeando essa relação entre veículos e públicos, o que impede, em certo nível, afrontas expressivas na adoção de enquadramentos. A tentativa de um diálogo, mesmo reduzido à comunidade de comunicação, revela a necessidade de um grau de abertura quando do desafio de discursos dos movimentos sociais tornados “normalizados” pela opinião pública. O risco de ignorar essas assertivas pode representar a redução comercial e de influência do periódico, em relação à credibilidade estabelecida com as audiências.

Essa ambivalência no discurso público torna também evidente o modo como os movimentos sociais enxergam as tentativas mal sucedidas da interpretação midiática da realidade por eles enfrentada. O reposicionamento pode exigir a ruptura da lógica de visibilidade pelos veículos “formais” de comunicação - como os jornais de grande circulação ou o noticiário televisivo -, para buscar abrigo em meios alternativos de diálogo, como a internet, rádios comunitárias, fanzines. O embate se dá com a abertura de novas vozes e no monitoramento sobre a mídia tradicional (observatórios, campanhas para mudar formas de representação), bem como na construção de um universo simbólico “paralelo” de contra-informação, mais próximo de um processo não hegemônico de enquadramento de públicos que se colocam em posição contrária à “colonização” do jornalismo por parte do Estado e do mercado.

Carroll e Hacket (2006) distinguem as ações coletivas segundo o grau de autonomia aos meios institucionalizados, levando em conta os ativistas que usam os *media* para alcançar maior reconhecimento no idioma público, ou os que adotam a crítica ao universo midiático em si mesmo, rediscutindo novos espaços de interlocução. Os grupos ligados à democratização da comunicação, embora pouco visíveis em manchetes ou chamadas, passaram a desenvolver uma base de enfrentamento às grandes concentrações, indicando outras estratégias de aparição aos demais movimentos e à sua própria estrutura de funcionamento⁵⁶. Trata-se, desse modo, de não só representar um “desafio simbólico” de se contrapor aos discursos generalizados, mas de desafiar o próprio sistema de produção de signos, uma crítica político-econômica da comunicação de massa como esforço para se construir novas alternativas democráticas.

Tal forma de atuação enxerga a comunicação como uma experiência dialógica, espaço de vínculos intersubjetivos e estuário de reconhecimento de identidades. Com isso, tem-se como bandeira a democratização da comunicação como nexos para crítica das demais ações coletivas, um projeto capaz de revitalizar as possibilidades de acesso ao campo político e ao campo jornalístico a partir de uma maior abertura ao debate e à inclusão de diferentes temas na esfera pública. Dessa relação “defensiva” e “ofensiva” do ativismo midiático pode-se vislumbrar os primeiros condicionantes para uma comunicação possível, amparada no encontro com o outro e não com a sua negação generalizada. Atores posicionados enquanto

⁵⁶ Apesar de reconhecer a importância, este trabalho não teve por objetivo analisar, especificamente, as relações entre os movimentos pelo direito à comunicação e suas estratégias de contraposição ao discurso midiático. A tarefa empreendida na investigação foi a de abordar a imagem ofertada pelos jornais impressos pernambucanos aos atores coletivos como um todo.

movimento e mídia que fomentam a busca pela ressignificação da informação, inscrevendo visões de mundo no espaço público e dando a conhecer as reivindicações legítimas de públicos críticos em uma perspectiva radical de democracia.

2.3 Deliberação e idioma público da mídia

O pressuposto de que a democracia carece de cidadãos informados e linguisticamente competentes por meio de uma racionalidade comunicativa não se restringe à tomada de decisão durante as eleições, mas se estende às decisões e à participação do público sobre questões políticas. Essa ampliação da arena de visibilidade da vida coletiva compartilha de uma noção mais abrangente da atividade política e de inclusão.

Contrapõe-se, portanto, ao modelo liberal de democracia, baseado no indivíduo como signatário do poder político, e na tendência de reduzir a atuação pública a uma atividade instrumental, em que a formação da opinião e da vontade se resume à unidade do voto, vinculado a uma noção abstrata de cidadania dissolvida nas esferas do mercado. Desta maneira, o liberalismo político nega categoricamente aos atores sociais a possibilidade de uma ação racional para construção do entendimento em torno de seu destino coletivo, atribuindo esta tarefa exclusivamente humana à entidade “fetichizada” do mercado. Dissocia completamente “o papel desempenhado pelo jornalismo na articulação da opinião pública da qualidade do processo democrático vivido pela sociedade” (ROCHA, 2011, p. 154).

Neste sentido, o modelo republicano mostra-se, ao contrário, uma afirmação da capacidade das pessoas de agirem racionalmente na resolução de seus problemas almejando conceitos como a soberania popular e o autogoverno da sociedade.

Com isso, a arquitetura liberal do Estado e da sociedade sofre uma mudança importante. Ao lado da instância hierárquica reguladora do poder soberano estatal e da instância reguladora descentralizada do mercado, ou seja, ao lado do poder administrativo e dos interesses próprios, surge também a solidariedade como terceira fonte de integração social. (HABERMAS, 2002, p. 270)

Com o reconhecimento deste mérito do modelo republicano de “se afirmar no sentido radicalmente democrático de uma auto-organização da sociedade pelos cidadãos em acordo mútuo por via comunicativa e não remeter os fins coletivos tão somente a um ‘deal’ (uma negociação) entre interesses particulares opostos”, segundo Habermas (2002, p. 276), pode-se, também, identificar desvantagens nesta concepção.

Como desvantagem, entende-se o fato de ele ser bastante idealista e tornar o processo democrático dependente das virtudes de cidadãos voltados ao bem comum. Pois a política não se constitui apenas – e nem sequer em primeira linha – de questões relativas ao acordo mútuo de caráter ético. O erro reside em uma condução estritamente ética dos discursos políticos. Portanto, ao conferir ao procedimento comunicativo um aspecto central do seu modelo de democracia deliberativa, Habermas evidencia a importância do jornalismo na articulação da opinião pública no processo democrático.

Na concepção deliberativa de democracia “as decisões que afetam o bem-estar de uma coletividade devem ser o resultado de um procedimento de deliberação livre e razoável entre cidadãos considerados iguais moral e politicamente” (BENHABIB, 1996, p. 69). Um processo que se alimenta e depende de informação. O campo do jornalismo é um dos responsáveis por essa pronúncia-discernimento, afinal, uma pessoa, individualmente, não pode antecipar e prever que significados políticos serão percebidos pelos outros. Do mesmo modo, um indivíduo isolado não tem como adquirir informações consideradas relevantes para uma determinada decisão afetando-a como um todo. “Deliberação é um procedimento de tornar-se informado” (BENHABIB, 1996, p. 71).

O ponto de partida, e também de chegada, organiza-se na legitimação das instituições democráticas pela esfera pública, não separadas do processo de decisão. Os atos de fala, questionamentos, devem ser governados em condições simétricas, abertas ao debate. Regras de limitação da agenda pública são excluídas, e abre-se margem para uma noção de norma sempre posta em questão. Por essa razão, mesmo um ideal de procedimento deliberativo não irá, no geral, produzir consensos. Mesmo se existe desentendimento, e as decisões são tomadas por uma maioria, “os participantes podem recorrer a situações que são geralmente reconhecidas como tendo determinado significado, como base apropriada para escolha coletiva, mesmo entre os que discordam do resultado alcançado” (COHEN, 1996, p. 100).

Os elementos discursivos no campo da política não se orientam, necessariamente, apenas ao entendimento mútuo. A idealização, ou “condução estritamente ética”, na composição de argumentos na esfera pública, também se relaciona com acordos (*deal*) próprios do modelo democrático-liberal. Isso porque na avalanche de interesses, quando consensos precisam ser compensados, é necessário que se estabeleçam negociações e sanções entre as potencialidades de poder. As razões diversas são agrupadas numa pré-disposição à cooperação entre partidos, opiniões. A política dialógica não afasta, de todo modo, a ação estratégica. A teoria do discurso e a instrumental, quando institucionalizadas suficientemente, podem ser medidas por procedimentos de justificação racional e mesmo normativa do ponto

de vista da justiça, como elucidada Habermas (2002, p. 278):

Esse procedimento democrático cria uma coesão interna entre negociações, discursos de auto-entendimento e discursos sobre a justiça, além de fundamentar a suposição de que sob tais condições se almejam resultados ora racionais, ora justos e honestos. Com isso, a razão prática desloca-se dos direitos universais do homem e ou da eticidade concreta de uma determinada comunicação e restringe-se a regras discursivas e formas argumentativas que extraem seu teor normativo da base validativa da ação que se orienta ao estabelecimento de um acordo mútuo, isto é, da estrutura da comunicação lingüística.

A preocupação, portanto, é a de se chegar a decisões consideradas relevantes na ação coletiva, no interesse comum entre cidadãos. Os que compõem o debate devem buscar os resultados legítimos, o que não se distancia de um acordo. A prática deliberativa desenvolve-se, nesse intercâmbio, entre a formação da vontade dirigida ao sistema político, por um lado, e pela expressão da opinião pública informal em círculos de comunicação política, por outro. Os direitos de liberdade individual, forjados ainda no século XVIII - de livre expressão e de imprensa -, figuram como bases formais de organização pública na tematização de interesses e prioridades tidas como relevantes por atores sociais, podendo também assumir “uma conversação pública anônima”, como se refere Benhabib (1996, p. 74), por abranger “redes de deliberação e argumentação entrelaçadas e sobrepostas”. O grau discursivo dessa dimensão política não abdica, no entanto, do potencial de protesto, no espaço público, na medida em que cobram às instituições responsáveis pela reparação do dano social reconhecido por atores coletivos.

A capacidade de deliberação política deve agregar, nessa atitude, processos de decisão *autênticos, inclusivos e consequentes* (DRYZEK, 2008). A autenticidade pode ser entendida nessa adesão não-coercitiva de interesses comuns, conectando reivindicações particulares como formas legítimas de apresentação no espaço público. A inclusão, por sua vez, parte da incorporação de novos atores ao debate público, assegurando condições de participação. “Sem essa inclusão pode até haver deliberação, mas não necessariamente uma democracia deliberativa” (2008, p. 04). Por consequentes entende-se que os processos de deliberação possuem impacto nas decisões coletivas e nos resultados atingidos. Articulam, dessa forma, poder de influência sobre o sistema político ou, em determinados momentos, estimulam práticas de governança sem, necessariamente, aludir ao governo.

Embora a deliberação tenha por princípio a abertura a todos envolvidos ou potencialmente afetados, cabe-se ter em vista os excluídos do debate público, que sequer chegam a se fazer ouvir. Tal ausência discursiva reitera a presença de uma desigualdade deliberativa, designada, como assinala Bohman (*apud* MAIA, 2008, p. 39):

Pelas assimetrias de poder (que afetam o acesso à esfera pública), desigualdades comunicativas (que afetam a capacidade de participar e fazer uso efetivo das oportunidades de deliberação na esfera pública), pobreza política ou falta de capacidades públicas desenvolvidas (que fazem com que seja menos provável que cidadãos excluídos possam instaurar e levar adiante um processo deliberativo sobre suas questões e necessidades).

Neste domínio, os movimentos sociais, os públicos críticos ou fracos (BOHMAN, 2007; FRASER, 2003), se expressam como alternativas não hegemônicas de novas “vozes” por legitimidade e reconhecimento no espaço de entendimento comunicacional. Reunidos e organizados, os atores coletivos agrupam maior poder de articulação na proposição de temas, podendo também ir de encontro ao próprio sistema político por não enxergar nele as possibilidades de mudança ou de incorporação de demandas sociais. O consenso legitimador de crenças, valores e referências dá lugar a acordos ou opiniões que atribuam legitimidade às posições de outros interlocutores. A diferença não é posta entre parênteses, como dispõe Habermas (2002), mas está próxima da contestação e, em casos específicos, do agonismo político de confrontação de identidades e culturas (CHAMBERS, 2003), sem evidenciar, necessariamente, uma uniformidade no procedimento político pelo discurso. A deliberação “é exatamente receptiva à diferença porque não requer o apagamento do eu” (MENDONÇA, 2010, p. 98).

O processo de formação pré-político nas arenas de participação pública, seja pelo universo midiático-liberal ou pela marginalização distributiva nas condições materiais e de justiça, põe em cena outras semânticas morais de disputa sem dispor da “autodeterminação” geradora do envolvimento coletivo (HONNETH, 2007, p. 234). A ação dos movimentos sociais parte, essencialmente, desse sentimento de “nós”, seja por trocas argumentativas ou pelo reforço de solidariedades, tendo a expressão de disputa ampliada com a deliberação política, mas não necessariamente presa a ela. O uso da razão assume, portanto, diferentes formas de expressão de discursos essenciais à democracia, com a circulação de diálogos outros nas instâncias de enunciação comunicativas. *Pode-se falar, nesse contexto, de um nexo entre a “luta ampliada por reconhecimento” e a deliberação política.*

A incorporação dos atores coletivos não se restringe, nesses termos, ao embate unicamente com o sistema político, pois está aberto a uma participação mais eficaz e à discussão legítima em torno de outros setores do mundo cotidiano. A esfera pública assume, desse modo, diferentes constelações discursivas (DRYZEK, *apud* MAIA, 2008) de diálogos, temas e interesses. A prática jornalística, ao configurar debates na comunidade política e contribuir na pré-estruturação dessa esfera pública, tem o potencial de condensar argumentos,

produzir opiniões generalizadas, dar a conhecer visões de mundo. A perspectiva da democracia deliberativa aponta para um novo papel dos *media* na redução das desigualdades sociais na esfera discursiva, ponto central na organização do discurso político distanciado dos critérios de retroalimentação dos mesmos espaços de poder. Também se afasta da exclusividade funcional do pré-requisito republicano de jornalistas como “cães de guarda” da democracia ou responsáveis apenas pelos “contos morais” do descontrolo da ordem.

Ao reportar as mobilizações da opinião ou desafiá-la em contextos históricos dados, o jornalismo pode assumir, assim, papel “deliberativo”, ampliando as zonas de debate e disseminando argumentos. Em sentido oposto, nas amarras da democracia liberal – liberdade de investimento, cidadania dissolvida nas leis de mercado, direitos restritos a indivíduos-átomo e a gestão estratégica da política -, a comunicação se vê ameaçada por coerções externas, critérios-notícia morais que impedem a inclusão de movimentos sociais e de outros setores da sociedade civil à margem da discussão pública. Estabelecido na formação de um *fosso político da notícia* entre representantes e representados, e *no não-outro generalizado* (quando da atuação de atores coletivos no espaço público), a proposição liberal passa a impor uma agenda própria, que reitera desigualdades sociais e entende os jornais como *enclousers* das estratégias do poder constituído.

Nessas circunstâncias, cabe-se falar em duas propostas antagônicas de produção e de construção da realidade no discurso jornalístico em relação à cobertura empreendida sobre as ações coletivas, a dizer, um “jornalismo possível”⁵⁷, voltado à deliberação e à luta coletiva por reconhecimento e a ampliação de direitos; e outro “liberal”, como expressão do *fosso político da notícia* e do *não-outro generalizado*. Na análise dos jornais pernambucanos, a segunda dimensão se mostrou como principal forma de apresentação dos acontecimentos, com a redução dos espaços de fala e o reforço de fontes oficiais, pautado na atrofia de argumentos e na diminuição do debate no espaço público.

⁵⁷ Quais as possibilidades materiais de um “jornalismo possível” em uma sociedade capitalista, marcada pela forte influência das relações comerciais, sobretudo no que diz respeito à incorporação da notícia como mercadoria? A indagação consiste em um importante elemento de análise que pretendemos discutir em outras etapas de investigação no processo de formação acadêmica, um diálogo que se faz necessário com a economia política da comunicação. Neste momento, foi dada prioridade a uma evidência pontual, no recorte específico da cobertura empreendida aos movimentos sociais, levando em conta uma distinção de caráter explicativo.

3. MÍDIA E ATORES COLETIVOS

3.1 Dos processos

Os rumos da investigação foram norteados por diferentes olhares, abarcaram leituras, discussões, observações empíricas e análise de conteúdo. Ângulos outros buscaram fomentar questões livres (abertas) como tentativa de compreender os enquadramentos e critérios de seleção da notícia a partir dos vínculos com a democracia liberal, bem como das leituras midiáticas quando da ação dos movimentos sociais. As observações, diretas e indiretas, partiram dos cadernos diários impressos pelos periódicos *Jornal do Commercio* (JC), *Diario de Pernambuco* (DP) e *Folha de Pernambuco* (FPE), a partir de dados quantificados segundo critérios estatísticos. O pluralismo preconizado como superação de preconceitos do ponto de vista metodológico, mesmo recortado por “linhas” e “nós”, motivou a procura por respostas para além do confirmado numericamente.

A prática jornalística, apresentada como possibilidade de um *mundo possível*, foi fundamental como aporte para novas interpretações e diálogos sobre o tema. Como prevê Beltran (apud in ALSINA, 2005), os métodos quantitativos e qualitativos são, cada um deles, necessários em sua esfera. Nesse sentido, não se excluem mutuamente, sendo, ao contrário, complementares na abordagem do objeto em sua totalidade. O opção metodológica consistiu na análise de conteúdo, sem deixar de abordar, no entanto, elementos discursivos presentes nas notícias estudadas. De acordo Herscovitz (2007, p. 127), esse método de pesquisa recolhe e analisa textos “a partir de uma mostra aleatória ou não (...) com a intenção de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação”.

Nesta análise de conteúdo, a cobertura diária dos temas ligados às lutas sociais foi investigada tendo por base diferentes variáveis. Entre elas, o campo de atuação das fontes (acesso que dispõem à esfera midiática), número de versões (pluralidade de opiniões no texto), reconhecimento das manifestações (também no que se refere à relação com os direitos humanos), tipo de texto ou gênero (notícia, editorial, cartas aos leitores, entre outros), aprofundamento (desdobramento dos acontecimentos, uso de box ou reportagens vinculadas⁵⁸) causa do movimento abordado (reforma agrária, habitação, sindical). O estudo do enquadramento, outro item pesquisado, contribuiu na análise das formas como as

⁵⁸ Correspondem às notícias “secundárias” que complementam os temas abordados em uma notícia “principal”.

declarações aparecem e são dispostas no universo do jornalismo⁵⁹. Com base nessas informações, tentou-se estabelecer um instrumental técnico que sirva de referência para aferir a forma de elaboração das notícias sobre as manifestações, protestos e discursos de grupos que promovem ações coletivas no idioma público da mídia estadual.

Esse conjunto de referenciais foi agrupado em uma ficha de registro para composição de um índice estatístico para avaliação da cobertura de um determinado jornal impresso sobre os movimentos sociais⁶⁰. Em seguida, as informações foram agrupadas no Statistical Package for Social Science (SPSS), passando por testes de confiabilidade e de validação. Os indicadores não se encontram, no entanto, como critério de investigação fechado, uma vez que, diante de novas discussões e necessidades, poderá ser adaptado. Nesse ponto, cabe-se considerar também que esta será a primeira utilização deste referencial de análise, não dispondo, portanto, de outros parâmetros em relação a cobertura dos jornais em outros estados brasileiros ou em diferentes países.

A proposta é consolidar formas de análises para desenvolver, no futuro, uma pesquisa painel que permita o cruzamento de informações em torno de dados específicos, como o quantitativo de notícias sobre o tema, a pluralidade apresentada, e o reconhecimento das ações realizadas. Com isso, pode-se desenvolver uma análise de conjuntura (índice) e de pontos determinados ou singulares de cada veículo. Ao todo, o cruzamento abrange nove variáveis e é calculado com base em quatro elementos: o número de produções jornalísticas, as versões dispostas nos textos, o aprofundamento (continuidade e uso de outros recursos textuais como box e infográficos), além da esfera do reconhecimento pressuposto na construção da notícia⁶¹.

No que diz respeito à variável “versões” foi realizada a recodificação com o intuito de modificar seu grau de mensuração de nominal para ordinal, assumindo que quanto mais versões fossem ouvidas dentro da matéria jornalística, maior o peso atribuído a ela, melhorando a pontuação atingida pelo jornal na construção do indicador. As demais, por

⁵⁹ Devido ao grau de mensuração das variáveis ser nominal, os testes estatísticos aplicados para observar a significância foram o Qui-quadrado e o Phi e V de Cramer.

⁶⁰ No processo de formulação da ficha de registro tivemos a participação dos parceiros do Núcleo de Estudos e Ações sobre Democracia e Direitos Humanos (NEADDH), da Universidade Federal de Pernambuco. O *corpus* só pôde atingir a dimensão proposta graças à contribuição das bolsistas do Departamento de Serviço Social da UFPE, que coletaram, diariamente, as notícias sobre os movimentos sociais nos jornais pernambucanos.

⁶¹ Optou-se por não usar a variável “enquadramento” na composição do índice por considerá-la restrita a uma análise pontual da cobertura aos movimentos sociais. Os fatores “muito positivo”, “positivo”, “neutro”, “negativo” e “muito negativo” foram selecionados com base no número de versões e na ocorrência de adjetivos ou substantivos empregados no contexto discursivo das reportagens.

assumirem características ordinais, foram caracterizadas por múltiplos ponderados dentro da fórmula de composição⁶².

A escolha dos jornais analisados foi realizada segundo dados fornecidos pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC)⁶³, sobretudo no que se refere às vendas por assinatura e pelo tempo de funcionamento. Os três veículos em discussão são filiados à Associação Nacional de Jornais (ANJ), que possui, entre os seus pré-requisitos, a aparição diária ou semanal (paga) e ao menos três anos de circulação. A variedade de periódicos é justificada pela tentativa de mapear e estabelecer comparações entre as coberturas empreendidas. Assim, tentou-se evidenciar diferentes “retratos” do conjunto diário de notícias sobre os movimentos sociais.

O período de investigação abarcou os meses de novembro e dezembro de 2010, seguidos de janeiro a abril de 2011, completando um semestre. A seleção levou em conta o calendário eleitoral brasileiro. Para não vincular os conteúdos do campo político, que usualmente se sobrepõem aos demais durante o processo de escolha de representantes, optou-se pelo momento pós-eleições, como forma de melhor avaliar frequência e formas de aparição das ações coletivas na cobertura midiática. Como a continuidade no tratamento de determinados temas por parte da imprensa (suítes) foi um dos critérios levados em conta no estudo, a análise das edições deu-se diariamente. O recorte também permitiu apurar as estratégias narrativas no discurso midiático (forma como os acontecimentos são incorporados como notícias).

Ao todo, foram avaliados 543 textos, em 180 edições de jornais. O periódico com maior número de notícias sobre os movimentos foi o *Diario de Pernambuco* (190), seguido pela *Folha de Pernambuco* (178) e pelo *Jornal do Commercio* (175). O próprio quantitativo integrou também o dimensionamento do índice, por consistir na ampliação/redução dos relatos jornalísticos sobre os movimentos sociais. O desenvolvimento do indicador também teve por base os parâmetros adotados pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco), com o uso de referenciais quantitativos, dados mensurados segundo sua validade estatística e separação dos componentes de avaliação, de modo a assegurar uma questão-chave por vez. Tais componentes tiveram como referência o documento “Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para avaliação do

⁶² Esses multiplicadores funcionarão como intensificadores da variável principal a qual estão associados.

⁶³ O Instituto Verificador de Circulação (IVC) é a entidade que monitora a tiragem e a circulação dos veículos digitais e impressos no Brasil. As informações são fornecidas por editores durante auditorias regulares. Dos três jornais estudados, a Folha de Pernambuco é o único a não integrar o serviço. Segundo o indicador, o JC possui circulação paga anual de 41.434 exemplares, enquanto o DP atinge 24.052.

desenvolvimento dos meios de comunicação”, que também prevê um período significativo para a coleta e para mensuração dos dados.

Outro referencial utilizado foi a publicação do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervezes) intitulado “Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação”. Nesse sentido, buscou-se selecionar um aspecto de *relevância* (a cobertura aos movimentos sociais nos jornais pernambucanos), a *padronização* (sistematização de dados em um único procedimento), além da *portabilidade* (podendo ser estendido a outros referenciais analíticos, com a possível aplicação em outros veículos).

O discurso no noticiário, como parte do conteúdo analisado, foi avaliado enquanto cadeia de signos, uma rede polifônica constituída por diferentes vozes dos campos sociais. Como espaço de interpretação e não de transparência, o discurso das notícias apresentou, ao longo do dizer, uma margem de não-ditos, também detentores de significado. O pressuposto e o subentendido revelaram novos espaços, instâncias de enunciação na produção do sentido. Um não-dito que abrange características do “dito de outra forma”, que abre portas para uma nova situação de presença comunicacional⁶⁴. Desse modo, propôs-se uma investigação da construção do sentido das “informações midiáticas” como algo que não corresponde apenas à intenção do produtor (jornalistas), nem apenas ao receptor (leitores), mas como resultado de uma co-intencionalidade (CHARAUDEAU, 2006) que compreende os efeitos visados na produção das notícias.

⁶⁴ Neste aspecto, optou-se por empreender uma análise apenas contextual do discurso, como desdobramento do conteúdo avaliado. Com isso, tentamos pensar o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinado, neste ponto, a referência aos que, majoritariamente, estão à margem do discurso formal no hemisfério midiático. A investigação parte, portanto, não só da quantificação e qualificação do texto, mas do mapeamento do discurso jornalístico e dos lugares de interpretação (instâncias de enunciação) onde ele se constitui e apresenta.

3.2 Movimentos sociais na imprensa pernambucana

A representação simbólica da realidade social abarcada pelos jornais reitera, em sentido amplo, a desqualificação de opiniões, o veto ao debate e a construção de um discurso de “reação” aos protestos e manifestações empreendidas pelos movimentos sociais. O referencial abstrato à “ordem pública”, legitimado por empresas de comunicação com múltiplos interesses, deixa rastros desse sistema de hierarquias na composição da notícia, reunido em torno de uma mesma opinião editorial e das restrições impostas pela aproximação crescente entre o departamento comercial e as redações. Nessas circunstâncias, a margem discursiva entre reivindicação social e crime torna-se reduzida. Sob a ótica da ilegalidade, assume contextos nítidos de uma “imagem roubada” aos atores coletivos no idioma público da mídia, sobretudo aos que se contrapõem às assimetrias nos campos sociopolítico e econômico.

A referência a essa criminalização tem representado uma das principais críticas de setores da sociedade civil à cobertura realizada pela imprensa brasileira, por deixar de apresentar versões mais complexas e de promover uma reflexão mais aprofundada sobre as situações de violação e de injustiça traduzidas pelos movimentos sociais. A intenção desta pesquisa em estabelecer um índice analítico surge como tentativa de monitorar e acompanhar como os jornais impressos noticiam, regularmente, os assuntos relacionados às ações coletivas no espaço público. Nesse sentido, buscou-se consolidar um instrumento de investigação que contribua para o posicionamento da sociedade civil e do poder público na promoção e garantia do direito à comunicação.

O indicador proposto varia de zero (0,0) a um (1,0). Quanto mais próximo do número máximo, melhor a cobertura alcançada pelo periódico, seguindo a mesma lógica de leitura do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entre os parâmetros de avaliação estão o quantitativo de notícias sobre os movimentos sociais, a pluralidade de fontes e o campo a que pertencem, a contextualização e aprofundamento de temas, além do reconhecimento e a associação aos direitos humanos pressupostos nos textos jornalísticos⁶⁵. Na análise dos jornais pernambucanos – *Jornal do Commercio* (JC), *Diario de Pernambuco* (DP) e *Folha de Pernambuco* (FPE) -, a recorrência às fontes oficiais, a redução do debate público com apenas uma versão ouvida e a associação parcial das reivindicações aos direitos humanos revelaram dispositivos retóricos de preservação da “ordem” acentuado pelo discurso jornalístico. A

⁶⁵ O indicador obteve validação estatística a partir de testes como o “R de Pearson” e “Spearman”.

plataforma midiática de apresentação de posicionamentos mostrou-se, em situações determinadas, mais próxima da exclusão – criando espaços vedados ao proferimento de novas assertivas -, do que da socialização e da incorporação de outros atores.

Durante os protestos e manifestações, os movimentos sociais foram enquadrados na condição de “estrangeiros” ao discurso midiático, vinculados ao “caos” ou ao “medo” como expressão legitimadora da desordem, convidados a entrar pela porta de trás ou sequer terem a permissão de passar por ela. Aos jornais, coube a apresentação dessa face “áspera” ou “raivosa” das ações coletivas, naturalizadas em manchetes como “Centro parado por cinco horas”, “Protesto interdita trânsito” ou “PM age tardiamente sobre manifestantes”. O apelo à coerção estatal era tomado pela busca do direito de “ir e vir” ou ao “bem comum”, reafirmados ora por personagens – com o relato de observadores durante as reivindicações -, ora pelas fontes do poder administrativo ou das forças policiais. Apesar de admitir a liberdade de imprensa como expressão direta da prática democrática, os textos noticiados nos momentos de disrupção, pouco contribuíram no desdobramento ou na elevação deste direito, deixando de aprofundar debates ou de reportar acontecimentos.

Essa postura assimétrica pode ser atestada pela média geral, dos 543 casos analisados, atingida pelos periódicos ao se reportarem sobre os movimentos sociais. O resultado do indicador nos jornais pernambucanos foi de *0,51*, revelando que os veículos encontram-se relativamente distantes de um “jornalismo possível”, com maior diversidade de fontes e aberto à deliberação política⁶⁶. Embora sejam identificadas diferenças pontuais na postura de cada jornal avaliado, as distinções entre eles assumiram representatividade reduzida, perfiladas sob critérios-notícia semelhantes ou lentes de interpretação dos acontecimentos de mesmo grau. Apesar de atingirem públicos diferenciados⁶⁷ e lançarem maior atenção a assuntos específicos, as principais falhas de exatidão nas notícias em relação aos atores coletivos ocorrem nos momentos de maior disrupção, a exemplo das greves no Complexo Portuário de Suape (PE) ou na hidroelétrica de Jirau (RO), e dos protestos contra o aumento no preço das passagens de ônibus e da retirada dos comerciantes informais, ambos no Recife (PE).

No histograma⁶⁸ abaixo (tabela 01), tem-se a distribuição dos principais valores atingidos pelos jornais na composição geral do índice. Pode-se considerar que a maior parte

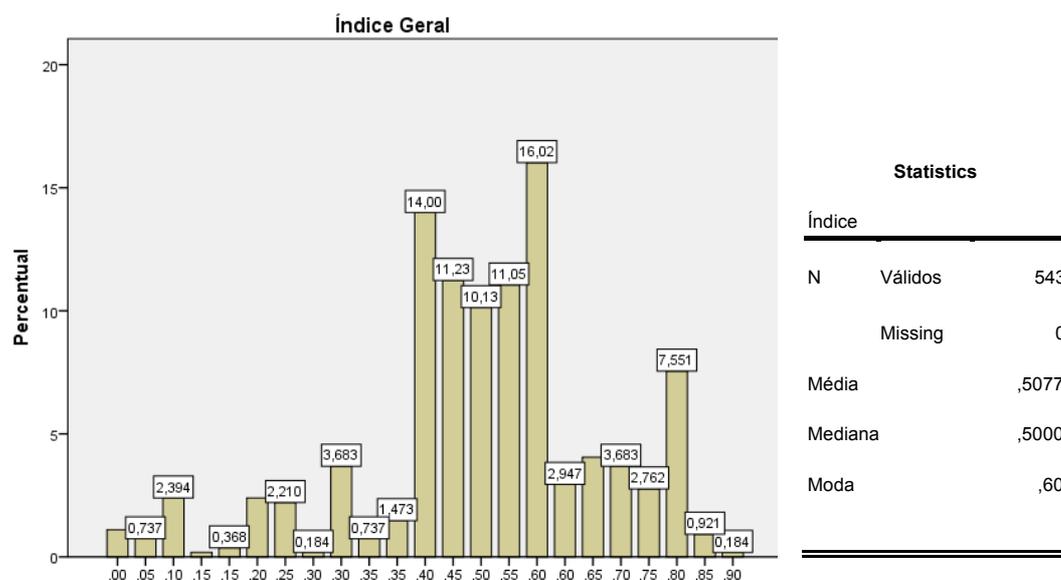
⁶⁶ Para uma avaliação mais contundente seria necessário o estabelecimento de parâmetros com outros estados do brasileiros ou mesmo de outros países. Assim, pode-se aferir, com maior clareza, as posturas adotadas pelos jornais em diferentes contextos de atuação, referendando um parâmetro de análise.

⁶⁷ Neste caso, refiro-me à Folha de Pernambuco, jornal que busca audiências de menor poder aquisitivo, a exemplo dos periódicos como O Dia (RJ), Notícia Agora (ES) ou Agora São Paulo (SP).

⁶⁸ O histograma é uma forma gráfica de apresentação da distribuição das frequências de um determinado índice ou variável.

das notícias investigadas estão concentradas no intervalo compreendido entre 0,40 e 0,60⁶⁹. A partir desta média, será possível identificar que movimentos foram mais reportados pelos periódicos neste intervalo principal e quais estão à margem, tanto negativa quanto positivamente. Em outras palavras, pode-se aferir que atores foram enquadrados com notícias abaixo da média geral (0,0 a 0,39) ou acima dela (0,61 a 1,0)⁷⁰.

Tabela 01:



Como demonstra a tabela 02 (ver p. 95), os movimentos sociais compreendidos no principal intervalo de concentração do índice encontram-se os relacionados às representações sindicais (27,41%), e aos protestos por democracia nos países do Oriente Médio e do Norte da África - então designados como “Primavera Árabe”⁷¹ (21,07%). Em seguida, aparecem as notícias sobre a atuação do movimento estudantil (5,36%) e às questões voltadas aos direitos humanos de uma forma geral (4,41%). Entre os atores com a cobertura pior avaliada (intervalo de 0,0 a 0,39) estão novamente os conflitos no Oriente (5,71%), os sindicatos (3,64%) e a reforma agrária (2,11%). Os resultados iniciais apontam para uma maior atenção dispensada pelos jornais aos atores coletivos em dimensão internacional, sobretudo quando tem-se em

⁶⁹ Ao lado da tabela principal, encontra-se a referência ao número total de dados válidos (Válido – 543), seguido pelos dados não contabilizados ou perdidos (Missing – 0), a média geral atingida pelo índice (Média – 0,5077) e pela maior concentração de casos no índice (Moda – 0,65).

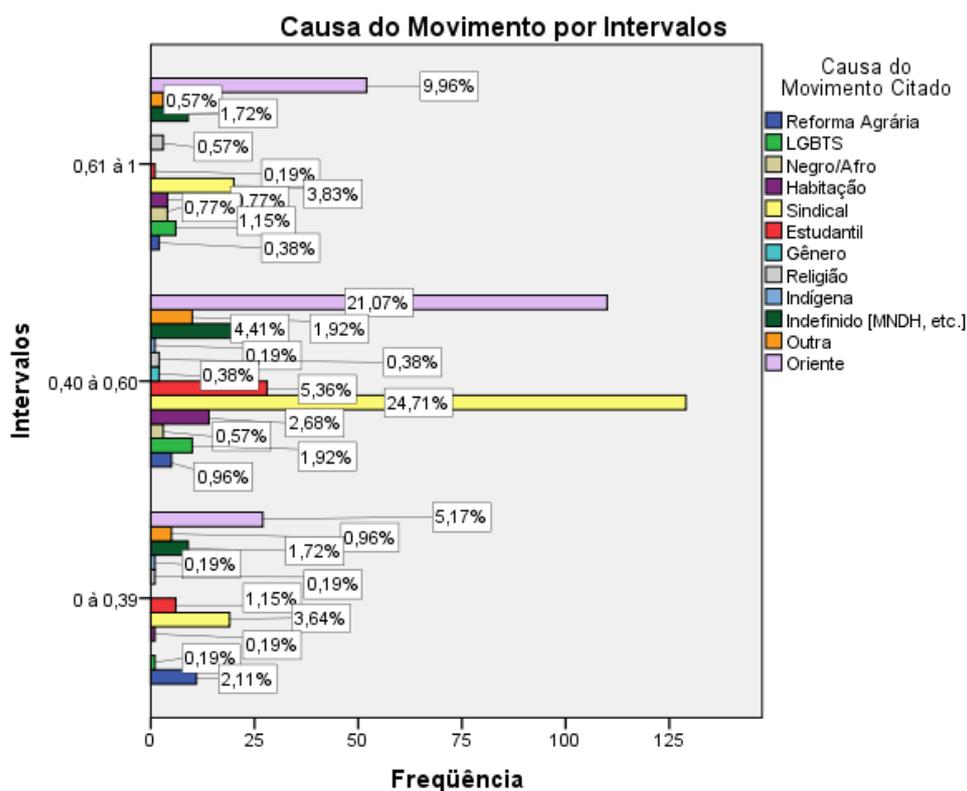
⁷⁰ Como não existe um parâmetro de avaliação, dividimos entre esses intervalos apenas com base na média atingida na correlação entre os três jornais. Não se pode atestar, portanto, que o intervalo principal (0,40 a 0,60) se constitui como enquadramento de notícias consideradas “razoáveis”. Para isso, ainda seriam necessárias outras bases de referência.

⁷¹ Entre os países diretamente mencionados nas notícias estão Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Arábia Saudita, Sudão e Iêmen.

vista o quantitativo de notícias envolvendo a Primavera Árabe. Longe de um espaço direto de intervenção sobre os atos de desobediência civil, os jornais tornam-se solidários à distância e tendem a empreender melhores coberturas. Não à toa, esses movimentos alcançaram aproximadamente 10%⁷² do total de reportagens analisadas no intervalo entre 0,61 e 1,0.

A participação expressiva dos sindicatos pode ser traduzida pela institucionalização desses movimentos como fontes, como é o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no debate em torno do aumento do salário mínimo com o Governo Federal. O percentual de textos com pior avaliação entre os movimentos sindicalistas obteve relação direta com as greves em grandes empreendimentos, a exemplo do Complexo de Suape, e ao protesto empreendido pelos comerciantes informais no Centro do Recife (PE). Outro ponto que chama a atenção corresponde aos textos que se reportam sobre a reforma agrária. Os jornais pernambucanos mostraram-se incapazes de promover uma reflexão aprofundada e um debate democrático sobre a estrutura agrária do Estado e do país, com a maior parte das notícias construídas sem a versão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou sem reconhecer, sequer, a causa compreendida por esse ator coletivo.

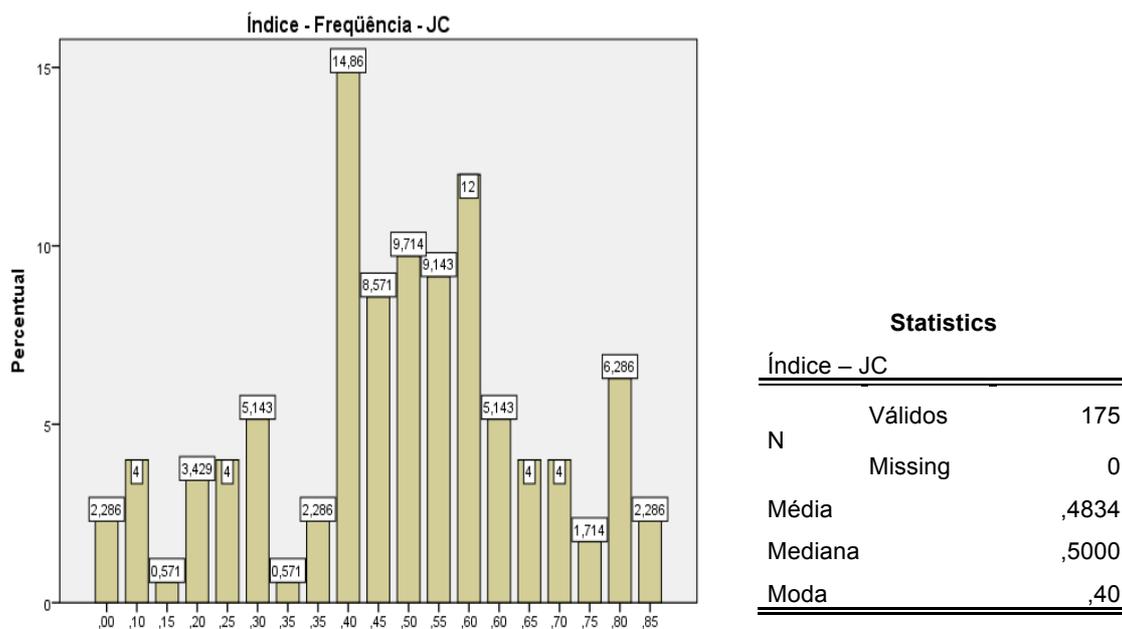
Tabela 02:



⁷² Cabe notar que valor atingiu praticamente o dobro das notícias com baixa avaliação, responsável por 5,17% dos casos.

O JC aparece como o jornal que efetuou a pior cobertura sobre os movimentos sociais em Pernambuco⁷³. Abaixo da média geral, o Jornal do Commercio atingiu o índice 0,48. O periódico apresentou o maior número de notícias com apenas uma versão (46,7%) e de textos que não ouviam os atores coletivos (45%). Também cedeu o menor espaço à cobertura das reivindicações sociais, com 175 menções. A não associação do reconhecimento da causa aos direitos humanos foi outro ponto negativo. A ausência atingiu 72,5%⁷⁴ do total de notícias publicadas. No que se refere à distribuição por valores do índice, o período obteve a maior parte das notícias no intervalo entre 0,40 e 0,60. O jornal, no entanto, obteve maior concentração de textos em 0,40, como mostra a tabela:

Tabela 03:



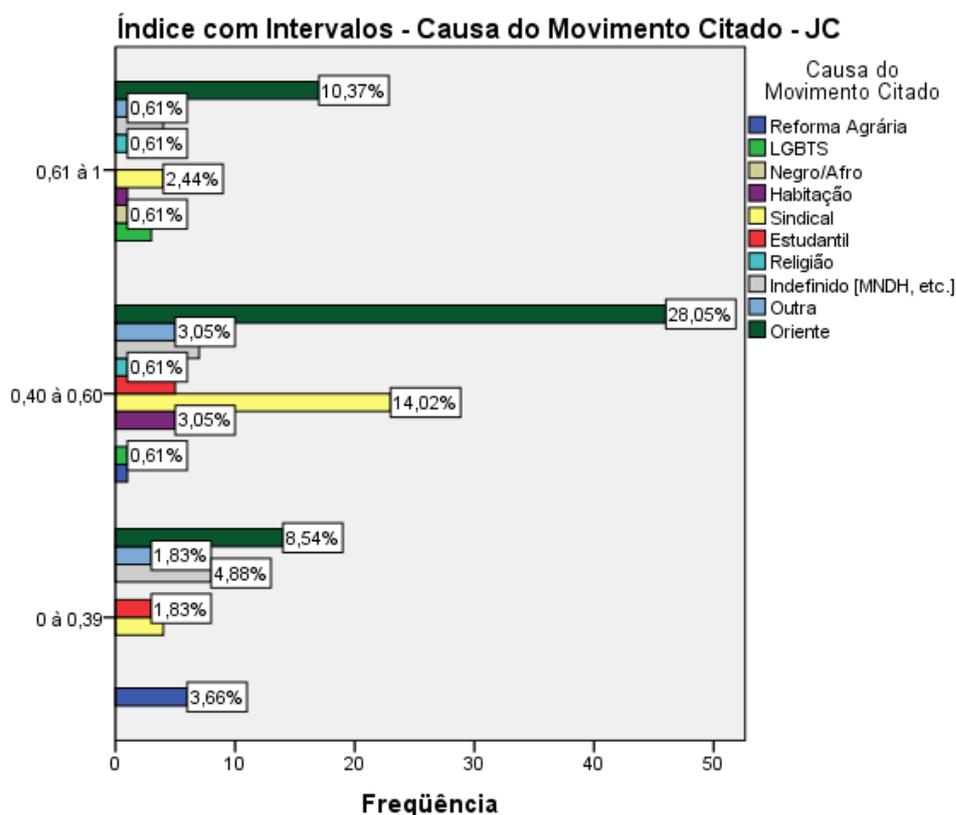
Em relação às editorias, o JC apresentou o maior percentual de notícias internacionais (57%) e a menor aparição nos cadernos de política (1,1%). O periódico cedeu, portanto, maior espaço à Primavera Árabe e, em seguida, aos sindicatos. No que se refere à primeira, o jornal admitiu uma cobertura mais plural, reconhecendo com frequência a motivação dos movimentos e apresentando maior gama de versões. De modo oposto, a postura negativa à reforma agrária atingiu o maior patamar entre os veículos pesquisados, alcançando a marca de

⁷³ A divisão por jornais, com indicadores específicos, não teve por objetivo gerar, necessariamente, um *ranking*, mas identificar as áreas que necessitam de maior intervenção da sociedade civil e da própria organização.

⁷⁴ Os percentuais de versão e não associação aos direitos humanos serão melhor discutidos na análise específica de cada indicador, realizada nas subseções deste capítulo.

3,66% (observar tabela 04). O posicionamento do periódico sobre este ponto atende nitidamente a uma posição contrária às ações do MST, reafirmada não apenas nas notícias, mas nas cartas dos leitores e também nos editoriais.

Tabela 04:



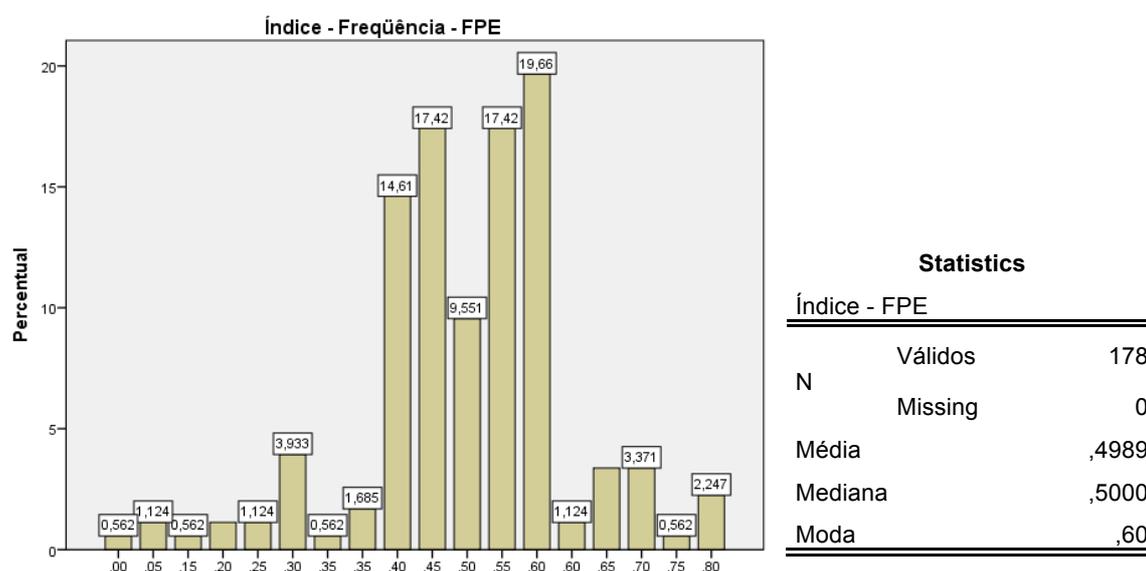
A FPE aparece na segunda colocação. Também abaixo da média geral, o jornal obteve índice *0,50*. Em praticamente metade dos textos analisados, o periódico manteve-se restrito a apenas uma versão (46,3%), pouco variando em relação ao Jornal do Commercio. Os principais movimentos ouvidos Folha são as representações sindicais. A centralidade na categoria do trabalho pode ser observada no quantitativo de textos na editoria de economia (32%), que só perde para os cadernos de cotidiano e polícia (37,6%). Esses atores, no entanto, são noticiados diante de práticas ou situações “convencionais”, isto é, a partir de ações rituais como marchas, seminários ou datas que possuem identificação com a causa empreendida pelo movimento. Por consequência, a FPE pouco associa a atuação dos atores coletivos aos direitos humanos, que surgiu com a maior disparidade (86%)⁷⁵ na amostra pesquisada.

O espaço cedido aos movimentos sociais praticamente não variou, com 178 textos durante os seis meses de análise. Os temas trazidos pela Folha também abarcaram pouco

⁷⁵ Tais indicadores serão discutidos na subseção seguinte deste trabalho.

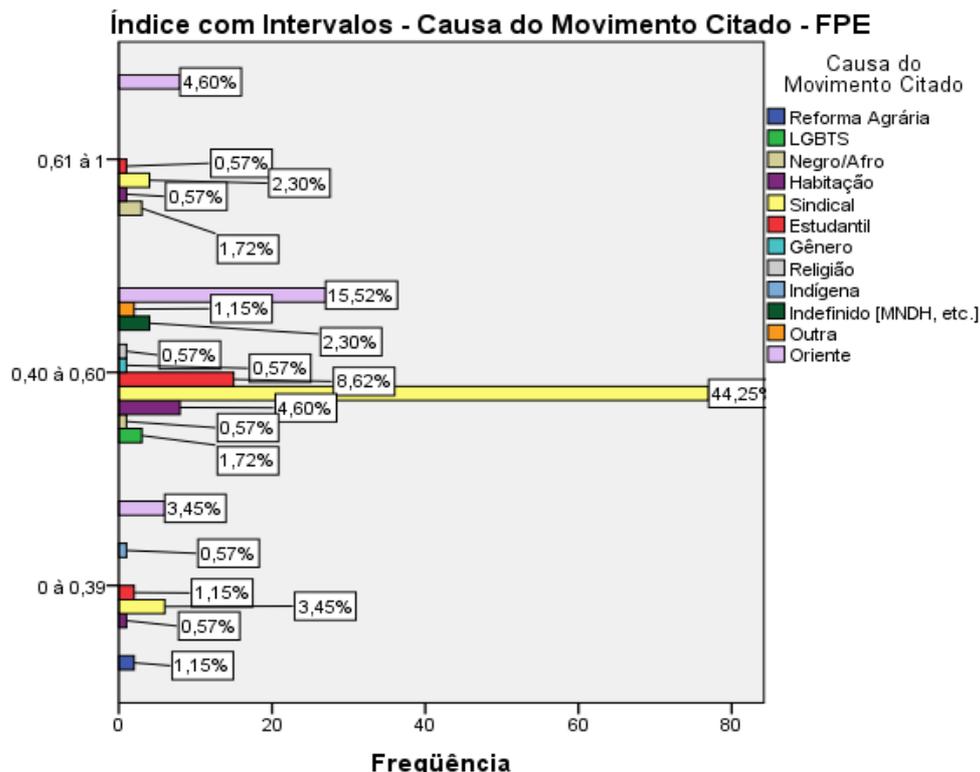
aprofundamento. As noticiais vinculadas, que podem aumentar a discussão sobre os assuntos em pauta, só atingiram 8,5% do total reportado. O jornal fez, ainda, utilização reduzida de infográficos ou boxes, restritos a 1,7% dos casos noticiados. Como mostra a tabela 05, a FPE manteve-se no mesmo patamar de distribuição de casos da média geral, concentrando o maior número de casos entre 0,40 e 0,60, adquirindo menor número de notícias com cobertura mal avaliadas na comparação com o JC.

Tabela 05:



A atenção da FPE prestada aos sindicatos atingiu 44% das notícias inseridas no intervalo de maior concentração, como demonstra a tabela 06 (p. 99). O fato também pode ser explicado tendo em vista o público presumido pelo periódico, voltado aos trabalhadores assalariados de menor poder aquisitivo. Desse modo, as reivindicações por reajustes na folha de pagamento das categorias trabalhistas são usualmente incorporadas como informação passível de ser publicada. Contudo, diante de situações de maior apelo à ordem, como as greves no Complexo de Suape e a paralisação do comércio informal no Recife (PE), o jornal admitiu uma cobertura pouco plural, a exemplo do JC e do DP.

Tabela 06:

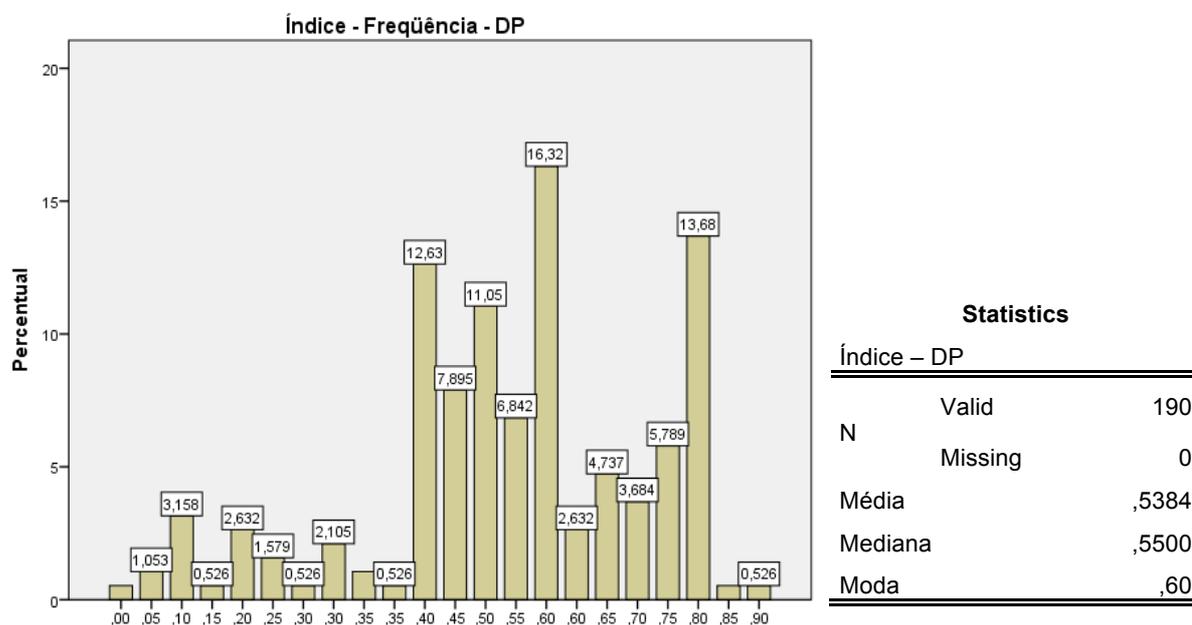


O DP apresentou o maior índice entre os jornais, com *0,54*. Apesar do posicionamento acima da média, o veículo não representa um modelo de cobertura aos movimentos sociais. O número de menções aos atores coletivos chegou a 190, aproximadamente 6% superior aos demais periódicos. Embora o número de textos com posicionamento único tenha atingido percentual inaceitável (40,6%), até mesmo para os padrões da objetividade jornalística, o Diário alcançou o menor indicador. Outro fator de relevância corresponde ao maior diálogo proporcionado entre a sociedade civil e o poder público, pressuposto em 60,8% das notícias⁷⁶. As reivindicações dos atores também foram mais legitimadas pelo DP, com 91% do reconhecimento das causas empreendidas pelos movimentos sociais.

A associação aos direitos humanos, no entanto, apesar de superior ao geral, atingiu 65,7% das notícias. Em relação aos demais veículos, o jornal também aumentou o espaço cedido aos movimentos, com o uso de matérias vinculadas em 34,7% dos casos. Na distribuição do índice, o DP apresentou o mesmo intervalo dos outros veículos (0,40 a 0,60). Contudo, mostrou-se como o periódico com a maior concentração de casos abertos a maior pluralidade de fontes e ao debate público, como reitera a tabela:

⁷⁶ Nesse quesito, o JC obteve 50% e a FPE 52,8%.

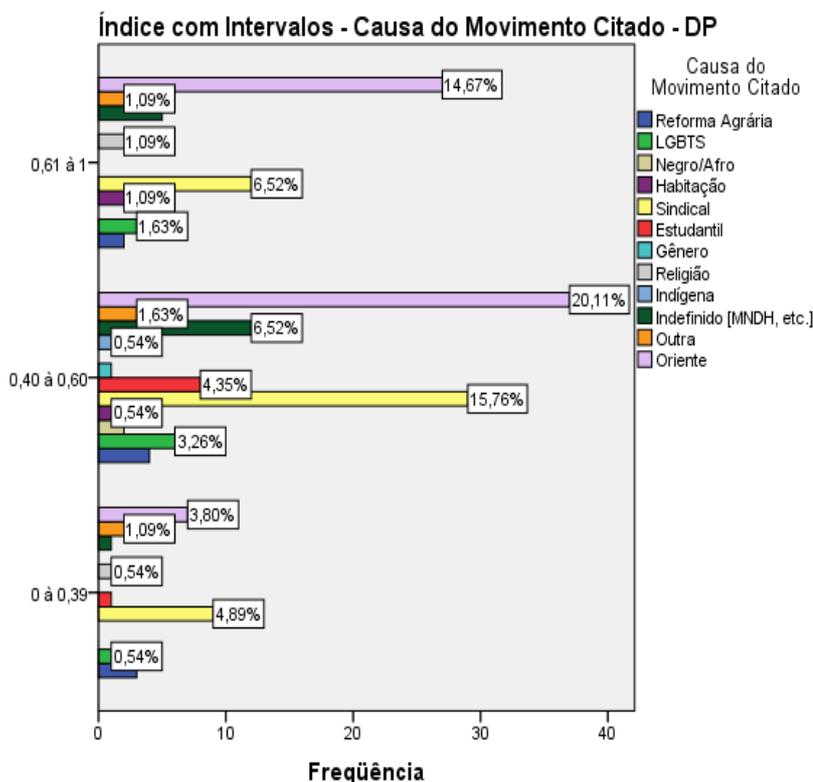
Tabela 07:



Apesar da pouca expressão na editoria, o jornal também obteve o maior percentual dos textos publicados no caderno de política⁷⁷ (5,8%) e o menor percentual entre os periódicos no caderno de cotidiano, últimas ou polícia (18,4%). Entre as causas citadas, o DP dedicou maior atenção aos protestos democráticos decorrentes da Primavera Árabe, que atingiu aproximadamente 15% dos textos melhores avaliados (ver tabela 08, abaixo). O percentual foi resultado da cobertura promovida pelo Correio Brasiliense, mas publicada pelo Diário, com a escuta diária de fontes, por telefone, sobre as manifestações em países como o Egito e a Líbia. Além das questões sindicais, o jornal também cedeu maior espaço ao movimento LGBT. Em relação aos protestos e manifestações locais, no entanto, também se aproximou do potencial ordenador encampado pela FPE e JC.

⁷⁷ JC e FPE publicaram, respectivamente, 1,1% e 2,2% do total de notícias nos cadernos de política.

Tabela 08:



A particularidade do modo como os jornais pernambucanos tornam “visíveis” os movimentos sociais será descrita a partir do estudo específico das variáveis que compõem o índice de cada periódico. A ausência dos suportes argumentativos e de promoção do debate de interesse público revela o distanciamento crítico de uma parcela significativa dos textos veiculados. A generalização do *não-outro*, antes de promover um *desafio* ou se mostrar *destinatária* da opinião, apresenta-se, neste pamar, como mais próxima do estigma aos movimentos, presa às consequências trazidas à ordem estabelecida, alimentada por formações discursivas como “vândalos”, “arruaceiros” ou “invasores”.

Esse filtro institucional, além de representar um maior distanciamento entre representantes e representados no espaço público (*fosso político da notícia*), também resvala na *renúncia do acontecimento* (ao ter-se em vista a quantidade de textos sobre os movimentos), na *renúncia do debate* (com a negação de espaços para posicionamentos desses atores) e, por último, na *renúncia ao reconhecimento* (quando a invisibilidade atinge a própria motivação), acentuada com a não associação aos direitos humanos. Dispositivos que lançam imagens distorcidas das causas sociais, influenciam nos *quadros* de interpretação sobre os acontecimentos (sob a ótica do pseudo consenso, da ilegalidade e das consequências trazidas), reiterando a convicção da mínima participação política nas democracias liberais.

3.2.1 Distribuição no tempo e renúncia de acontecimentos

Das centenas de sugestões de pauta ou assuntos que irrompem no cotidiano, os jornais são obrigados a selecionar parte dos temas, a tomar uma posição diante do universo de acontecimentos. O argumento torna evidente a presença de critérios na definição de uma notícia publicável, filtros adotados antes do repórter se dirigir aos fatos ou das manchetes cobrirem as ruas de branco-preto. Mesmo considerando a presença de linhas editoriais distintas, o equilíbrio de assuntos tratados pelos periódicos torna-se cada vez mais próximo, seja pela concorrência febril, pelo acesso das fontes aos veículos ou pela necessidade de presumir audiências sob lentes de mesmo grau. Nos três periódicos pernambucanos analisados - *Jornal do Commercio* (JC), *Diario de Pernambuco* (DP) e *Folha de Pernambuco* (FPE) -, as ações empreendidas pelos movimentos sociais apontam rastros dessa relação. A média é de apenas uma menção a esses atores por edição, com variação pouco significativa entre os veículos. Nesse quantitativo, estão incluídas todas as seções (internacional, nacional, economia, política) e tipos de texto (notícia, editorial, cartas, artigos) encontrados diariamente nas publicações.

Durante os seis meses de investigação, o DP registrou 190 informações, seguido pela FPE, com 178, e pelo JC com 175. Quando analisado o número de textos reportados sobre os movimentos sociais nas editorias “locais”⁷⁸ (cotidiano/polícia/últimas) torna-se patente uma nova exclusão desses atores no debate público: o percentual de peças publicadas oscilou entre 18,4% (DP) e 37,6% (FPE) do total de acontecimentos reportados, como mostra a tabela 09 (ver p. 104). A ausência desse espaço de interlocução amplia a fenda discursiva entre os públicos, impondo “zonas de silêncio” e de falta de representação. Em sentido amplo, cria um não-lugar midiático (MELLO, 2004), por deixar de tornar visível diferentes discursos e por admitir um reconhecimento negado de antemão. Tal correlação se inverte no tratamento de temas internacionais: parte de 23% (FPE) para 57%⁷⁹ (JC) do conjunto de notícias. O resultado atesta uma pré-disposição aos discursos de oposição à ordem quando proferidos fora de um contexto direto de intervenção. Nesses casos, em que se pesa a influência das agências de notícias, os jornais contextualizam a situação enfrentada e reconhecem, com maior frequência, as causas empreendidas pelos movimentos. Também estimulam a criação de um

⁷⁸ Os movimentos sociais “locais” também estão inseridos em outras editorias, como economia, por exemplo, que aborda assuntos estaduais ou nacionais. Nesse caso, a cobertura gira em torno, significativamente, dos reajustes salariais cobrados por centrais sindicais.

⁷⁹ No caso do JC, as notícias sobre os movimentos sociais no estado atingem menos de um quarto do total reportado (21,3%), enquanto os temas internacionais ultrapassam a metade dos conteúdos. Quanto às matérias de conotação nacional, o jornal destina espaço também reduzido (8%).

maior fluxo de discussão sobre o tema, seja a partir de editoriais ou de artigos de opinião mais abertos aos atos de desobediência civil. A “solidariedade à distância” dos periódicos inverte-se, no entanto, quando as situações de maior apelo à disrupção irrompem no terreno local, deixando de contribuir para uma cobertura mais aprofundada em torno das questões de dissenso.

Entre os assuntos internacionais com farta cobertura midiática, estiveram as manifestações democráticas que questionaram os governos autoritários nos países do Oriente Médio e Norte da África. No que se refere à atuação dos movimentos em Pernambuco, os jornais acompanharam, sobretudo, as manifestações de representantes do comércio ambulante, no Centro do Recife, dos estudantes contra o aumento no preço das passagens de ônibus, além das greves no complexo portuário de Suape. Nas editoriais nacionais e econômicas, o principal tema veiculado foi o reajuste no salário mínimo, então anunciado pelo governo federal.

Se comparado com outros domínios da experiência - como o campo dos políticos “profissionais”, gerentes de serviços públicos ou atores ligados ao mercado -, a aparição dos movimentos sociais se mostra perceptivelmente assimétrica. Apesar de não ser nosso objeto de análise, essa constatação pode ser evidenciada em qualquer leitura, mesmo apressada, dos periódicos. É preciso também levar em conta a crise de participação no espaço público, que atinge diretamente as ações dos movimentos sociais e os processos de tomada de decisão.

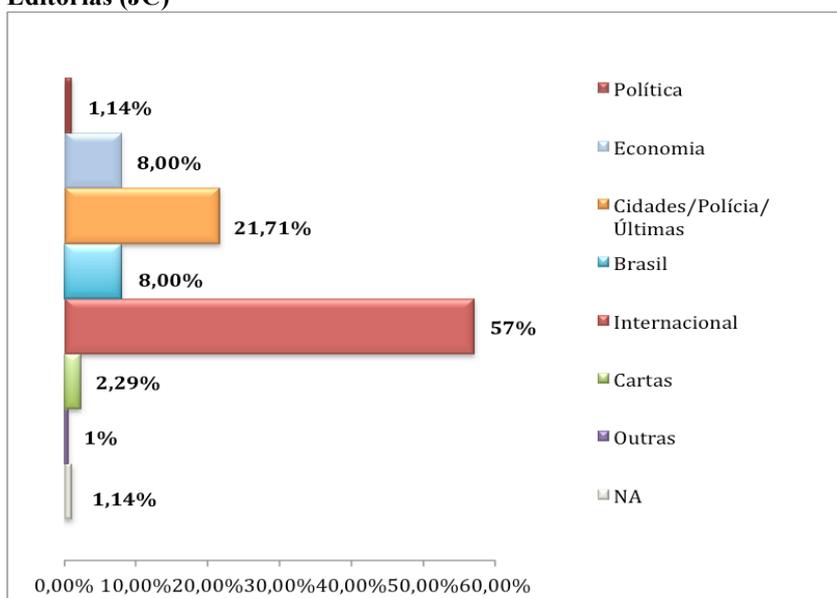
Entre outros fatores decorre, como expressa Habermas (1987), do esgotamento das energias utópicas em relação à categoria do trabalho e na descrença da falsa promessa do pleno emprego, em um estado de bem-estar cada vez mais burocratizado e distante da capacidade para auto-realização dos movimentos sociais e da espontaneidade individual. A manufatura de desejos ilimitados diante de recursos limitados, passa a despertar novas necessidades ao consumo, de modo que a publicidade e anúncios comerciais passam a ocupar o eixo central nas relações políticas – também tornadas produto ou objeto de consumo em potencial, principalmente quando das disputas eletivas.

A derrocada jornalística aos critérios-notícia como a ordem pública e o entendimento da política como luta estratégica por espaços de poder, podem também contribuir para esse desacoplamento entre os interesses firmados pelos representantes com os representados. A constituição desse *fosso político da notícia*, pautado mais pela força do que pelo argumento, não só deslegitima potenciais políticas virtuais discutidas nas esferas administrativas, mas também deixa de tornar pública ou ceder o devido espaço às reivindicações traduzidas pelos movimentos sociais.

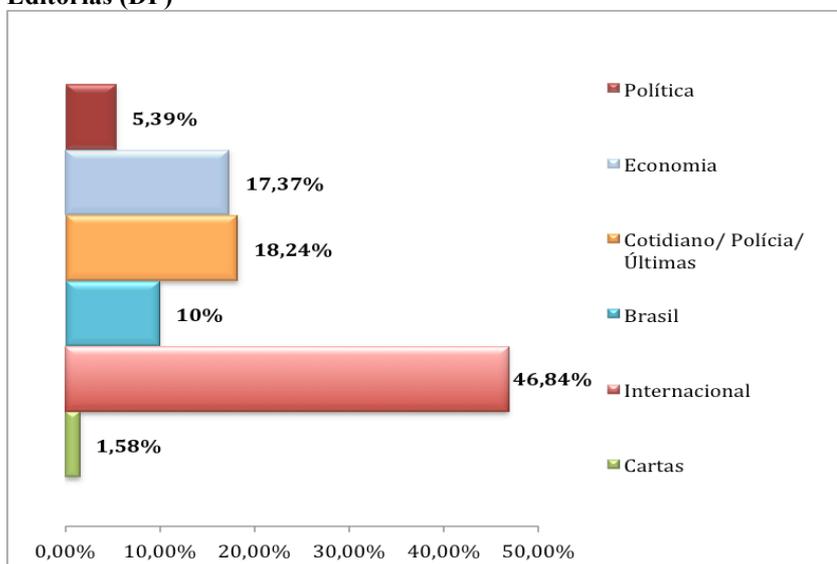
O quantitativo de textos publicados nas editorias de política atestam esse distanciamento discursivo. O DP (5,8%) é seguido uma vez mais pela FPE (2,2%) e pelo JC (1,1%), como exemplifica a tabela 09, abaixo. É como se as ações dos movimentos ocorressem de maneira autônoma, sem qualquer vínculo com o processo de tomada de decisão. Esse vazio político, reiterado pela prática jornalística, deixa de representar, por um lado, a possibilidade de vigilância sobre o exercício do poder a partir da sociedade civil; e por outro, exclui embates e negociações de atores que participam ativamente da vida pública, preferindo manter “suspensa” a cobertura da corte política ante potenciais conflitos “externos”.

Tabela 09:

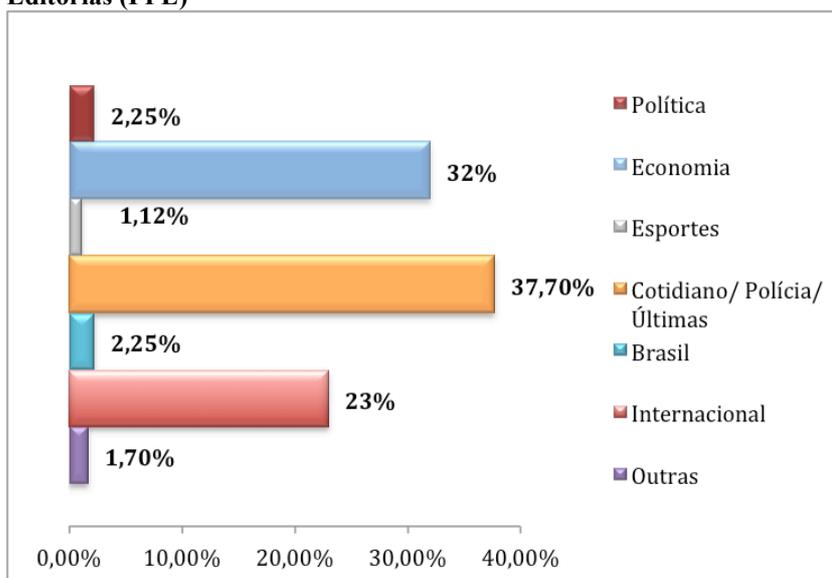
Editorias (JC)



Editorias (DP)



Editorias (FPE)



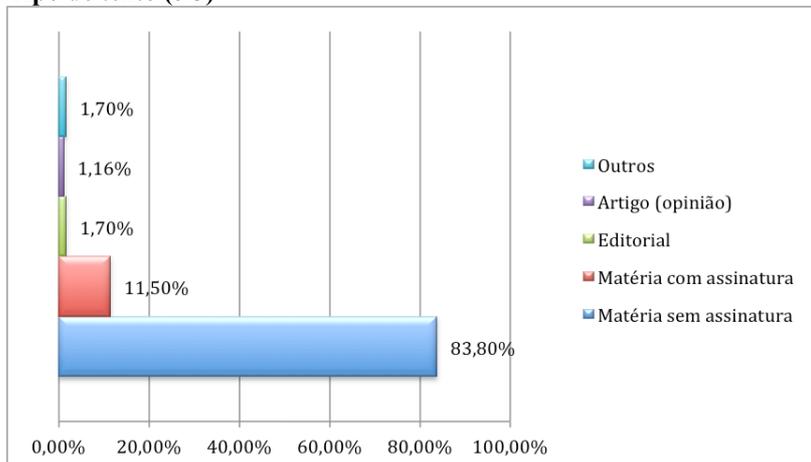
Tal debate formal com o campo político, embora promovido em determinadas situações, é, ao contrário, tema das editorias de cotidiano/ polícia/ últimas. Os movimentos sociais dividem espaço com as controvérsias no trânsito, crimes e investigações policiais, além da divulgação ou crítica à prestação de serviços públicos. As estratégias de visibilidade, nesse caso, são marcadas pelo grau de transgressão que os protestos promovidos por esses grupos abarcam. A renúncia por acontecimentos dos atores coletivos é, portanto, também acompanhada pela narração dos fatos sob a ótica da disrupção, do novo e do espetacular. Uma escolha baseada em critérios *qualitativos* (GANS, 1979) como a quebra da rotina, excitação e dramaticidade relativas à ação. Situações marcadas, via de regra, pelo relato de tempo “imediate”, com pouco aprofundamento e fomentado pelos indicadores usuais de anormalidade empreendidos pelos promotores das manifestações.

Entre os textos analisados, 96,1% deles corresponderam às notícias, principal *corpus* de investigação. As publicadas sobre os movimentos sociais guardam, no entanto, a característica de não serem assinadas pelos repórteres. No JC, o número de informações publicadas sem autoria correspondeu a 83,8%, seguido pelo DP, com 67,3%. A FPE se mostrou como exceção, uma vez que o percentual de reportagens não assinadas (43,3%) foi inferior àquelas cujo nome do profissional era mencionado (52,8%), como demonstra a tabela 10 (ver p. 106). A renúncia à autoria, evidente na parcela significativa do conteúdo pode apontar, em primeiro plano, para uma estratégia de segurança dos veículos em relação a eventuais represálias contra os jornalistas; em segundo, pode evidenciar que, em situações de conflito e de necessidade de sobreposição da objetividade jornalística, as organizações

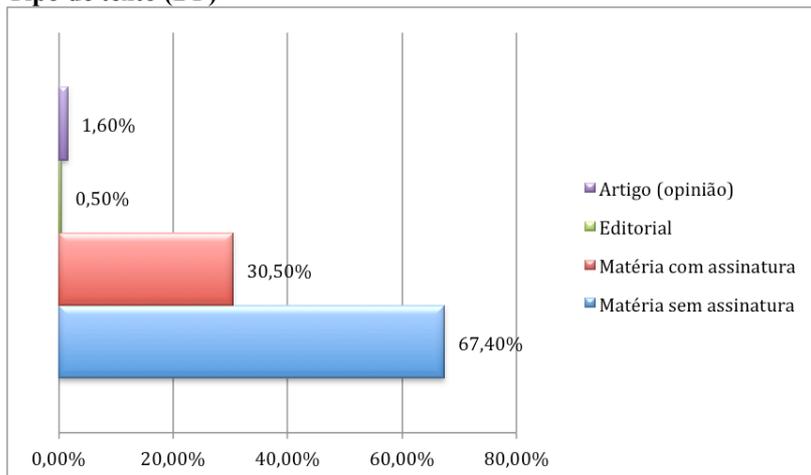
preferem incorporar o discurso a uma posição editorial, assegurando uma suposta credibilidade à cobertura dos acontecimentos.

Tabela 10:

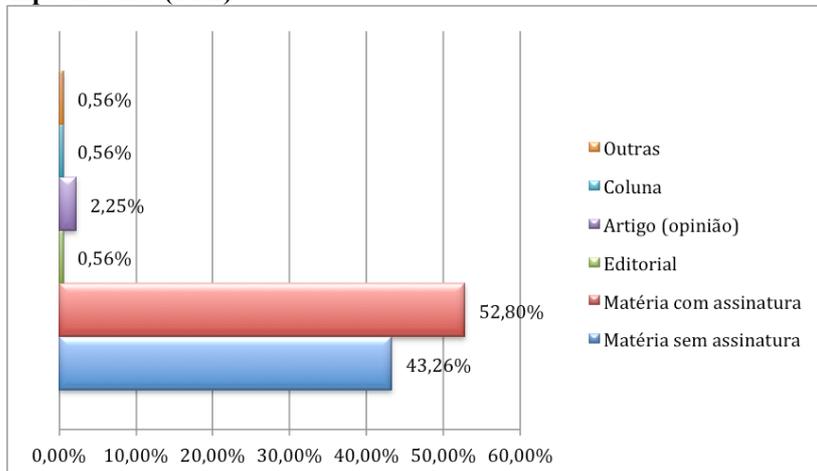
Tipo de texto (JC)



Tipo de texto (DP)



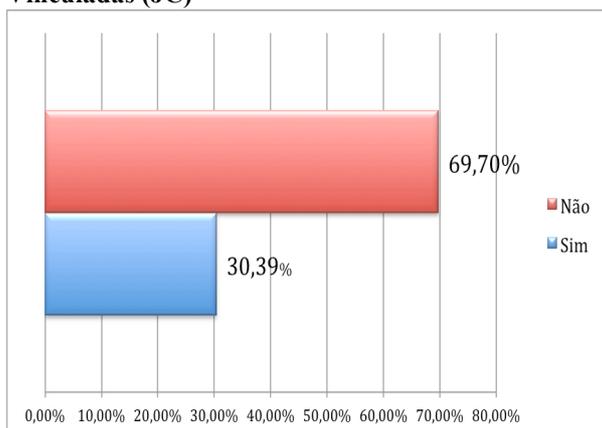
Tipo de texto (FPE)



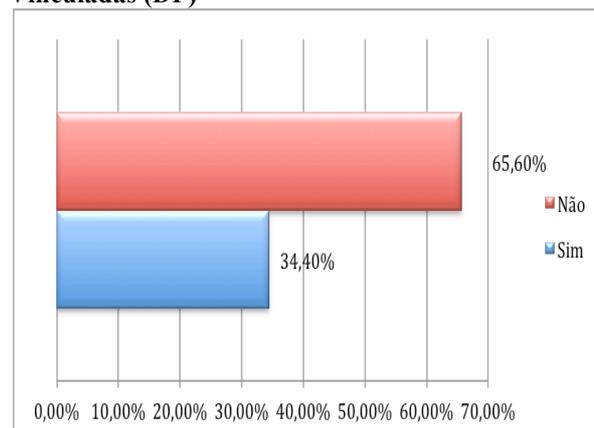
Na investigação, também tornou-se claro que os jornais contextualizaram as informações sobre os movimentos sociais, com acompanhamento de um mesmo tema em mais de uma edição. Em média, o percentual de suítes e desdobramentos nos periódicos foi de aproximadamente 63% do total pesquisado. Neste ponto, a cobertura da Primavera Árabe, com acompanhamento diário dos periódicos, foi a principal responsável por esse quantitativo, se distanciando do papel mais direto de intervenção dos *media* dado pela proximidade geográfica. Os textos, no entanto, caracterizam-se pelo pouco aprofundamento do tema abordado. O quantitativo de notícias “vinculadas”, que ampliam o espaço cedido ao acontecimento ou à questão tratada, atingiu 30,3% no JC, 34,4% no DP e 8,5% na FPE, como apresenta a tabela abaixo. Também foi bastante reduzido o número de reportagens que fizeram uso de “infográficos e box”, recursos usualmente empregados nos temas de maior destaque editorial: 12% no JC, 5,9% no DP e 1,7% na FPE (ver p. 107).

Tabela 11:

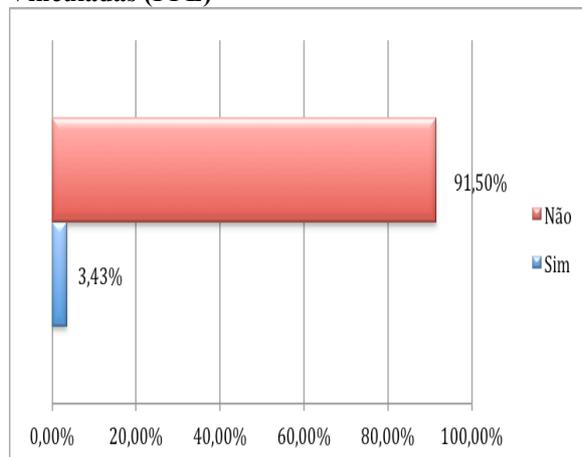
Vinculadas (JC)



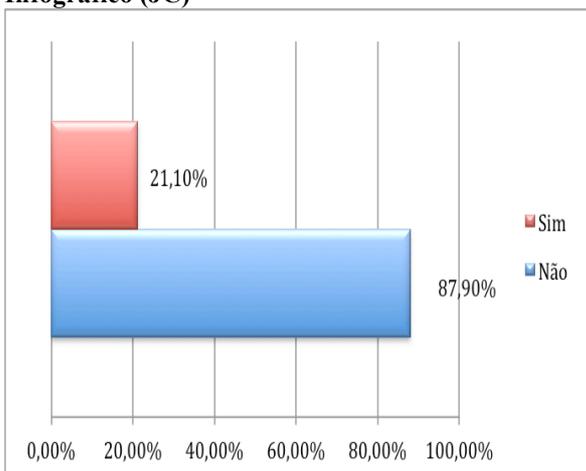
Vinculadas (DP)



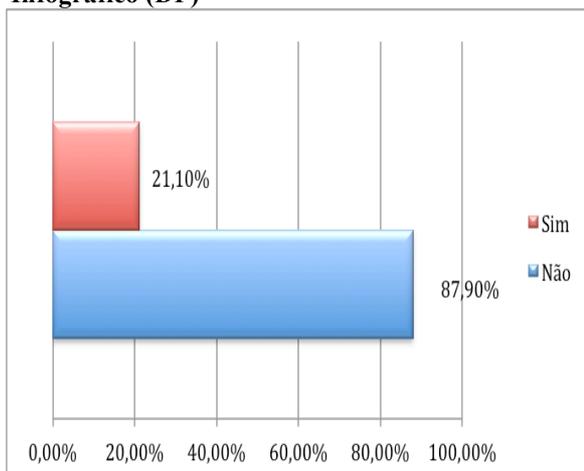
Vinculadas (FPE)



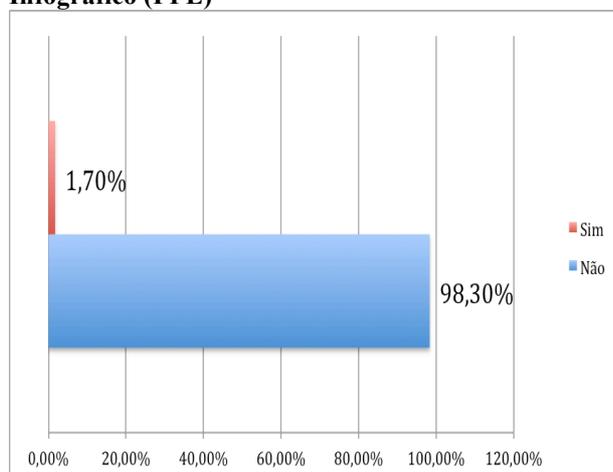
Infográfico (JC)



Infográfico (DP)



Infográfico (FPE)



Os resultados em torno do aprofundamento das notícias apontam para uma redução do conjunto de informações oferecidas pela imprensa local no processo de tomada de decisão. Reforça ainda outro tipo de restrição aos movimentos sociais que pretendem se comunicar com amplas audiências, dando a conhecer novos argumentos e interpretações, por se reduzir à narração do fato-notícia. A compreensão geral das reivindicações e formas de opressão deveriam, ao contrário, assumir potencial mais relevante na composição dos textos jornalísticos, ampliando significativamente a compreensão dialógica entre os diferentes públicos da sociedade. Diante disso, pode-se aferir que as decisões editoriais, em relação aos atores coletivos, são mais pautadas pelos fatos do que pelas problemáticas, permitindo uma maior autonomização entre o sistema político e a formação discursiva de uma vontade comum protagonizada pelos movimentos sociais.

3.2.2 Versões e renúncia do debate

Como linguagem, o jornalismo não está distanciado dos processos sociais que reporta, refletidos constantemente no modo como o conteúdo da notícia é descrito. A criação de técnicas, estratégias de narratividade sobre o acontecimento, agregam uma série de postulados objetivos, uma sobreposição do fato em relação ao sujeito, o produto humano da notícia mais próximo da natureza do que do discernimento. No entanto, na abordagem dos movimentos sociais, parte dessas técnicas, mesmo as pautadas nos critérios de objetividade, parecem esquecidas. A renúncia dos acontecimentos e das problematizações políticas dos movimentos é também acompanhada pela redução dos espaços de debate. Atores da sociedade civil, representantes do campo político e de setores do mercado apresentam suas versões sobre os fatos isoladamente, sem o intercâmbio entre as visões de mundo ou posicionamentos opostos. O pressuposto do diálogo torna-se, nessa atitude, receita de manual antiquado, substitui a fé nos procedimentos pela ausência de crítica.

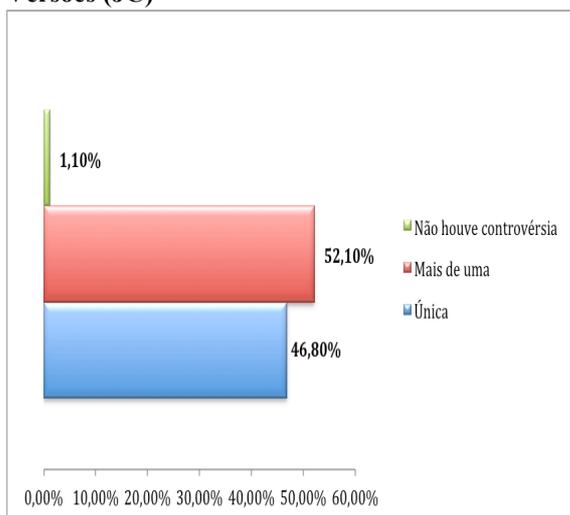
A construção desse discurso de ausências pode ser exemplificada segundo as aparições do acontecimento descritas por Tuchman (1999): a apresentação das possibilidades de conflito; exposição de provas que comprovem o noticiado; o uso das aspas e a sequência de exposição dos enunciados. Esse suporte semântico, baseado numa gramática de leis e regras de produção, dá conta do ambiente de tensão (redações) na tentativa diária dos jornalistas de reproduzir a realidade. Apesar das críticas diversas que essa crença na objetividade tem recebido, ela segue como um elemento-chave assente no modelo liberal de jornalismo, assinalada até mesmo pelos que não concordam totalmente com seu conceito. O argumento toma partido nos moldes específicos de produção da notícia. Por esse viés, a falta de critérios objetivos recairia na lógica do “vale tudo”, o que acarretaria uma crise de legitimidade nos periódicos. Partindo de outra proposta, tem-se a busca por uma concepção consensual da verdade, iniciada, formalmente, com a disseminação de argumentos diversos para a tomada de decisões e deliberação no espaço público. A escuta de “outros lados” mantém-se, desse modo, como atributo indispensável ao pluralismo e ao papel democrático dos jornais no idioma público da mídia, sobretudo ao captar argumentos distintos (ou à margem) no espaço público, como expressão de um “jornalismo possível”.

Contudo, como mostra a tabela 12 (p. 110), em praticamente metade dos casos os textos sobre os movimentos sociais aparecem com apenas uma versão. No JC, esse percentual chega a 46,7%. Em seguida, tem-se a FPE, com 46,3%, e o DP, com 40,6%. A falta de pluralidade disposta nas notícias atenta para uma redução do alcance das reivindicações desses atores coletivos em relação ao campo político. A busca por respostas razoáveis aos

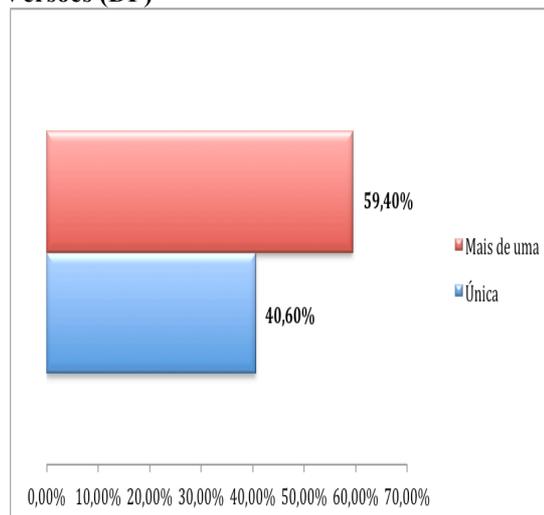
conflitos (cobrança ao corpo legislativo, judicial ou administrativo), determinante da própria inserção da sociedade civil no universo midiático, é também deixada à revelia. A mediação proporcionada pelos jornalistas imprime uma redução da crítica e descomprometimento com a apuração das assertivas postas em causa. A produção desses discursos fragmentados alarga as lacunas entre a sociedade civil e o poder público, revela a inexistência de um embate dialógico que torne claro as possibilidades de consenso e obscurece as questões de conflito próprias da democracia. Essa discursividade monológica origina uma *atrofia argumentativa*, isto é, deixa de compreender o conjunto de enunciados indispensáveis ao acesso externo e de mobilização a partir dos embates na esfera pública.

Tabela 12:

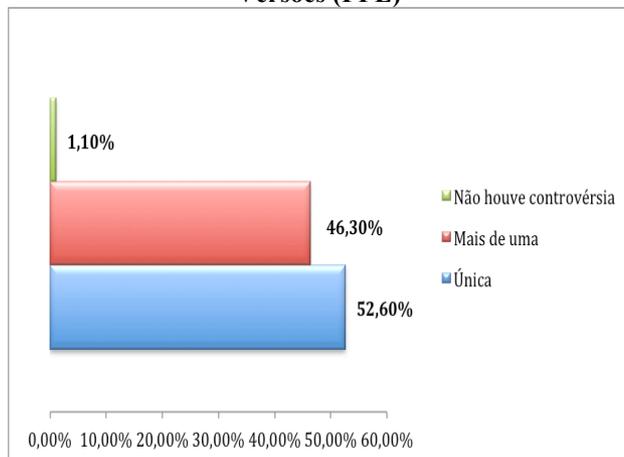
Versões (JC)



Versões (DP)



Versões (FPE)

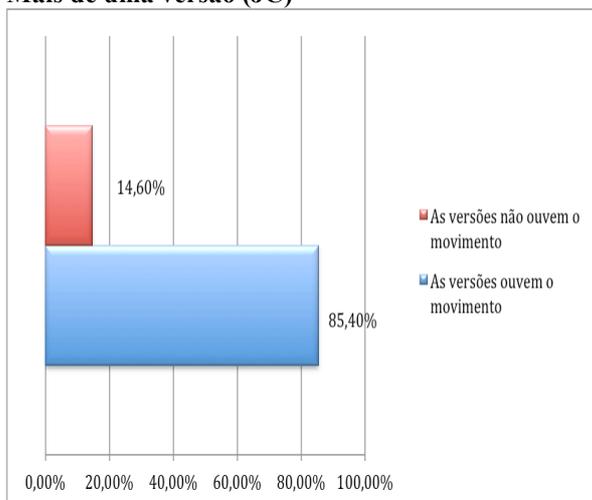


Por isso, como trata Habermas (2002), o sucesso da comunicação pública⁸⁰ não se mede pela ‘produção de generalidade’, mas sim por critérios formais do surgimento de uma opinião pública qualificada, que, por sua vez, depende de fluxos episódicos de discussão. O ato de argumentar, desse modo, assume lugar de decisão na estrutura administrativa, envolve outros públicos em torno de posições, podendo impulsionar oportunidades de engajamento com base na opinião e na tarefa política em pauta. Com o recrudescimento do diálogo, a participação e a compreensão sobre o fato no público não só fica comprometida, como também parece destituída de sentido racional-informativo. O jornalismo, numa perspectiva de deliberação, deve, sobretudo, tornar comum esses elementos, indispensáveis no acúmulo de experiências para legitimar instituições ou validar decisões e normas.

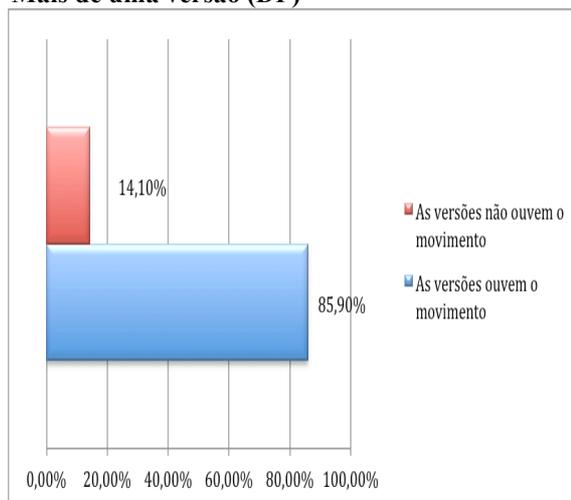
Outro componente fundamental nessa relação diz respeito aos textos que possuem uma ou mais versões, sem ceder, no entanto, espaço aos movimentos sociais. Essa renúncia ao debate se inscreve como negação da própria oportunidade de fala. Perpassa o processo de seleção do acontecimento como noticiável, mas retém o posicionamento dos atores diretamente envolvidos na ação. No geral, centram a narrativa nas *consequências* trazidas pela manifestação no espaço público e se preocupam em ouvir primeiro as fontes responsáveis pelo retorno à ordem, como o poder administrativo, a polícia ou as entidades patronais. Nos casos em que foram registrados mais de uma versão, a porcentagem de menções com esse viés variou entre 14,6% (JC), 14% (DP) e 12,6% (FPE), como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 13:

Mais de uma versão (JC)

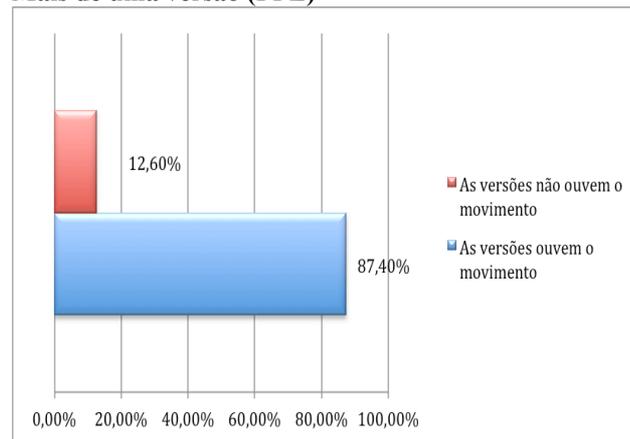


Mais de uma versão (DP)



⁸⁰ O termo, nesse caso, difere da referência à comunicação pública utilizada no cap. II. Trata-se, de modo mais abrangente, de toda comunicação formal (discussão) ocorrida no interior do espaço público.

Mais de uma versão (FPE)



Como exemplo, tem-se a cobertura do DP sobre o protesto dos camelôs no Centro do Recife, em novembro de 2010. Naquele momento, a prefeitura havia iniciado uma política de regularização do comércio informal e exigia a retirada dos ambulantes para um novo reordenamento e padronização da venda de produtos e alimentos nas ruas. Tal medida desagradou as associações e o sindicato da categoria, que decidiram protestar contra o poder público no dia previsto para retirada dos camelôs. A ação levou à determinação de um “caos” por parte do jornal, que impôs, entre outras formações discursivas, a expressão, própria da narrativa de uma guerra, “toque de recolher”:

“Comércio de portas fechadas, **trânsito parado, tumulto**, corre-corre e muita **boataria**. Ontem o Centro do Recife teve um final de tarde **caótico**. A um mês do Natal, as pessoas que transitavam nas principais ruas do comércio da cidade não corriam em busca de promoção, mas por **medo**⁸¹” (DP, 26/11/2010).

*

O ‘**toque de recolher**’ foi dado por comerciantes informais que se dividiram em pequenos grupos em pontos estratégicos como as ruas da Imperatriz, da Palma e das Calçadas. Segundo a polícia, **eles espalharam a falsa notícia de que estaria havendo um grande arrastão no Centro**.

Apenas duas fontes foram ouvidas na notícia. A prefeitura, responsável pela ação no Centro, e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), representante do comércio “legalizado”:

“O programa de reestruturação Recife! Nosso Centro, anunciado terça-feira, não será modificado. ‘A prefeitura até pede desculpas pela ação, mas não tem como desapropriar um local alertando antes. É interessante que a categoria perceba que o comércio vai ter que ser regulado e isso não tem retorno’, resumiu Amir Schwartz” [secretário municipal de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras] (c.f.).

⁸¹ Grifos nossos.

*

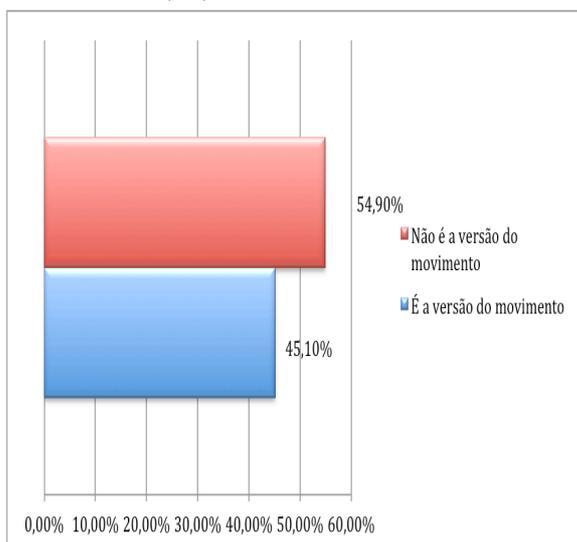
“A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) ainda não contabilizou os prejuízos causados pelo tumulto. É claro que houve perdas, porque a população ficou intranquila e deixou de comprar. Os comerciantes também ficaram inseguros”, disse o coordenador do Centro de Apoio ao Lojista, Paulo Monteiro” (c.f.).

A reportagem não evidencia, sequer, as colocações dos comerciantes não ‘legalizados’, bem como dos seus representantes institucionais, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal de Pernambuco e a Associação dos Ambulantes do Bairro da Boa Vista. Embora represente um universo reduzido no total de textos, essa ausência discursiva tem impacto direto sobre a imagem pública das entidades e da assertiva política levada a cabo. O assunto, por exemplo, tornou-se capa da edição do DP, contribuindo para um enquadramento negativo junto aos demais públicos, a dizer, uma “imagem roubada” ao movimento e prensada como manchete. Conforme argumenta Shudson (1999, p. 289) “não há somente uma narrativa da política nas notícias; as notícias são parte da política da forma da narrativa”, o que atesta a linha tênue entre legitimidade, interesse e público na construção do noticiário.

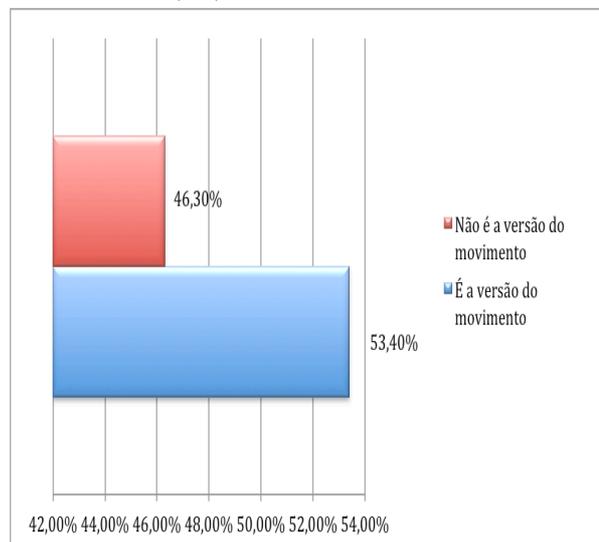
Com as notícias de única versão, essa relação se deu de modo diferenciado entre os jornais. No caso do JC, a situação chega a se inverter: 45% das versões são do movimento contra 55% que não o são. O DP mantém uma margem parecida, com 53,6% dos textos com a versão dos movimentos contra 46% que não os ouvem. Na FPE, com cobertura marcada pelo posicionamento de sindicatos trabalhistas, a mudança atinge patamares significativos. Ao todo, 83% das reportagens escutam exclusivamente os atores, como mostra a tabela:

Tabela 14:

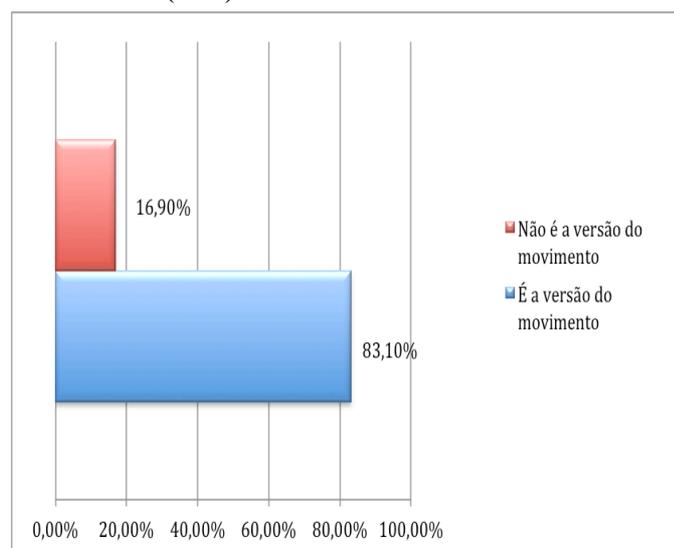
Única versão (JC)



Única versão (DP)



Única versão (FPE)



Com efeito, a afirmação do discurso único sem o posicionamento dos movimentos sociais demonstra como a lógica ordenadora e liberal de determinados veículos se sobrepõe como critério-notícia determinante. Pautada nos discursos oficiais de líderes ocidentais, os protestos democráticos no Oriente Médio responderam por 46,7% (JC) das matérias que não ouviam os atores coletivos, seguido por 39,5% (DP) e 35,7% (FPE). Os movimentos sindicais também se mostraram diretamente afetados, sobretudo em virtude da greve no complexo portuário de Suape. A cobertura mostrou a falta de apuração em 13,3% (JC) dos textos, 31,6% (DP) e 28,6% (FPE). Por último, aparece a reforma agrária, sob enquadramento expressivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os grupos que rediscutem a questão agrária não foram ouvidos pelos repórteres em 8,9% (JC) dos casos, 10,5% (DP) e 14,3% (FPE).

3.2.3 Fontes e personagens

Em situações de conflito, os textos jornalísticos lançam mão de disputas entre fontes, contribuindo, mesmo de modo imperceptível, nos embates por posicionamento e visões de mundo. Gans (1979) considera essa disputa como um “cabo de guerra”, um exercício de poder sobre a interpretação da realidade. Os grupos sociais não atuam, portanto, de modo autônomo no universo dos *media*. Os profissionais de comunicação agenciam essa visibilidade, tornando público atributos determinados na barganha por “compra” e “venda” de histórias. Em princípio, o produto final do jornalismo nos tempos da concorrência, se torna também elemento de disputa, arena não só entre os ouvidos na reportagem, mas também entre os próprios jornalistas.

Esse acesso das fontes aos veículos de comunicação pode ocorrer, conforme Molotch e Lester (1999), de três modos. No *habitual*, surgem as fontes oficiais, membros, usualmente, da agenda política governamental, estando posicionados no centro das estruturas de poder. A essa inserção privilegiada soma-se a oferta regular de conteúdos a partir de aparatos de comunicação com a imprensa, exercendo maior poder de influência sobre a definição da agenda jornalística. Tais fontes ou “promotores da notícia” gozam de acesso frequente aos periódicos, agregam visibilidade ao menor dos atos promovidos. No acesso *disruptivo*, movimentos sociais, organizações ou indivíduos que não têm acesso regular ao campo jornalístico, precisam “fazer notícia” entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando surpresa, agitação ou quebra da rotina.

No terceiro tipo, essa relação ocorre de modo *direto*, quando os jornalistas são responsáveis por “desenterrar” as notícias⁸². É o que se convencionou chamar no Brasil de “jornalismo investigativo”, na medida em que o periódico é reponsável por buscar as ocorrências, registros e mudanças de comportamento na ordem do estado de coisas. Os acontecimentos narrados estão vinculados a aspectos de interesse humano, são percepções do jornalista sobre a vida de pessoas antes desconhecidas ou mitos do mundo social antes não discutidos. Nesse caso, o fato é desenvolvido e escolhido pelo próprio “executor”.

Na cobertura dos movimentos sociais em Pernambuco, o acesso ao campo midiático se deu, majoritariamente, a partir da *disrupção*. Em praticamente metade das notícias dispostas nos periódicos, buscou-se o posicionamento de líderes do governo e também do poder público. A recorrência às fontes oficiais ocorrem de dois modos: primeiro, a partir do reconhecimento da reivindicação dos movimentos e da necessidade de apuração com as esferas diretas de intervenção (mostram as necessidades e buscam respostas); segundo, quando essas causas não são reconhecidas, busca-se o alento repressivo e o conclave das autoridades na destituição do “relevo”⁸³ trazido pelos atores coletivos. A segunda dimensão ocorre, sobretudo, nos protestos violentos, quando são realizados atos de desobediência acentuados, que passam a ser pautados, nas manchetes do dia seguinte, sob a ótica da *ilegalidade*.

Tal expressão pode ser verificada na notícia “Mais tumulto nas obras da hidroelétrica de Jirau”, publicada pelo JC em março de 2011. A usina de Jirau integra o Complexo

⁸² Harvey Molotch e Marilyn Lester também distinguem os acontecimentos em duas categorizações. Os realizados intencionalmente (como os de rotina e escândalos) e aqueles que ocorrem involuntariamente (como os acidentes e as descobertas por acaso).

⁸³ Segundo Gans (1979, p. 53), passado o momento de *disrupção* do acontecimento, promovido pelas fontes que tentam dispor de acesso ao campo midiático, “as notícias procuram pelas partes responsáveis para identificar os agentes da desordem moral”.

Hidroelétrico do Rio Madeira, situado em Rondônia, próximo à fronteira do Brasil com a Bolívia. A prevalência da fonte institucional - nesse caso, o executivo responsável pela construção do empreendimento -, surge como única “fala” ouvida na reportagem, reitando a notável presença de porta-vozes que detêm posição privilegiada diante dos *media*, principalmente quando se trata do conclave ao poder coercitivo. Depois de um incêndio no alojamento dos trabalhadores, o pré-julgamento do presidente da concessionária Energia Brasil Sustentável adquire no texto caráter definidor na interpretação sobre o acontecimento. As representações sindicais, não ouvidas no texto, também se tornaram expressão do discurso do empresário:

De acordo com o executivo, cerca de 600 funcionários haviam sido mobilizados para reiniciar as obras de desvio do Rio Madeira. Após o incidente, os trabalhadores decidiram abandonar o local por questões de segurança. Os novos **atos de vandalismo**⁸⁴ aconteceram **mesmo depois** de a Força Nacional, a Polícia Federal e a Polícia Militar de Rondônia **já estarem presente ao local** para garantir a ordem e a segurança. “Esse ato foi uma **afronta ao Estado**”, disse. (JC, 19/03/2011)

*

O executivo voltou a afirmar que os **tumultos** registrados desde terça-feira passada **não teriam relação com os movimentos sindicais**. “As forças policiais precisam identificar quais são os objetivos dessas manifestações. Isso não está relacionado com os funcionários e nem com os sindicatos”, comentou o executivo (Cf., 2011).

O discurso do empresário confunde-se com o do próprio jornal. O distanciamento, inicialmente indicado com o “de acordo com”, se mistura às declarações que antecedem a aparição do executivo, na referência ao fato de a mobilização ocorrer “mesmo depois” das polícias já estarem no local. O posicionamento se reflete no que Hall (1999) designa de “definidores primários da notícia”, isto é, quando as fontes de maior potencial de visibilidade, porta-vozes de instituições “privilegiadas”, contribuem efetivamente como estrutura de poder determinante na reprodução simbólica dos acontecimentos. Desse modo, os jornalistas tornam-se, em certa medida, dependentes de temas ou de formas de aparição específicas enviadas, com regularidade, por fontes “oficiais”.

Na leitura midiática, com produtos desenvolvidos em um menor período de tempo para um número cada vez mais maior em termos de audiência, as interpretações também estão sob o constante risco de minimizar causas e antecedentes, ante as *consequências* trazidas por setores da sociedade civil, como ocorre neste caso. Essa desinformação, também encampada como *ilegítima* em relação aos “recados” à polícia e ao Estado, como revela a notícia, mitigam

⁸⁴

Grifos nossos.

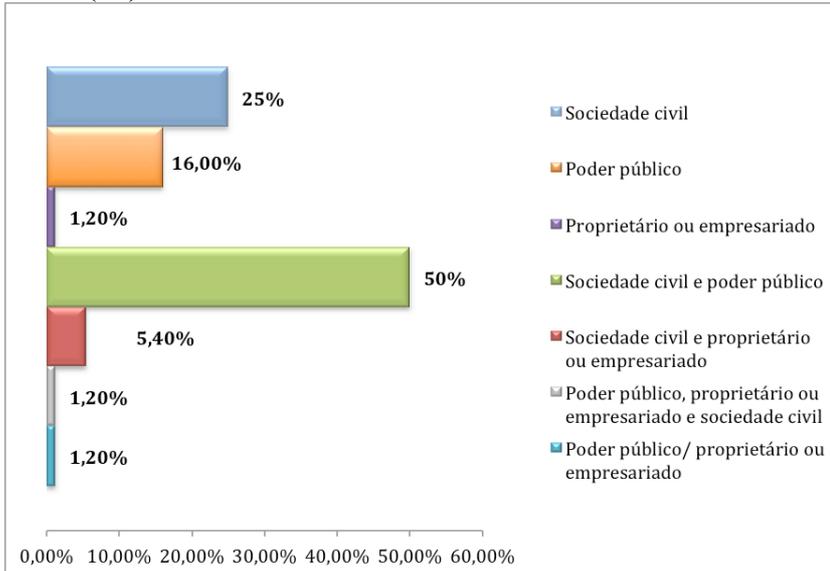
a apresentação de argumentos e o “dar a conhecer” das medidas que podem se tornar opinião no espaço público midiático. É como se os sentimentos de injustiça e as experiências de desrespeito se tornassem restritos aos próprios atores que realizam as ações, deixando, desse modo, de competir no desdobramento das relações de reconhecimento. Também representam uma sobreposição de atores e estratificação no acesso ao discurso midiático, uma vez que é o executivo quem fala em nome dos sindicatos, se tornando a principal referência na construção do texto.

As aparições dos atores coletivos, quando notícia, também se dão como expressão de posicionamentos das lideranças. A necessidade de fontes leva os jornais a criarem orações com sujeito, núcleos de representação nos movimentos sociais mesmo que necessariamente não exista um. Como numa teoria de jogos, as notícias elencaram líderes, quando necessário, e deram a eles o estatuto de porta-vozes, reconduzindo as narrativas em torno dessas fontes centrais. Gans (1979, p. 63) sugere que os jornais tratam membros de grupos como seguidores sob a influência de uma liderança. “O processo social onde se desenvolve a notícia é, sobretudo, formado por líderes: pessoas que, tanto por sua capacidade política ou administrativa, possuem atributos que inspiram outros, movem posições de autoridade e fazem coisas acontecerem”.

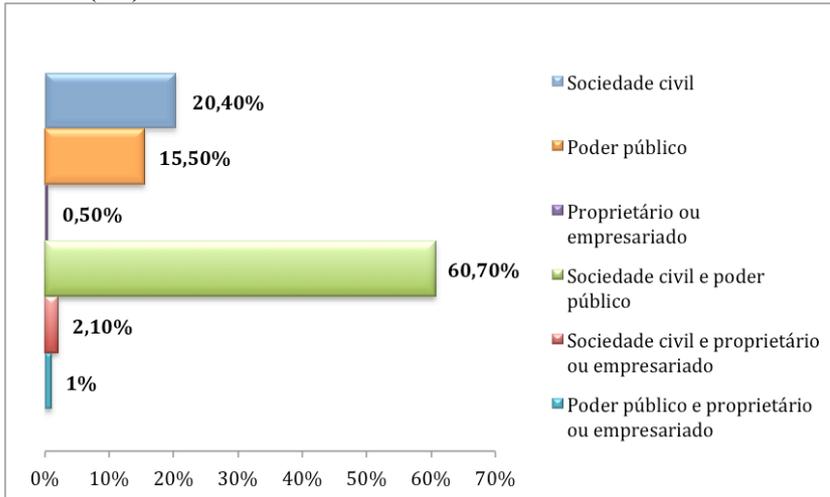
Dentre os jornais pesquisados, a recorrência às fontes ligadas à sociedade civil e ao poder público no DP ocorreu em 61%. Na FPE, esse quantitativo chegou a 53% dos casos, contra 50% no JC. Em média, os atores do movimento são ouvidos, isoladamente, entre 20% (DP) e 25% (JC) do total de textos. De modo oposto, as aparições exclusivas de posicionamentos do poder público, oscilaram entre 6,8% (FPE) e 16% (JC), como expõe a tabela 15 (p. 118). Nesse sentido, pode-se inferir que o menor espaço cedido aos movimentos sociais em Pernambuco se dá no JC, com a menor margem de escuta de mais de uma fonte pertencente à sociedade civil.

Tabela 15:

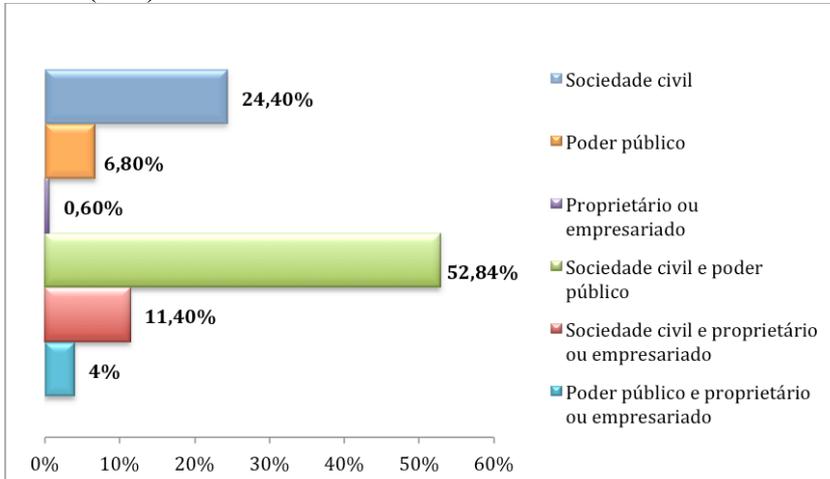
Fontes (JC)



Fontes (DP)



Fontes (FPE)



Além das fontes, representantes de segmentos ou grupos determinados, os jornais costumam ouvir, sobretudo durante protestos e manifestações, os personagens, pessoas que são chamadas a dar a opinião sobre o acontecimento. De acordo com Serrano (2009, p. 20), funcionam, via de regra, como pseudo fontes, já que assumem caráter “decorativo”, servindo para “adornar a informação, dar-lhe calor humano, rosto”. O recurso, contudo, também atrai expressões dispersas de pessoas anônimas sobre determinado fato, incumbidas de manifestar uma opinião que muitas vezes será selecionada pelo grau de concordância com o que se quer que seja dito. “Seria muito exigente requerer desse “público”, muitas vezes “apanhado de surpresa”, os recursos necessários para a deliberação política: informação suficiente sobre a matéria (...) a atenção e a disposição para se engajar em deliberação” (MAIA; GOMES, 2008, p. 184).

Tal recurso narrativo é utilizado, com frequência, na composição das notícias sobre as ações desempenhadas pelos movimentos sociais. Gamson (2004) irá designar essa propriedade do discurso jornalístico como “*frame* do observador”⁸⁵, uma tentativa particular de generalização da *opinião publicada* que sugere uma resposta ao “modo como o público pensa”. Durante a manifestação dos estudantes contra o aumento no preço das passagens de ônibus, em janeiro de 2011, o apelo emocional reportado a partir das personagens evidenciou estratégias claras deste enquadramento. A manchete da FPE⁸⁶ sobre o movimento estudantil poderia também servir para estampar os congestionamentos provocados pelos alagamentos na cidade: “Centro parado por cinco horas”. Na busca por opiniões publicáveis, o jornal cita o exemplo de uma motorista que, presa no trânsito, se desespera pela filha de três anos, que está “(...) no hotelzinho desde as três horas da tarde (...) estou sem poder me deslocar. Isso é um absurdo”.

De forma semelhante, o JC abre sua reportagem sobre a mobilização com o título “Novo protesto, mais transtornos”. Os “distúrbios” elencados pelo jornal são enumerados pelo depoimento de três pessoas. Os estudantes sequer foram ouvidos pela equipe de reportagem:

Personagem 1 “Eu dou apoio a movimentos e protestos, mas preciso passar. Tenho que resolver problemas no banco. Pedi para eles abrirem, mas esse idiota segurou minha moto”.

Personagem 2 “É um absurdo isso que acontece. A gente fica no meio do fogo cruzado entre esses estudantes que não enxergam como estão atrapalhando os trabalhadores e o governo, que parece não estar nem aí para as dificuldades da gente. Sinceramente, acho difícil pensar em apoio ao

⁸⁵ Tradução do autor.

⁸⁶ Manchete do dia 12/01/2011.

protesto tendo que andar a Conde da Boa Vista inteira depois de largar do trabalho”.

Personagem 3 “Pagar R\$ 2 de passagem é **um assalto**. Mas pagar passagem a R\$ 2 e ter que descer para **andar quilômetros** porque **tem um protesto**⁸⁷ acontecendo, deve ser bem pior” (JC, 14/01/2011).

A evidência desse quadro interpretativo na composição da notícia aporta valores substantivos na caracterização de um discurso objetivo. Em primeiro plano, reforça discursos de pessoas próximas do fato; em seguida, generaliza uma determinada interpretação do acontecimento a partir da seleção dessas declarações. No entanto, o rosto ou “calor humano” incorporado pelo jornal aproxima-se de um critério intencional de edição reiterado pelo texto. O JC abre a reportagem, em que os excertos foram mencionados, com a frase: “O segundo dia de protestos de estudantes e movimentos sociais contra o aumento das passagens de ônibus da Região Metropolitana do Recife levou mais do mesmo para as ruas do Centro da cidade”. Para, em seguida, dizer: “Vias fechadas, congestionamentos, carro de som, gritos de guerra, atrito com a Polícia Militar”. A estratégia enunciativa, com a expressão “mais do mesmo” reafirma a deslegitimação do jornal no que diz respeito à ação dos estudantes. O “mesmo” é descolado para os atos de oposição à ordem, aqueles tidos como discurso central dos personagens ouvidos.

Desconexas, mas orientadas em um sentido claro, as falas das pessoas ouvidas pelo periódico mantém a mesma unidade discursiva, isto é, a oposição ao movimento estudantil. No caso do primeiro personagem ouvido, o apoio ao movimento é afastado no momento em que ele não consegue passar pela manifestação, sugerindo que o protesto perdeu a adesão até de quem se mostrava favorável. A ação coletiva adquire adjetivos próprios de confrontos, como a expressão “fogo cruzado” do segundo depoimento, atingindo também o poder administrativo, responsável pela repressão e manutenção da ordem. O terceiro depoimento é antecedido por forte enquadramento dramático por parte do JC, que escreve: “Precisava chegar à casa da filha, que está de resguardo e estava sozinha em casa”. O posicionamento pouco difere do apresentado pela Folha de Pernambuco, que também apelou ao sentimento materno. Como se fossem editados pela mesma pessoa, o único depoimento trazido pelo DP segue também “o mais do mesmo”, com o nítido enquadramento:

Um motoboy **tentou negociar** com os estudantes. Disse que estava muito atrasado. **Não foi ouvido** e, quando tentou passar, **foi agredido**. A Polícia Militar teve que intervir. O motoboy, Iran Gomes, desde cedo trabalhando,

⁸⁷ Grifos nossos.

ficou inconformado com o protesto. **‘Isso é um absurdo’**⁸⁸, disse. (DP, 14/01/2011).

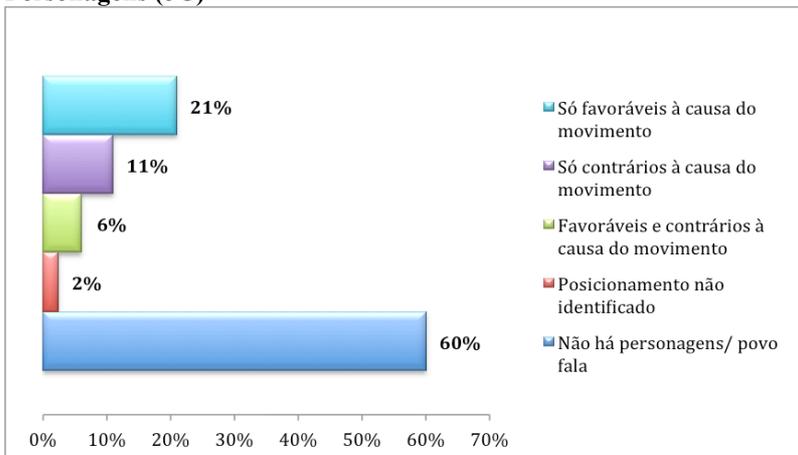
A declaração reúne elementos de perigo, confronto e de polarização. Reduz a causa reivindicada aos potenciais “transtornos” da ação coletiva. O relato jornalístico funciona, nesse ponto, como “*frame* midiático”, no dizer de Gamson (2004), tendo relação direta, por um lado, no modo como os integrantes do movimento interpretam seu envolvimento intersubjetivo nas ações coletivas, motivadas por situações de desrespeito e de injustiça, e por outro, na forma como o público leitor, ouvinte ou telespectador pode interpretar o acontecimento noticiado, formando um juízo sobre a atuação desses atores. A leitura dessas imagens, presentes no uso de cada palavra, traz um universo de significados nem sempre perceptíveis. Schudson (1999, p. 279) aponta que “o poder dos media não está só (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas sob as quais as declarações aparecem”. Em relação aos movimentos sociais, o que está em jogo é não só como e onde as reivindicações são apresentadas, mas também a forma como são interpretadas e produzem sentido no espaço público.

Cabe avaliar, portanto, como os “observadores” ou “personagens” são encampados pelo discurso dos *media*, principalmente nas frases que antecedem o uso das aspas, determinantes para situar o posicionamento nas coberturas. A investigação nos jornais pernambucanos aponta que o percentual de reportagens com posicionamentos contrários aos movimentos atingem 11% (JC), 7,5% (DP) e 1,7% (FPE), como mostra a tabela 16 (p. 122). A incidência reduzida de posicionamentos exclusivamente desfavoráveis demonstra que, neste ponto, os jornais pernambucanos se distanciaram de uma cobertura necessariamente “negativa” dos movimentos sociais, mostrando-se abertos a outros pontos de vista. Ao contrário, o quantitativo de personagens com posicionamentos favoráveis atingiram 20% (JC), 12% (DP) e 35,5% (FPE). Ao todo, mais da metade das notícias (60%) não ouviram personagens.

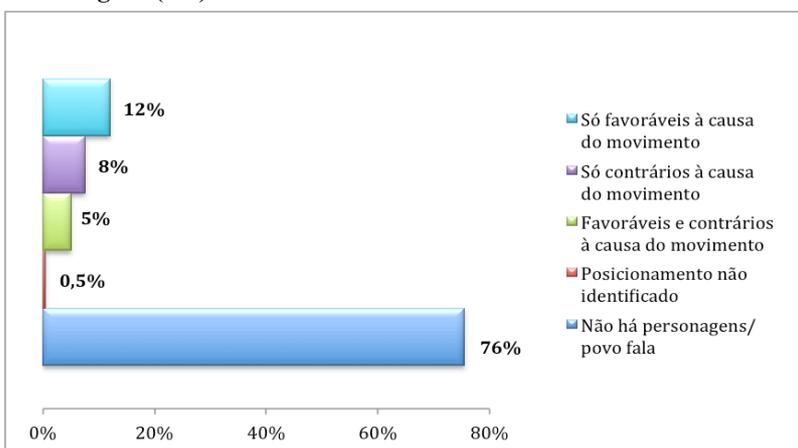
⁸⁸ Grifos nossos.

Tabela 16:

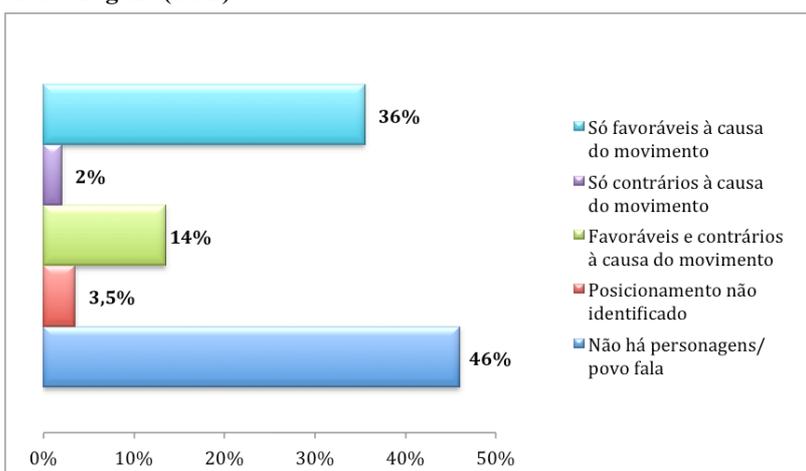
Personagens (JC)



Personagens (DP)



Personagens (FPE)



Durante a análise, tornou-se claro que a maior incidência de argumentos desfavoráveis aos movimentos ocorreu, predominantemente, durante os protestos dos movimentos sociais locais, como comprovado no estudo específico da manifestação estudantil contra o aumento no preço das passagens de ônibus. Tais casos, no entanto, mostraram-se reduzidos diante do

total de notícias avaliadas. No que se refere aos personagens com posicionamentos favoráveis, a maior parte deles estiveram presentes na cobertura da “Primavera Árabe” e nas ações promovidas por sindicatos. Nesse sentido, os atores que assumem posturas de enfrentamento mais contundentes, vinculadas às questões de desigualdade socioeconômica, são enquadrados, com frequência, negativamente. Esses apontamentos também convergem para o pressuposto de que, em situações de conflito, os jornais podem assumir posturas próximas do *não-outro generalizado*, excluindo a participação dos movimentos sociais no ambiente discursivo e, ao mesmo tempo, criando “quadros” dos acontecimentos, com a enunciação exclusiva de personagens contrários à ação coletiva empreendida.

3.2.4 Renúncia ao reconhecimento e aos direitos humanos

O jornalismo atua na construção da realidade como palco principal para visibilidade nas sociedades complexas. Essa disputa por fontes, argumentos e apuração dissemina temas e também contribui na consolidação ou violação de direitos. O direcionamento público dos movimentos sociais aos atores políticos e ao universo dos *media* guarda esse caráter “ofensivo” de revisão do mundo social. Os atores coletivos redefinem, portanto, barreiras com o campo político, lançam no idioma comum novas proposições, alargando a esfera de direitos. Como argumenta Mouffe (1996, p.17), o processo democrático exige esse choque de posições, um conflito aberto de interesses. “Quando isto falta, poderá ser (...) substituído por uma confrontação entre valores morais não negociáveis e identidades essencialistas”.

Essa inflexão por direitos sob a ótica das lutas sociais pode ser tomada com o estabelecimento dos direitos individuais de liberdade, dos direitos políticos de participação e a criação dos direitos sociais e de bem-estar⁸⁹. De acordo com Honneth (2003, p. 192), esses dois últimos direitos “surgem numa sequência de ampliação, forçada “a partir de baixo”, do significado que se associa à ideia de “igualdade de valor”, própria da condição de membro de uma “comunidade política”. Assim, torna-se patente que a privação dos direitos fundamentais, com o não reconhecimento simbólico, atinge também o auto-respeito dos grupos excluídos, dificultando sua inserção no debate público. Honneth (2003, p. 198) cita o exemplo do movimento negro por direitos civis nos EUA, entre as décadas de 1950 e 1960, como uma das situações históricas excepcionais de reconhecimento jurídico coletivo. Uma situação em que

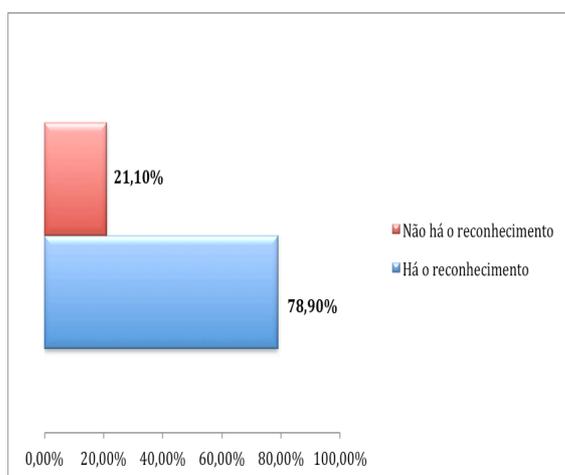
⁸⁹ O estabelecimento desses direitos não se dá necessariamente nesta ordem, sobretudo quando leva-se em conta países como o Brasil, que teve os direitos civis e políticos cassados durante a Ditadura Militar (1964 – 1985).

“a tolerância ao sub-privilégio jurídico conduz a um sentimento paralisante de vergonha social, do qual só o protesto ativo e a resistência poderiam libertar”.

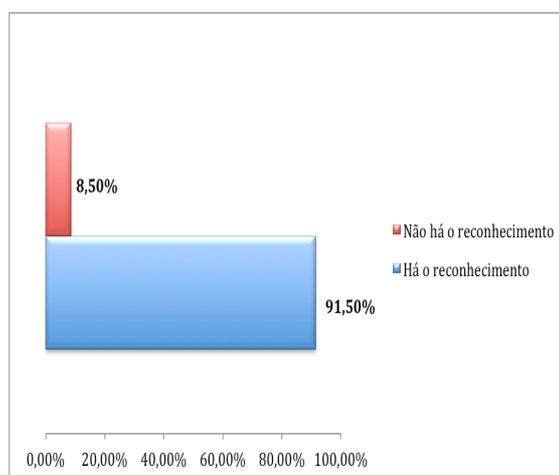
O nexos de abertura à visibilidade dos atores coletivos consiste, desse modo, na apresentação das reivindicações em pauta, dos motivos e contextos de seu surgimento. A possibilidade de torná-las parte do discurso midiático, como procedimento político, atenta para a capacidade do jornalismo de articular demandas na esfera pública e contribuir, portanto, na formação de uma opinião não apenas para a disputa por direitos previstos legalmente, mas na percepção da norma como estatuto carente de revisão, aberto à justificação e a potenciais novos direitos (HABERMAS, 1989).

Embora existam registros de reportagens que não reconhecem a motivação dos movimentos, os jornais pernambucanos atingiram os melhores resultados neste indicador, se afastando de uma “renúncia ao reconhecimento”. O DP legitimou a reivindicação dos atores coletivos em aproximadamente 91% do total de notícias. Em seguida, aparecem a FPE, com 86,5%, e o JC, que assegurou a representação das motivações em 79% dos casos, como mostra a tabela 17 (abaixo). Esse desdobramento das lutas sociais mostra-se, assim, vinculado de um “jornalismo possível” reafirmado pela imprensa pernambucana. O reconhecimento da causa, quando apresentada a outras audiências, amplia as possibilidades argumentativas do movimento, dando a conhecer situações que antes poderiam permanecer invisíveis a setores do público. A aparição dessa “constelação discursiva” contribui efetivamente para uma democracia com características deliberativas, por expor as demandas que, em sentido amplo, se constituem como uma das razões da existência organizada desses atores.⁹⁰

Tabela 17:
Reconhecimento da causa (JC)

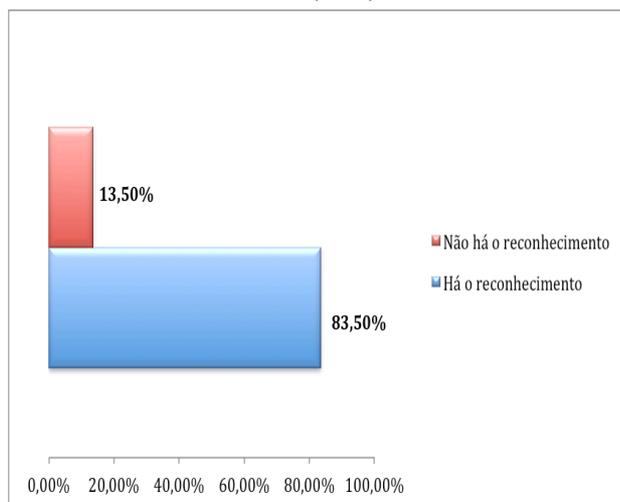


Reconhecimento da causa (DP)



⁹⁰ No entanto, é importante lembrar que o fato de dar a conhecer a ação coletiva não implica, necessariamente, maior disposição ao debate, como o número de versões clarifica.

Reconhecimento da causa (FPE)

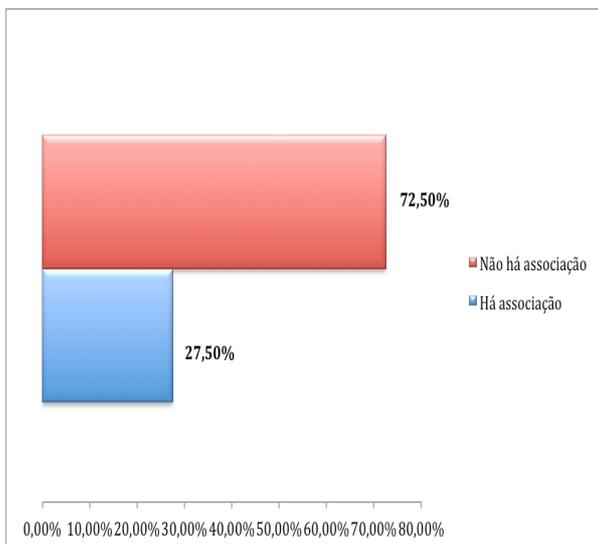


A pesquisa também avaliou se houve associação entre a causa ou reivindicação dos movimentos com os direitos humanos. Diferente de outros direitos, a referência a estes tem implicações diretas na efetivação ou na violação de garantias fundamentais. Entendidos como conjunto inter-relacionado dos direitos políticos, civis, culturais, econômicos e sociais, estão no cerne dos objetivos pressupostos pelos atores coletivos. Contudo, de cada dez matérias sobre os movimentos na imprensa pernambucana, sete não evidenciam qualquer menção aos direitos humanos. Entre os veículos estudados, a FPE admite o maior grau de distanciamento entre a motivação e esses direitos, com 86%. Em seguida, aparecem o JC, com 72,6%, e o DP, que apresenta 66% (ver tabela 18, p. 126).

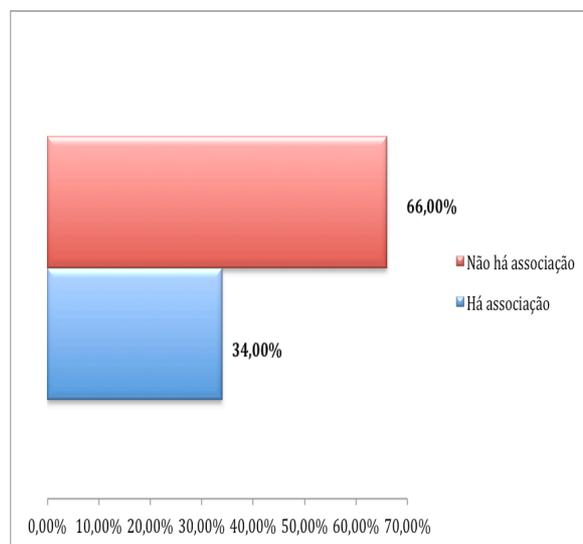
O ato de negligenciar a relação entre a notícia e os direitos humanos (ação que se trata, em muitos casos, da razão da reivindicação) assume uma clara inversão nos parâmetros jornalísticos para além das técnicas e do tempo para reportar o fato. Um processo que ultrapassa a noção de tipificação do acontecimento, assume intencionalidades reais. A partir dessa pressuposição, pode-se reconhecer que o jornalismo recorre a dispositivos retóricos, estereótipos que se expressam em convenções narrativas de um interdiscurso localizado.

Tabela 18:

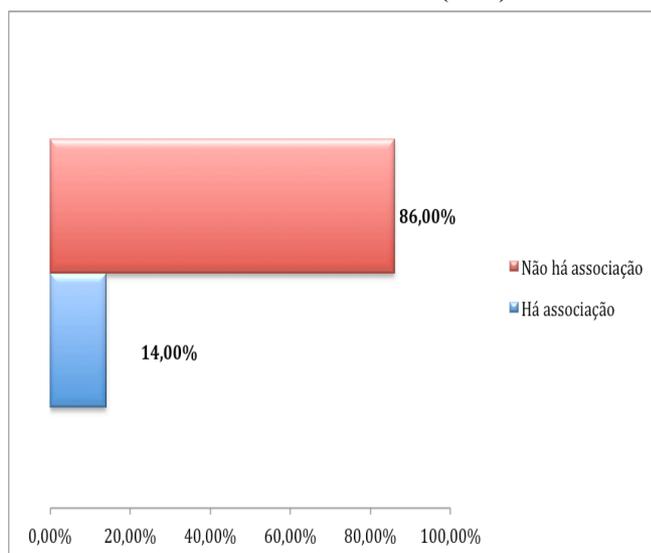
Reconhecimento e Direitos Humanos (JC)



Reconhecimento e Direitos Humanos (DP)



Reconhecimento e Direitos Humanos (FPE)



Essa postura também repercute no potencial de mobilização da esfera pública em zonas de intervenção entre países. Bohman (2007, p. 31) advoga que os direitos humanos, quando distanciados de um discurso instrumental, podem se constituir como “principal demanda de reposta às situações de injustiça e de violação” na política transnacional. Também relaciona tais direitos às políticas adotadas em âmbito local, que passam a contar com outros apoios da comunidade internacional e de públicos críticos reunidos por novos contextos comunicacionais. Reforça, nesse sentido, a “suprassunção” (HABERMAS, 2002), na cobrança de responsabilidades ao Estado. Neste ponto, é interessante notar como determinadas bandeiras dos movimentos possuem maior grau de associação a esses direitos em relação às demais. Na cobertura de temas como a reforma agrária, por exemplo, a não

associação atinge 66,7% dos casos no JC, 80% no DP e 100% na Folha de Pernambuco. Situação parecida ocorre com os movimentos que possuem como reivindicação o direito à moradia: o DP aparece com 33%, seguido pelo JC, com 57,1%, e pela FPE, com 90%.

Apesar de ambas as causas terem como pilares os direitos humanos, os jornais pernambucanos parecem ignorar esse referencial no recorte da realidade que dispõem nas notícias. Outro fator a ser considerado corresponde ao fato de esses movimentos lutarem por questões de natureza distributiva, com agenda e pauta de reivindicações bem definidas, como é o caso dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Teto (MTST). A não associação ocorre com menor frequência, ao contrário, nos movimentos identitários e culturais (gênero, etnia e geracional). Embora o índice ainda seja alto, pode-se perceber uma variação nas causas vinculadas aos movimentos homossexuais, cujo percentual de não associação aos direitos humanos foi de 20% no JC, 63,3% no DP, e de 63,7% na FPE -, e afrodescendente, que obteve a não associação em apenas 20% dos casos na FPE e de 0% no JC. O DP, neste quesito, apresentou-se como exceção, com 100% dos textos desses atores coletivos sem qualquer referência aos direitos humanos.

A cobertura da Primavera Árabe, marcada por discursos em prol dos direitos humanos, também obteve associação reduzida. A desvinculação a esses direitos chegou a 71,3% no JC, 57,7% no DP e 73,3% na FPE. Os grupos ligados à categoria do trabalho, como os sindicatos, atingem a maior média de distanciamento: 95,4% na FPE, seguido pelo JC, com 90,3%, e pelo DP, com 72,5%. Durante os seis meses de análise, os jornais não realizaram qualquer menção aos movimentos sociais que lutam pelo direito à comunicação. As representações indígenas e as questões de gênero também foram pouco retratadas, sendo citadas em apenas duas e três notícias, respectivamente⁹¹. O processo reitera a noção de públicos fracos (FRASER, 1991) ou invisíveis (HONNETH, 2003), que tem suas lutas por reconhecimento negadas em âmbito discursivo. A constituição desse aparato simbólico alarga as esferas de marginalização, ao compor uma narrativa que representa interesses de uma audiência consumidora e se distancia da deliberação política em torno de reivindicações legítimas no espaço público.

⁹¹ Neste caso, estamos nos referindo ao número total de notícias analisadas nos três periódicos.

3.2.5 Entre quadros e acontecimentos

Os jornais, embora se alimentem do inesperado, das transgressões ao cotidiano, parecem, ao mesmo tempo, regojitar as possibilidades de conflito. A referência abstrata à ordem atinge três argumentos centrais no enquadramento do fato tornado notícia: criação de um pseudo consenso; ilegalidade das manifestações e as consequências trazidas por estas. Esses pré-requisitos, filtros na construção social da realidade quando da ação dos movimentos sociais e de identidades coletivas, acentuam a percepção do “outro” como uma ameaça, margeando o discurso indolente de moços e bandidos. Reforçam o ideário de que questões sociais são caso de polícia, a primeira acionada nos pressupostos liberais da não-tolerância. Uma relação que aproxima a política do binômio “amigo/ inimigo”.

A criação do **pseudo consenso** se estabelece no reforço às fontes oficiais e na manutenção de diferentes atores reunidos em uma mesma opinião. Também reporta à tentativa de *reparação* do discurso midiático aos protestos ou conclames que fogem às características ordenadoras. É como se a necessidade do inesperado, da descontinuidade dos acontecimentos, fosse narrado, desde sua primeira aparição, sob o prisma de um discurso conservador (busca por culpados, cobrança de medidas, desordem). Nesse sentido, apela-se a um suposto ideal onde não há espaço para o conflito, vinculando o “outro” ao “caos” como oposição objetiva.

As greves no serviço público ou em canteiros de obras de grandes investimentos podem exemplificar a postura corriqueira do embate entre proprietários, movimentos sociais e o poder governamental. Durante as paralisações no complexo portuário de Suape, em 2011, em Pernambuco, que reuniu aproximadamente 40 mil trabalhadores, o discurso anti-sindical e as explicações para o início da greve foram abordados como uma epidemia ou “intromissão” no processo de desenvolvimento econômico. A abordagem do tema se aproxima de um referencial hegemônico de público presumido pelos jornalistas, o que gera manchetes como “Trabalhador custa mais caro”, quando do aumento do salário mínimo, ou atinam para a influência ou “contaminação” de determinadas lideranças sindicais, como prefere denominar o Diário de Pernambuco:

“A trégua acabou quando, no ultimo dia 18, os operários voltaram a cruzar os braços por não aceitar os acordos fechados entre os sindicatos da categoria e das empresas, o que acabou **‘contaminando’**⁹² trabalhadores de outras 26 empresas que participam da construção da refinaria e da petroquímica” (DP, 30/03/2011).

⁹² Grifos nossos.

A postura de reação às manifestações dos movimentos sociais é construída a partir de fendas discursivas, exaurindo de significância, seja pela negação da fala ou pela construção do enquadramento, a reivindicação ou própria imagem pública desses atores coletivos. Nesse sentido, os jornais parecem adotar posições uníssonas sobre a necessidade de retorno a um suposto bem-estar coletivo. De acordo com Fonseca (2005), “embora jamais afirmasse reiterar os conflitos – passíveis de uma sociedade que se requer liberal-democrática -, a grande imprensa os vetou no cotidiano das relações sociais, requisitando, de forma ora velada, ora explícita, a ‘harmonia’ entre as classes” (p. 413). Na mesma cobertura sobre a greve no complexo industrial de Suape, o JC enquadra o movimento como “radical” por não aceitar a proposta de reajuste realizada pelo consórcio responsável pela obra. Na abertura do texto, a primeira informação mencionada é a de que os trabalhadores “voltam a paralisar o canteiro de obras da Refinaria Abreu e Lima”. No discurso do periódico, são eles os responsáveis pela não continuidade do empreendimento. As condições de trabalho pouco são mencionadas. Ao contrário, a notícia atenta para o porquê de não aceitar os ganhos oferecidos nas negociações:

A posição dos trabalhadores também é considerada **radical** por alas do MPT-PE. O entendimento, **nos bastidores**, é de **que o ganho obtido até agora é grande**. Em oito meses de obras, o valor do vale-alimentação saltou 225%, de R\$ 40 para R\$ 130, último valor proposto pelo Conest. O **impacto no salário** dos empregados **é de 5%**⁹³ (JC, 18/03/2011).

O pseudo consenso também adquire caráter de *opinião publicada*, sobretudo ao apresentar, como dada, a necessidade de repressão ou de uma postura por parte do poder administrativo. As ações de enfretamento à ordem pública imposta pelos movimentos são, via de regra, pautadas pelo confronto com o poder repressivo (polícias, exército) ou pelo conclave a depender dos “desvios” à ordem. Por exemplo, em 2005, durante o protesto dos estudantes contra o aumento no preço das passagens de ônibus, no Recife-PE, os jornais preferiram levar o caso aos xerifes. “PM age tardiamente e perde controle sobre manifestantes”, estampava manchete do Jornal do Commercio há sete anos. A administração pública, seguindo o eco de uma pseudo-opinião transformada em notícia, recorreu ao alívio imediato, um diagnóstico recém-fabricado por quem se dizia especialista em questões públicas no retorno à “normalidade”. Passados dois dias, o discurso do jornal era argumento de governo. Vale lembrar o que foi escrito:

“A passividade demonstrada pela Polícia Militar nas primeiras horas do

⁹³ Grifo nosso.

segundo protesto estudantil contra o aumento das passagens de ônibus, na sexta-feira passada, não deverá se repetir. Ontem, o secretário de Defesa Social, João Braga, garantiu que a determinação a partir de agora é coibir com força os atos de **vandalismo** e **baderna**⁹⁴ (...).”

Em contraposição a este pseudo consenso expresso pelos jornais, atribui-se como válido o estabelecimento do consenso legítimo por meio de um dissenso consentido, baseado na troca de ideias e construção plural a partir da *diferença*. Parte-se, com isso, da pressuposição de um consenso de fundo, posicionamentos mínimos que garantam determinados pressupostos políticos – um jornalismo mais próximo dos critérios de deliberação, a dizer, um jornalismo “possível”. A inclusão do “outro” afirma-se como abertura para o futuro, em detrimento da presença do “mesmo”, alternativa estanque que traz, apenas, a metafísica da presença do “nada de novo”. Esse processo subjaz uma interação entre discursos, produzindo diversos níveis de entendimento e informações sobre questões e problemas socialmente definidos. O esclarecimento recíproco, intermediado por críticas e reavaliações, cria um novo estado de coisas, *justificado* por instrumentos argumentativos. “A natureza mesma da interação discursiva porta consigo um conjunto de requisitos pragmáticos – que, portanto, não podem ser desrespeitados por quem quiser argumentar com sentido – que finda por inaugurar uma ética da argumentação” (GOMES, 2008, p. 73).

A **ilegalidade das manifestações**, principalmente quando da ocupação de espaços públicos (fechamento de avenidas, atuação em praças, queima de pneus) ou de atos relacionados à desobediência civil, se sobrepõe no noticiário ao direito reivindicado pelos movimentos sociais. É como se o “ir e vir” da cantilena liberal ultrapassasse direitos fundamentais, como de manifestação, livre-expressão, à habitação, à terra, entre outros. O direito à greve, por exemplo, preso nesse viés ordenador, é tomado em sentido retórico, com foco nos serviços que deixam de ser prestados, no “caos” gerado pela paralisações e nos relatos de “personagens”, que, tal qual a peça de Luigi Pirandello, mais parecem à procura de um autor, ou, melhor dizendo, de jornalistas ávidos por argumentos previamente consolidados nas redações.

As ações empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) evidencia, majoritariamente, a interpretação jurídica levada a cabo pelos jornais está concatenada com interesses presumíveis na defesa da ordem pública. O movimento brasileiro, fundado nos anos 1980, tem como objetivo alcançar a reforma agrária a partir da distribuição igualitária da terra, além da luta por uma sociedade mais justa e fraterna. Tal luta se apoia na

⁹⁴ *Ibidem*.

proposição de soluções de problemas estruturais da realidade político-econômica brasileira, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação e a exploração do trabalhador urbano⁹⁵. Nacionalmente, o movimento integra o Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais. No âmbito internacional, participa da Via Campesina, que congrega movimentos do campo em outros países.

Em abril de 2010, o MST organizou o “Abril Vermelho”, um conjunto de mobilizações articuladas com o intuito de pressionar o governo federal para a redistribuição de terras consideradas improdutivas, realizado anualmente⁹⁶. No editorial do dia 22 desse mês, o Jornal do Commercio argumentou a ilegalidade do movimento da seguinte forma:

“Na prática, as **invasões** no campo e as manifestações urbanas **atropelam as leis e os acordos firmados com o próprio governo federal** - cujos recursos mantêm os assentamentos e marchas do movimento - e avançam sobre terras produtivas, e até institutos de pesquisa. A deflagração do abril vermelho é um **abuso consentido** por simpatizantes da ideologia de resistência **patrocinada com dinheiro público**. A atuação do MST, que começou com o apoio da população à causa da reforma agrária, hoje é mais associada a **rastros de destruição** e à pura **desobediência civil**⁹⁷ do que a uma luta legítima em prol de conquistas sociais”.

O direito à terra, constitucionalmente previsto e reivindicação legítima do movimento, é sucumbido pela avalanche de expressões como “atropelam as leis” e “rastros de destruição”, sem qualquer oportunidade de argumento em causa contrária. O próprio estatuto de luta social, que também pode integrar situações de desobediência civil – em uma atitude de autonomização em relação ao “*Me*” proposto por Mead (1992), para avanços na esfera pública -, é reinterpretado como negação de “conquistas sociais”. Na ótica da ilegalidade, se torna crime. Também revela a natureza hegemônica das fontes vinculadas às estruturas de poder na tomada de posição do jornal, uma vez que, como afirma Melo (1994, p. 96), embora os editoriais se dirijam formalmente à “opinião pública”, na verdade encerram um diálogo com o Estado.

⁹⁵ Os objetivos do movimento estão diretamente relacionados com os preceitos constitucionais brasileiros, sobretudo, o Art. 3º da Constituição Federal, que possui entre as diretrizes: I) construir uma sociedade livre, justa e solidária; II) garantir o desenvolvimento nacional; III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV) promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

⁹⁶ O “Abril Vermelho” lembra a morte de 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante o massacre ocorrido no dia 17 de abril, em Eldorado de Carajás, no Pará, em 1996. O confronto teve início quando aproximadamente 1.500 agricultores ligados ao movimento realizavam uma marcha contra o atraso na desapropriação de terras na Fazenda Macaxeira. Acionada para combater a manifestação, a Polícia Militar teria reagido com disparos contra os trabalhadores. Aproximadamente 70 manifestantes ficaram feridos.

⁹⁷ Grifos nossos.

As formações discursivas reiteram a construção dessa única versão originada de pequenos núcleos de difusão informativa. Tratam de uma “resistência patrocinada com dinheiro público”, como forma de alertar o poder administrativo e outras instâncias de que o movimento não mais possui o apoio da população. A infração às leis é reinterpretada, inicialmente, como um pseudo-consenso público em torno do tema, que logo adquire ares de opinião publicada. *Um monólogo escrito a poucas mãos, mas lido por muitos*, capaz de gerar ou reiterar as posições de um segmento determinado, que não só se diz leitor, como também integra a mesma “linha”, a retórica do discurso ventríloquo, dito por uma pessoa em nome de outras. Nesse caso, a poucos centímetros do editorial, alguns meses depois, na seção carta aos leitores, foi dito:

“Não entendi. Os "sem terras" agem à **margem das leis, invadem** propriedades, **depredam, usam e abusam da violência** em suas passeatas **balançando ostensivamente seus facões**⁹⁸. Se alguém se contrapõe ao movimento, **é agredido**. E agora, se manifestam indignados sobre essa anarquia que ocorre sob às barbas da lei: quem se opor será punido pelo Ministério Público! As leis são para todos ou não? Invadir pode? Depredar pode? Ameaçar terceiros com facões também é permitido? Por que o Ministério Público, polícia, governo e todas as demais instituições não saem em defesa do direito? E o direito a expressar uma opinião foi revogado” (Jornal do Commercio, 04/12/2010).

Tal discurso reascende o ponto central de argumentação do jornal ao considerar as ações do MST como “à margem das leis”. Também interpela o fato de a carta de leitores ter se tornado, nos dias contemporâneos, outra forma de expressão editorial por parte dos jornais. A falácia da participação midiática, intensificada em tempos de jornalismo digital, reforça o discurso deslocado de uma opinião devidamente “preparada” e “selecionada” no universo de argumentos que chegam às redações. O balançar dos “facões” é seguido pela enunciação “quem se contrapõe ao movimento, é agredido”, indicando atos desmedidos de violência. Ainda sobre o movimento, um missivista de São Paulo escreve, no mesmo JC, que “o famigerado MST já fez a sua primeira invasão urbana inaugural” e que caberia observar se a “nova governante [Dilma Rosseuff] respeitará a constituição brasileira ou adotará o PNDH3 [Plano Nacional dos Direitos Humanos]” (JC, 10/11/2010). A criminalização refletida no posicionamento do jornal se estende, desse modo, não apenas ao editorial ou aos textos jornalísticos, mas também à escolha das expressões do público, fomentando, como prevê Landowski (1992), um papel de *antedinador* da opinião norteado pela objetividade quando da narrativa de acontecimentos.

⁹⁸ Grifos nossos.

Assim, as cartas parecem inscritas nos mesmos critérios de veiculação impostos às notícias, a cantilena liberal da ordem pressuposta no *não-outro generalizado* jornalístico, como revela o posicionamento deste leitor do Diário de Pernambuco:

É incrível a **falta de autoridade** da nossa polícia contra os constantes **bloqueios de protestos populares** no centro do Recife ou em rodovias de intenso tráfego. O bloqueio realizado no quilômetro 39 da BR-101 Norte, em Igarassu, dia 17/01, **durou absurdas seis horas**, sem que ninguém retirasse do local os **bloqueadores**. Moral da história: milhares de pessoas são cerceadas do **direito de ir e vir**, por causa de **meia dúzia de perturbadores da ordem pública**. Deveria haver pela polícia uma **tolerância de aproximadamente 15 minutos** em cada protesto e a partir daí **partiriam para a força**, pois não é admissível que fiquemos à mercê de **protestos esdrúxulos**.⁹⁹

Essa intolerância, que desconhece causas ou reivindicações dos atores coletivos, não se mostra como um caso restrito nos jornais pernambucanos. A sobreposição dos demais direitos ou reivindicações são resumidos à prerrogativa liberal do direito de “ir e vir”. A “nossa polícia”, citada no texto, infere a presença de uma repressão “a serviço de”, dos “com” em detrimento dos “sem”, relatados como “meia dúzia de perturbadores da ordem pública”. A reivindicação, a morte de dezenas de moradores que atravessavam a rodovia diariamente, não foi lembrada pelo emissário da carta. Também não mencionou a agressão empreendida por policiais da Polícia Rodoviária Federal, relatada até no minúsculo espaço cedido pelo jornal:

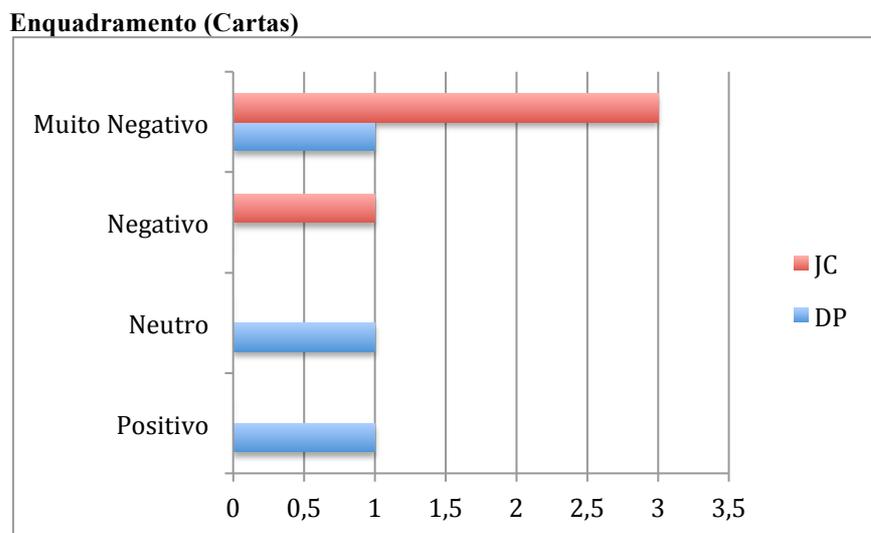
Um protesto na BR-101 Norte, em Igarassu, terminou em confronto entre manifestantes e agentes da Polícia Rodoviária Federal. Segundo os moradores, um agente deu uma gravata em um manifestante e os demais mostraram as armas. Os moradores reclamavam de acidentes. O protesto aconteceu no km 38. A assessoria da PRF disse que o procedimento foi correto e que se os agentes não agissem dessa forma, poderiam ser dominados (DP, 20/01/2011).

Os leitores e suas opiniões parecem, assim, escolhidos a dedo, de modo a legitimar posições e estratégias de narração. Na análise desta seção, os missivistas se revelam contrários à atuação de determinados movimentos sociais nas três cartas publicadas pelo JC e em uma das veiculadas pelo DP. Na Folha de Pernambuco, não foi registrada a presença dos movimentos sociais nesses espaços editoriais. A avaliação foi dividida entre enquadramentos “muito positivo”, “positivo”, “neutro¹⁰⁰”, “negativo” ou “muito negativo”.

⁹⁹ Grifos nossos

¹⁰⁰ A terminologia “neutro”, longe de representar os critérios da objetividade jornalística, correspondeu aos textos que ouviam mais de uma versão (movimento e outros atores) sem fazer uso de adjetivos pejorativos.

Tabela 19:



O exemplo ilustra como a função ordenadora da ilegalidade pode legitimar a criminalização dos movimentos sociais. Como argumenta Gans (1979), um critério-notícia moral que vai além de características de natureza do insólito ou inesperado, mas sedimenta outros componentes ao processo de produção noticioso, afetando diretamente a seleção de acontecimentos ou criando opiniões específicas. A função ordenadora, quando amparada pela legalidade das ações, esquece, em certo sentido, que os protestos reverberam expressões acentuadas por legitimação. “Tais atos de transgressão simbólica não-violenta das regras se auto-interpretam como expressão do protesto contra decisões impositivas as quais são ilegítimas no entender dos atores, apesar de terem surgido legalmente à luz de princípios constitucionais vigentes” (HABERMAS, 1997, p. 117). Desse modo, a desobediência civil pode conferir um último meio para se chegar a uma maior audiência e influência político-jornalística. Se constitui como pré-condição elementar na evidenciação de outras vozes e de possibilidades de reconhecimento em uma comunidade de comunicação alargada.

A intervenção sobre a ótica da ilegalidade do discurso jornalístico também incorpora diferentes níveis de *desrespeito*, no que tange às ações dos movimentos sociais. Honneth (2003) distingue três formas dessa representação: as situações de desrespeito que afetam a integridade corporal dos sujeitos; a negação de direitos que elimina a possibilidade dos indivíduos de se reconhecerem como parceiros de interação de igual valor; ou a referência negativa a atores coletivos, afetando a *autoestima* dos que promovem ações no espaço público. No universo midiático pode-se constatar, como primeiro ponto, a assimetria das fontes no acesso ao campo do jornalismo (condições adversas de pronunciamento) e, como segundo, a deslegitimação de causas e reivindicações previstas legalmente (desigualdade no

processo de discussão de normas). A validade jurídica prevista pela imprensa parece se restringir às relações de mercado, como convém ao liberalismo econômico, criando seções específicas e até colunas sobre o direito do consumidor, mas esquecendo outros direitos fundamentais, como à educação, saúde, terra, moradia, trabalho ou à comunicação. Estes últimos, ao contrário, além de raramente noticiados, dependem ainda de ações coletivas e da mobilização permanente de atores para serem incluídos na agenda de acontecimentos jornalística.

A referência negativa a esses movimentos, apontada por Honneth (2003) como terceira forma de desrespeito, adquire, nos jornais pernambucanos, a dimensão de uma violência simbólica, que cumpre uma determinada função política de “instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1989, p. 11). Eximir aspectos dessa função no discurso jornalístico, ou considerá-la apenas como “conspiração”, se mostra como uma visão reducionista do poder simbólico empreendido pelos veículos de comunicação. Como aponta Schudson (1999, p. 279) “o poder dos media não está só (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas sob as quais as declarações aparecem”.

Na imprensa pernambucana, o nítido enquadramento negativo às reivindicações dos movimentos sociais evidencia essa estratificação entre direitos pautados pelo jornalismo. As reivindicações trazidas pelos movimentos sindicais - sobretudo diante das greves em Suape (PE) e nas obras da hidroelétrica de Jirau (RO) -, corresponderam a 28,6% do total de notícias consideradas muito negativas à atuação dos atores coletivos. Em seguida, surge a Primavera Árabe, com 22,8%, seguida pelas manifestações em prol da reforma agrária, com 21,4%, e pelas ações do movimento estudantil, com o mesmo percentual. As lutas pelo direito à moradia aparecem como quinta reivindicação, com 14,3% do total. Entre os enquadramentos “muito positivos” aparecem os movimentos afrodescendentes, com 49,2%, novamente a Primavera Árabe, com o mesmo quantitativo, e as representações sindicais quando do embate sobre o aumento do salário mínimo, com 14,3%. Entre as coberturas “neutras” a concentração também ficou entre os sindicatos, com 32,5%, e, outra vez, a Primavera Árabe, que atingiu 42,8% do total registrado.

Uma vez mais, as causas sem intervenção direta no espaço público local (ou a “desordem” geograficamente referenciada) e os movimentos culturais ou identitários possuem maior simpatia do discurso midiático. Em contrapartida, os atores coletivos que realizam, com frequência, protestos de caráter *disruptivo* (TARROW, 2011) são enquadrados pela face “raivosa”, isto é, pelas **consequências** trazidas pelas manifestações. De fato, quanto maior o

grau de transgressão à ordem, isto é, quanto maiores as consequências interpretadas como “ilegais”, tão maior será a possibilidade de publicação ou veiculação do acontecimento. Principal recurso de não-legitimidade de protestos e outras ações coletivas, atentam para o todo (sociedade), concebido como mais importante do que as partes. Não é à toa que costumam aparecer como informação divulgada nos títulos ou no início dos textos: o trânsito, serviços que deixaram de ser prestados, destruição, depredação de patrimônio público.

As ações coletivas são abordadas pelo discurso midiático como elemento de notabilidade (TRAQUINA, 2004), um valor notícia que se sobrepõe à inversão à lógica do cotidiano. Como dispõe Rodrigues (1999, p. 29), “por isso, a notícia é no mundo moderno o negativo da racionalidade, no sentido fotográfico deste termo. O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas regida por regularidades e por leis”. A expressão das consequências das ações também torna-se um critério-ação por parte dos movimentos com o objetivo de atrair a atenção midiática. Uma disputa por enquadramentos que, em certo sentido, se alimenta das mesmas condições de aparição: a controvérsia, o conflito e o inesperado.

Contudo, a distinção dos movimentos reside na reivindicação de uma causa, que se impõe, no contexto midiático, como motivo secundário de exposição. Na pirâmide invertida da narração jornalística, aparecem como os últimos fatos a serem mencionados. As manchetes comprovam a relação: “Protesto interdita trânsito em Paulista”, durante reivindicação de grupos pelo direito à moradia; “Faxina na rua do Hospício”, quando da ação da prefeitura do Recife contra os comerciantes informais; ou “Trabalhadores voltam a parar a obra da refinaria”, na greve em Suape.

Cabe observar, por exemplo, o caso do mesmo editorial do Jornal do Commercio mencionado acima. A abertura do texto, antes de travar uma aproximação com o discurso legal, tentou elucidar os danos trazidos à população pelos atores do movimento.

“O Recife **parou**, na última segunda, por causa de uma **operação orquestrada** nas principais avenidas da capital - Caxangá, Av. Norte e Abdias de Carvalho - pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que ocupou as vias com **a intenção deliberada de paralisar o trânsito e tumultuar a vida dos cidadãos**. Este é o mês em que o MST intensifica as ações de ocupação de propriedades consideradas improdutivas, e **invade** os centros urbanos para chamar atenção para as suas reivindicações. No Recife, desde o último sábado, os sem-terra estão acampados na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Quanto aos **transtornos** em decorrência das passeatas, o líder Jaime Amorim disse com a **segurança da impunidade**¹⁰¹ que “alguém tem que pagar a conta” até que o MST seja atendido” (JC, 22/04/2010).

¹⁰¹ Grifos nossos.

O jogo, mais uma vez, é feito à plateia. O “tumulto” gerado, como prefere grafar o jornal, sucumbiu não só o direito posto em causa, como contribuiu, uma vez mais, para criação do inimigo, ou seja, de um “outro generalizado” sob parâmetros do desrespeito e da invisibilidade discursiva, já que a forma como a declaração do líder do movimento expressa um enquadramento intencional no processo de valoração do argumento do periódico. A formação discursiva “segurança da impunidade” revela outra estratégia de criminalização contra o movimento, marcando uma imposição narrativa diante de uma fala descontextualizada do MST. De modo não muito distinto, voltando no tempo, a TV Globo seguiu o mesmo patamar durante os comícios pelas diretas, em São Paulo. Diante das mobilizações de combate à ditadura militar, reunindo milhares de pessoas, o telejornal insistia em relatar o “longo congestionamento” no trânsito em decorrência do aniversário da cidade.

Ao desconsiderar a possibilidade de discursos plurais, ou de um debate racionalmente estabelecido, atentamos, uma vez mais, ao *não-outro generalizado* encampado pelo “jornalismo liberal”. A partir da função ordenadora e das três características mencionadas (pseudo consenso, ilegalidade e consequências) pode-se vislumbrar combinações dessas tipologias dispostas na cobertura dos jornais impressos. Esse processo alimenta com informação um senso comum de pré-suposições que pode contribuir, de fato, na constituição de um presente comum revelado como um projeto de identidade conservador e legitimador: a construção de uma realidade edificada em discursos de ausência.

A produção de acontecimentos sobre os movimentos sociais, ao tornar-se notícia, revela, portanto, estratégias de visibilidade, no que se refere aos atores coletivos, e de aparição, no modo como os jornais incorporam e tornam “comuns” as ações no espaço público. A deslegitimação discursiva imposta por um pseudo-consenso tornado *opinião publicada* adquire autoridade de deslegitimação narrativa, abolindo de cena o debate em torno de proposições políticas efetuado pelos públicos críticos ou antes “invisíveis”. A margem entre o protesto e o crime permanece, assim, presa a um mesmo contexto de interlocução, seja na busca pelo poder repressivo ou no descrédito das fontes vinculadas ao poder administrativo.

À deriva da deliberação de argumentos, vive-se uma atrofia no campo dos proferimentos capazes de alterar o estado de coisas ou abarcar o “enriquecimento da comunidade”, previsto por Mead (1992). O apelo a outras instâncias de intervenção, como o poder judiciário, só ocorre quando da determinação da ilegalidade dos movimentos, para fazer cumprir o que manda “lei” revisitada pelos mesmos lugares de fala e ambientes de discussão. Apesar do Diário de Pernambuco ter atingido o maior índice de avaliação da cobertura entre

os jornais, pouco se pode incorporar como a expressão de um “jornalismo possível”. Mais próximos de um papel de mercado do que do exercício crítico sobre o sistema político e de promoção da cidadania, os periódicos pernambucanos pouco contribuem para uma luta coletiva por reconhecimento e por ampliação de direitos no espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da imagem ofertada pelos *media* aos movimentos sociais guarda tensões e disputas no processo de enquadrar acontecimentos. Em um espaço público cada vez mais midiático, essa torrente de informações, esboçada como presente comum pelos jornais, se impõe como elemento-chave na visibilidade das ações coletivas e, por consequência, na amplitude que a causa reivindicada pode adquirir em uma comunidade de comunicação alargada. Ao longo da investigação, procuramos demonstrar como o campo do jornalismo, entendido como instância supra-simbólica de entendimento, representa esses atores para audiências maiores, de modo a legitimar iniciativas ou excluí-las do debate. Nesse recorte, propôs-se verificar a forma como as notícias eram construídas, levando em conta a pluralidade, o grau de reconhecimento das demandas e as menções realizadas sobre os movimentos nos principais jornais impressos pernambucanos.

As bases para os primeiros olhares sobre o tema se dirigiram a dois pesquisadores cujas principais publicações datam ainda das décadas de 1930 e 1940: George Mead e Alfred Schutz. Ao revisitar os apontamentos de Mead, buscou-se representar o papel do jornalismo como uma das fontes de constituição do “outro generalizado”, sobretudo a partir da experiência propiciada pelos veículos de comunicação em massa de “entrar” na atitude e na experiência compartilhada por outros atores. A prática jornalística assume, nesse sentido, papel central no modo como os atores interpretam fenômenos sociais e se posicionam no mundo contemporâneo. No entanto, abriga também a negação de discursos, abdicando de outras “visões de mundo”, isto é, da possibilidade de reconhecimento e de autodeterminação diante de situações de desrespeito e de injustiça social. Essa ausência discursiva, pautada por critérios notícia presos à legitimação da ordem e orientada por técnicas quase industriais de produção de “acontecimentos”, admite a criação de uma “imagem roubada” aos atores coletivos, se constituindo como divulgação de um *não-outro* tornado público em manchetes vendidas a preços regulares.

No esboço das múltiplas realidades tratadas por Alfred Schutz, discutiu-se como o jornalismo transita entre diferentes campos, como província de significado que cria uma narrativa em torno de acontecimentos que irrompem no cotidiano, tornando-os típicos ou próximos. Nesse universo de significados, as notícias também preconizam determinadas “zonas de relevância” ou de “silêncio”, despertando maior atenção para temas determinados e eximindo a visibilidade de outros. Essa relação possui influência direta no modo como os jornais se reportam aos públicos invisíveis ou contra-públicos, à margem do discurso formal

dos processos de decisão e das condições de aparição. No que confere às ações coletivas, desperta um “efeito espelho” em torno de ambientes narrativos pré-estruturados. O tornar típico assume, com isso, um espaço de estrangeiros que não se identificam ou sentem-se representados pelo desconforto do *não-outro generalizado*.

Os efeitos dessa construção social do real, em uma sociedade de informação, acena para outras fontes simbólicas na aquisição do conhecimento e na produção de sentidos, se consolidando como uma forma de poder específica e delimitada pelas relações que estabelece com o campo político. O espaço público, nesse cenário, mostra-se como ponto de encontro de argumentos e proposições entre os atores coletivos, o poder administrativo e os *media*. A aceção democrática dessa transição de sentimentos de injustiça e de opressão a outras audiências, organizadas como ação pelos movimentos sociais, preenchem com conteúdos e disposição crítica situações-estaque, presas a narrativas hegemônicas, requisitando o cumprimento de direitos já existentes ou a cobrança por novas políticas e normas.

Desse modo, pode-se conceber duas *instâncias* demonstrativamente possíveis da intervenção do discurso midiático sobre os movimentos sociais. A *primeira* delas envolve os fluxos de comunicação de pertencimento, responsáveis pelo fortalecimento da identidade coletiva, construindo o sentido de um “nós” diante de “outros”. A imagem enquadrada pelos *media* será, nesse ponto, fundamental na adesão de novos integrantes ou na articulação de opiniões a favor da causa reivindicada. A *segunda* corresponde à necessidade de intervenção no espaço público sob o crivo da visibilidade, que cobra do campo jornalístico a produção de acontecimentos noticiáveis para a inserção no debate formal com outras esferas de poder. Tal característica permite a esses atores, dispor, em circunstâncias ideais, do mesmo tempo ou espaço de exibição de outras fontes para novos públicos. A transição intersubjetiva proporcionada pelo jornalismo apresenta-se, portanto, como oportunidade para a formação de vontade e o exercício do poder sobre o sistema político.

É neste espaço de interação que os movimentos sociais disputam a atenção midiática em contraposição aos discursos institucionais. Essa luta por enquadramentos torna o campo do jornalismo lugar de conflito, principalmente no que diz respeito à atuação de grupos cujo direito à voz é, via de regra, abdicado. Nessa relação assimétrica, os atores coletivos reiteram uma contra-agenda baseada nos mesmos critérios notícia que condicionam sua forma de aparição. Com isso, os elementos de contraposição à ordem pública passam a ser incorporados pelas agendas dos movimentos, despertando o interesse dos *media* quando do insólito, uso da violência ou qualquer outra forma latente de agitação. O *não-outro generalizado* mostra-se, assim, como expressão de uma distorção sistemática da

comunicação, como concebe Habermas, por impor, no próprio ato de reivindicar, a adequação às consequências passíveis de se tornarem notícia.

Distante de se colocar como fontes capazes de propor uma agenda para temas específicos, os movimentos que se opõem às desigualdades sociopolíticas e econômicas só ultrapassam a barreira de contensão noticiosa pela transgressão à ordem. Em formações discursivas intencionais, são considerados “vândalos” ou “invasores”, tendo, com frequência, sua versão ou causa não publicadas. Essa relação de dependência com os *media* figura como um dos principais entraves a um processo político aberto à discussão e à participação. De modo oposto, as fontes com maior poder de acesso - ligadas aos setores financeira, latifundiário e comercial -, se consolidam como as primeiras “vozes” citadas no conclave à repressão aos movimentos ou na influência sobre o corpo político para a garantia de interesses particulares.

No espaço público brasileiro, esta realidade se coloca por dois processos complementares: por um lado, admite o discurso liberal de oposição ao conflito, inscrevendo as manifestações pelo grau de “anormalidade”, sendo dispostas não como expressão da política, mas do “ilegal”; por outro, põe em cena uma cobertura do político pautada pela disputa sórdida de espaços de poder, resumida às discussões episódicas do rito eleitoral ou aos critérios de força em detrimento do debate, aumentando a autonomização entre os representantes diante dos representados. Essa inflexão é ainda sustentada pela reprodução patrimonialista da prática jornalística com o campo político, não raras vezes, donos diretos ou indiretos dos meios de comunicação.

As duas pontas dessa conjuntura convergem para a criação de um *fosso político da notícia*, ao evidenciar um vazio discursivo entre as notícias produzidas pelo campo do jornalismo e a proposição do debate formal em torno de políticas “virtuais” que podem se tornar “efetivas” no espaço público. A inclusão de “outros” se torna, em contrapartida, fator essencial na articulação de temas e direitos a serem discutidos na plataforma midiática. O reconhecimento parte, nesse sentido, para uma dimensão coletiva das reivindicações e demandas da sociedade civil. Dista, portanto, da noção “atomizada” de indivíduo restrito ao poder de compra e venda, ou da cidadania dissolvida nas esferas do mercado, e se aproxima de um modelo de participação que se estende às demais dimensões de exercício da democracia, levando a decisões consideradas relevantes por uma esfera pública ativa.

Com isso, pode-se apontar duas características marcantes no modo como os periódicos cobrem os assuntos pertinentes aos movimentos sociais no espaço público. A distinção, de caráter apenas explicativo, abarca, em primeiro plano, a presença de um “*jornalismo liberal*”,

em que se pesa a prevalência do *não-outro generalizado* e do *fosso político da notícia*, e, em segundo, de um “*jornalismo possível*”, marcado pelo reconhecimento das identidades coletivas e pela abertura da plataforma de discurso dos *media* à deliberação ente atores. Ainda que tal dicotomia represente apenas um aspecto particular do campo do jornalismo, esta pode referenciar, com mais clareza, como a construção da notícia se processa no discurso dos jornais brasileiros.

Durante os seis meses de investigação, foi esta a ambivalência que procuramos revelar na avaliação dos principais jornais pernambucanos. Em primeiro lugar, concluímos que a cobertura não pressupõe uma ampliação do debate público ou dá vazão a uma luta coletiva por reconhecimento no espaço público. Na escala de zero (0,0) a um (1,0), os periódicos atingiram, no índice de análise, uma média que se resumiu a 0,51. O número de textos sobre os movimentos também se mostrou reduzido. Mesmo diante dos protestos por democracia no Oriente Médio e no Norte da África, a menção aos atores coletivos foi de apenas uma por edição. Em sentido amplo, tornam patente a presença de um não-lugar midiático, por preservar na invisibilidade discursos negados de antemão.

A maior parte das notícias – reportadas majoritariamente no caderno de cotidiano, últimas ou polícia -, reforçam a hipótese de que os movimentos sociais se incorporam aos demais temas de disrupção, como os acidentes de trânsito, as ações policiais e a prestação de serviços públicos. A presença nas editoriais de política, ao contrário, não ultrapassou a casa dos 6%, reiterando o distanciamento traduzido pelos *media* no debate público entre setores da sociedade civil e do hemisfério político. Nessa atitude, as ações coletivas parecem ocorrer sem qualquer vínculo com o processo de tomada de decisão e de formação da opinião, sendo afastada, na prática jornalística, dos assuntos políticos postos em pauta.

Os resultados também apontaram para a construção de textos pouco aprofundados, com número reduzido de notícias vinculadas ou uso de box e infográfico. A ausência desses suportes narrativos atingiu maior significância nas reportagens sobre os movimentos sociais locais, indicando uma pré-disposição dos veículos em aumentar a discussão nos espaços distanciados geograficamente. Longe, portanto, da intervenção social por parte do público leitor e resumida a evidência (superficial) dos fatos e não das problemáticas. Tal fator se mostra acompanhado pela redução da pluralidade dispensada pelos periódicos, que deixaram de ouvir mais de uma versão em aproximadamente metade dos relatos. A mediação propiciada pelos jornalistas imprime, desse modo, uma redução da crítica e da apuração, mesmo aos critérios da objetividade. Revela ainda uma atrofia argumentativa, por deixar de pôr em causa o embate dialógico entre atores e por não tornar público enunciados políticos

indispensáveis no poder de mobilização e de acesso externo dos movimentos sociais e de outros setores da sociedade civil.

Os argumentos e as razões que sustentam os critérios de aparição nos jornais foram, nesse sentido, relegados à condição de exposição, isolados em estruturas narrativas fechadas, sem diálogo expressivo entre as partes. A condição política de tornar o tema relevante, com a visibilidade de diferentes vozes no embate por reconhecimento, torna-se frontalmente comprometida, sobretudo no despertar de um interesse generalizado. Afinal, o assentimento a temas e contribuições só se forma como resultado de uma controvérsia mais ou menos ampla quando informações e proferimentos podem ser elaborados com vistas ao debate. A proposição racional de múltiplas versões arremata, portanto, uma variação no nível discursivo da formação da opinião e na ‘qualidade’ da cobertura quando das ações dos movimentos sociais.

No estudo das fontes, apesar de estabelecerem um diálogo entre a sociedade civil e o poder público, os jornais pernambucanos, como prova o estudo das versões, não cobraram as demandas reivindicadas pelos atores coletivos em aproximadamente 20% dos casos analisados. A exemplo da cobertura das greves na hidroelétrica de Jirau, em Rondônia, ou do protesto dos comerciantes informais no Centro do Recife, a interpretação das “fontes oficiais” obteve maior poder sobre a interpretação dos acontecimentos reportados, contribuindo para uma “definição primária”, dita por Stuart Hall, das notícias publicadas.

Na cobertura das manifestações, entretanto, os periódicos requisitaram a presença de novos atores. Nesse caso, não como público com potencial deliberativo, mas “personagens” pegos de surpresa para se posicionar sobre os acontecimentos. A forma como foram noticiados os protestos pelo aumento no preços das passagens de ônibus reforça como essa estratégia criou “quadros” interpretativos desfavoráveis ao movimento estudantil, que, via de regra, sequer era ouvido pelos periódicos. Contudo, é também importante mencionar que, de modo geral, o conjunto de posicionamentos desfavoráveis a esses atores atingiu patamares reduzidos, se distanciando de uma cobertura necessariamente “negativa” dos movimentos sociais.

Do ponto de vista editorial, os jornais são também responsáveis pela “seleção” e “veiculação” das cartas que chegam à redação. No Jornal do Commercio, os três missivistas que se reportaram sobre os movimentos sociais nas 180 edições investigadas, criminalizaram ou deslegitimaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O “efeito espelho” foi reiterado, meses antes, por um editorial do periódico que não distava da opinião dos leitores. A criação dessa *opinião publicada*, próxima de uma dimensão mítica de

interlocução, revela o uso estratégico de informações, de personagens ou leitores, que se aproximam de um critério-notícia de oposição à ordem e de legitimação de discursos tendo em vista o posicionamento de anunciantes e das fontes com maior poder de acesso às estrutura midiáticas.

Outro dado apresentado neste estudo corresponde ao reconhecimento dos jornais em relação às causas reivindicadas pelos atores coletivos. Embora a menção às causas empreendidas pelos movimentos sociais tenha alcançado a margem de 80% dos textos analisados – cumprindo um papel importante -, as notícias não associavam tais ações aos direitos humanos. Em cerca de 75% dos casos, esses direitos – em determinadas situações, a principal bandeira de atuação dos movimentos -, deixaram de ser mencionados pelos jornais. Apesar de aparentemente inofensiva, essa postura tende a se afastar de uma maior contextualização das manifestações, repercutindo no potencial que o tema pode adquirir na mobilização de outros atores, principalmente no contexto da globalização.

A predisposição jurídica dos periódicos fomenta, ao contrário, a preservação dos direitos individuais, sem qualquer menção às normas postas em questão pelos atores coletivos. O debate em torno dos direitos do consumidor recebe, nessas situações, maior espaço nas editorias, com a colunas específicas e áreas consolidadas. Entretanto, direitos fundamentais à terra, à saúde, à comunicação ou à moradia deixam de ser mencionadas, se tornando expressão do conflito, da censura, ou da agitação política. Essa característica tem, portanto, impacto sobre o *não-outro* tornado generalizado, ao amparar-se na ausência de acontecimentos, na redução da pluralidade discursiva e do reconhecimento dos movimentos sociais no discurso midiático.

A dimensão desse “real” apontado nas notícias é ainda pautada pela estratificação discursiva entre os movimentos sociais. Os atores coletivos vinculados aos movimentos indentitátios (gênero, etnia e de gerações) tendem a ser melhor representados nos textos jornalísticos, seja no número de versões ouvidas ou na associação aos direitos humanos. Em contrapartida, os movimentos de ação *disruptiva*, geradores de maior potencial de conflito, são usualmente enquadrados pela ótica da “ilegalidade” das manifestações. O resultado demonstra, em primeiro plano, que determinados movimentos atingiram maior poder de articulação e de preparo de porta-vozes para o diálogo na plataforma midiática, de setores do movimento LGBT e afrodescendente. Em segundo, pode revelar uma pré-disposição dos jornais no enquadramento conservador dos que se opõem frontalmente à distribuição do poder sociopolítico, econômico e discursivo a partir de atos de desobediência civil empreendidos no espaço público.

Nessas situações, o “outro” torna-se a representação da “ameaça”, promotor da desordem ou do “caos” repetido com insistência quando do relato de protestos pelos jornais. Os filtros ou lentes de disposição do real pouco divergem entre os periódicos. A imposição de um pseudo consenso, reflexo do ideal liberal-funcionalista da “harmonia entre as classes”, se mostra como um dos efeitos dessa relação. Os discursos dos movimentos sociais são retratados, nesse estrado, como o da radicalização, ou dos que se negam a “negociar”, como na cobertura da greve no complexo portuário de Suape.

Os jornalistas também apelam à “ilegalidade” das manifestações. Refletindo o posicionamentos de fontes institucionais, reiteram um discurso de “criminalização”, referenciado pela liberdade de “ir e vir” do mercado, como ocorreu no editorial sobre o Abril Vermelho do Jornal do Commercio. A ausência discursiva, antes de promover a autoafirmação dos movimentos, atenta a duas formas patentes de desrespeito, seja no reconhecimento do direito em causa ou na exposição negativa desses atores. Com isso, os movimentos sociais passam a ser enquadrados pelo potencial de transgressão ou pelas consequências que trazem à ordem. Na pirâmide invertida de interpretação social, os periódicos selecionam tal elemento como “definidor” da narrativa, a dizer, os serviços que deixaram de ser prestados durante as mobilizações, o congestionamento no trânsito ou a depredação ao patrimônio público.

O estudo tentou apresentar, deste modo, rastros da crítica à cobertura jornalística apontada pelos movimentos sociais. Espera-se, assim, que o índice de avaliação se consolide como um instrumento a ser aprimorado e utilizado pelos atores da sociedade civil para o monitoramento das notícias sobre esses atores coletivos. As diferentes colocações entre os jornais na imprensa pernambucana não buscaram representar possíveis “aliados” aos movimentos, mas evidenciar os espaços carentes de estratégias específicas de aparição ou de intervenção. Por isso, apesar do resultado alcançado pelo Diário Pernambuco, melhor avaliado no conjunto de informações, ainda não se pode falar em um outro “jornalismo possível” no espaço público local. A construção dessa mudança depende, portanto, não apenas dos jornalistas ou profissionais da comunicação, mas do controle social e da cobrança desses públicos críticos na articulação de uma democracia mais plural e aberta a uma luta coletiva por reconhecimento, ainda que diante das limitações impostas pelas estruturas de poder nos momentos de maior enfrentamento a uma ordem estabelecida e reiterada pelo discurso jornalístico.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 2005.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2007.
- BENHABIB, Seyla. **Democracy and Difference: contesting the boundaries of the political**. New Jersey: Princeton University Press, 1996.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BLUMLER, Jay; GUREVITCH, Michael. A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja Editora, 1999.
- BOBBIO, Noberto; MATTELUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOHMAN, J. *Democracy across borders: from Dêmus to Dêmoi*. Cambridge, 2007.
- BORDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: 1989.
- CABO, Ana I. *Os Novos Movimentos Sociais e os Média: os movimentos antiglobalização nas páginas do Público*. Novo Horizonte: Lisboa, 2008.
- CASTELLS, M.: *El Poder De La Identidad (La era de la información: Economía, sociedad y cultura, Vol. 2)*. Madrid (Alianza Editorial), 1997.
- CARROLL, W; HACKTETT, R. *Democratic media activism through the lens of social movement theory*. London, 2006.
- CALHOUN, Craig. *Habermas and the Public Sphere*. USA, 1992.
- CHAMBERS, S. *Democracy deliberative theory*. In: *Review in Advance*, 2003, p. 307-26.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CORREIA, João Carlos. *A Teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- COHEN, Joshua. *Produce and Substance in Deliberative Democracy*. In: BENHABIB, Seyla. **Democracy and Diference: contesting the boundaries of the political**. New Jersey: Princeton University Press, 1996.
- _____ ; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. MIT Press, 1992.
- COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973.

DAGNINO, Evelina. *¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DELLI CARPINNI, M. X. (2004). *Mediating democratic engagement: The impact of communications on citizens' involvement in political and civic life*. In L. Lee Kaid (Ed.), *Handbook of political communication research*. London, 2004.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. Blackwell Publishing, 2006.

DRYZEC, S. J; *Discursive Representation*. In: *American Political Science Review*, 2008.
_____; *Democratization as deliberative capacity building*. In: http://deliberativedemocracy.anu.edu.au/documents/Dryzek2007_000.pdf. Último acesso em 03 de janeiro de 2012.

ECO, Umberto. *A pasos de cangrejo*. Bogotá, 2007.

ESTEVES, João Pissara. *Comunicação, media e identidades: Sobre políticas de reconhecimento, Novas Identidades e movimentos sociais*. In: *Comunicação e Identidades Sociais*, Lisboa, 2008.

_____. *O espaço público e os media*: sobre a comunicação entre normatividade e facticidade. Lisboa, 2005.

_____. *Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social*. São Leopoldo/RGS: Unisinos, 2003.

_____. *Opinião pública e democracia na sociedade da informação*. Disponível na internet. <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acesso em: 15 de março de 2011.

FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005.

FRASER, Nancy. *Escalas de justicia*. Trad. Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, 2008.

_____. *Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. New York, London: Routledge. 1997

_____. *Gender Equity and Welfare State: A Postindustrial Thought Experiment*.

GAMSON, W. *Bystanders, Public Opinion, and the Media*. In: *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford, 2004.

GANS. Hebert J. *Democracy and the news*. Oxford University Press, 2004.

_____. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. New York: Panteon Books, 1979.

- GINSBORG, Paul. *Silvio Berlusconi: television, power and patrimony*. Verso, 2005.
- GOFFMAN. *Frame analysis. An essay of the organization of experience*. New York: Harper and Row, 1984.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*. Vozes, 2010.
- _____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 2008.
- GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley, *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOODWIN, J.; JASPER, J; POLLETTA, F. *Emotional Dimentions of Social Movements*. In: *The Blackwell Compenion to Social Movements*. Oxford, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Volume I. Madrid: Taurus, 1984.
- _____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1997, v. II.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- _____. *A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas*. In: Revista Novos Estudos CEBRAP, 103-114, 1987.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. *A Inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *Political Communication in Media Society – Does Democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research*. Germany, 2006.
- HALLIN, D.; MANCINI, P. *Sistemas de media: estudo comparativo*. Livros Horizonte: Lisboa, 2010.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- _____. e outros. *A produção social das notícias*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Editoria, 1999.

HONNETH, Axel. *Disrespect: The Normative Foundations of Critical Theory*. Cambridge: Polity Press, 2007.

_____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. USA, Verso, 2003.

INTERVOZES. *Contribuições para a construção de indicadores do Direito Humano à Comunicação*. São Paulo, 2010.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LANDOWSKI, Eric. *A Sociedade Refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LESTER, Marylin; MOLOTCH, Harvey. *As Notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja Editora, 1999.

LIMA, A. Venício; Lopes, A. Cristiano. *Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999 -2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política*.

MAIA, Rousiley C. M. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick, *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

MEAD, George. *Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

_____. *La naturaleza de la experiencia estética*. Athenea Digital, num. 0, 2001.

_____. *The Social Self*. *Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, 10. Disponível em 27 de maio de 2011 de <http://www.brocku.ca/MeadProject>.

MELLO, R. *Comunicação de interesse público*. Massangana: Recife, 2004.

MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes – Collective Action in the Information Age*. Cambridge, 1996.

MONDAINI, Marco. *Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo*. Editora Universitária (UFPE): Recife, 2008.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

OFFE, Claus. *Modernity and the state: East, West*. MIT Press, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

- KELLNER, D. *Habermas, the Public Sphere, and Democracy: A critical intervention*. Disponível em <http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/papers/habermas.htm>. Último acesso em 23 de junho de 2011.
- ROCHA, H.; MARROQUIM, R. *O papel do jornalismo no processo democrático: a ética do discurso como essência da democracia deliberativa*. In: Estudos em Comunicação Nº 09, 143-160, Lisboa, 2011.
- RODRIGUES, Adriano D. *O público e o privado*. In: *Revista de Comunicação e Linguagens* 2. Lisboa, 1985
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja Editora, 1999.
- SERRANO, Pascual. *Desinformación: como los medios ocultan el mundo*. Barcelona, 2009.
- SILVEIRINHA, Maria João. *Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público*. Disponível na internet. <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acesso em: 25 de junho de 2011.
_____. *Identities, Media e Política*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- SCHUTZ, Alfred. *The world as a taken for a granted – Ed. Kluwer*. Collected papers. Vol I, 1982.
_____. *El problema de la realidad social*, Escritos I. Buenos Aires, 2003.
_____. *O estrangeiro: um ensaio em psicologia social*. In: *Revista Espaço Acadêmico*, Nº 113, outubro de 2010.
- SNOW, A. D. *Framing Process, Ideology, and Discursive Fields*. In: *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford, 2004.
- SODRÉ, M. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TRAQUINA, Nelson. *A tribo jornalística: uma comunidade transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- TARROW, S. *Power in Movement - Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge University Press, 2011.
- THOMPSON. E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOMASINI, Marina Edith. *Un Viejo pensador para resignificar una categoría psicosocial: George Mead y la socialización*. *Anthena Digital – núm 17: 137-156*, Córdoba, 2010.

TOURAINÉ, A. *On the frontier of Social Movements*. Londres, 2004.
_____. *O mundo das mulheres*. Vozes, 2010.
_____. *Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento dos atores não sociais*. Vozes, 2011.

TUCHMAN, Gay. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.
_____. *A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja Editora, 1999.

UNESCO. *Indicadores de Desenvolvimento da mídia: Marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação*. Aprovado pelo Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC), em março de 2008.

WOLF, M. *Mass media: contextos e paradigmas*. Presença: Lisboa, 1999.

APÊNDICE

1. Modelo da ficha de registro

Ficha de registro nº

Data:

Página:

1. Veículo:

- 1 – JC
- 2 – DP
- 3 – FPE

2. Editoria:

- 1 – Política
- 2 – Economia
- 3 – Esportes
- 4 – Cotidiano/Polícia/Últimas
- 5 – Brasil
- 6 – Cultura
- 7 – Internacional
- 8 – Suplementos
- 9 – Carta aos leitores
- 9 – Outras
- 99 – NA

3. Se “Suplementos”

Qual? _____
99 – NA

4. Tipo do Texto Analisado:

- 1 – Matéria sem assinatura
- 2 – Matéria assinada
- 3 – Editorial
- 4 – Artigo [opinião]
- 5 – Coluna.
- 6 – Outros
- 99 – NA

5. Se “Coluna”

Qual? _____
99 – NA

6. Versões:

- 1 – Única Versão
- 2 – Mais de uma Versão

- 3 – Não houve controvérsia
- 99 – NA

7. Se Versão Única:

- 1 – Não é a Versão do Movimento
- 2 – É a Versão do Movimento
- 99 – NA

8. Se Há Mais de Uma Versão

- 1 – As Versões Ouvem o Movimento
- 2 – As Versões Não Ouvem o Movimento
- 99 – NA

9. Fontes da Matéria

- 1 – Sociedade civil
- 2 – Poder público
- 3 – Proprietário/Empresariado
- 4 – Sociedade Civil e Poder Público
- 5 – Sociedade Civil e Proprietário/Empresariado
- 6 – Poder Público e Proprietário/Empresariado
- 7 – Sociedade Civil, Poder Público e Proprietário/Empresariado
- 99 – NA

10. Povo Fala/Personagens Citadas:

- 1 – Só favoráveis à causa do movimento
- 2 – Só contra a causa do movimento
- 3 – Favoráveis e contrários à causa do movimento
- 4 – Posicionamento não identificado
- 5 – Não há personagens/povo fala
- 99 – NA

11. A Matéria Principal Possui Box?

- 1 – Sim
- 2 – Não

12. A Matéria Principal Possui Vinculada?

- 1 – Sim
- 2 – Não

13. A matéria analisada é uma suíte [continuação nos dias seguintes]?

- 1 – Sim, é uma suíte
- 2 – Não, é a primeira matéria sobre o fato

14. Reconhecimento da motivação ou causa reivindicada pelo movimento social

- 1 – Há reconhecimento da motivação ou causa reivindicada pelo movimento social
- 2 – Não há reconhecimento da motivação ou causa reivindicada pelo movimento social

15. Reconhecimento da associação entre a motivação ou causa reivindicada pelo movimento social e a questão dos direitos humanos.

- 1 – Há associação entre a motivação e a causa reivindicada pelo movimento social e a questão dos direitos humanos
- 2 – Não há associação entre a motivação e a causa reivindicada pelo movimento social e a questão dos direitos humanos

16. Qual é a causa do movimento citado:

- 1 – Reforma agrária
- 2 – LGBTs
- 3 – Negro/Afro
- 4 – Quilombola
- 5 – Habitação
- 6 – Sindical
- 7 – Criança e Adolescente
- 8 – Estudantil
- 9 – Gênero
- 10 – Religião
- 11 – Idoso
- 12 – Indígena
- 13 – Não define [MNDH etc.]
- 14 – Outra
- 99 – NA

17. Se outra Causa,

- Qual?
- 99 – NA

18. Enquadramento:

- 1 – Muito Positivo
- 2 – Positivo
- 3 – Neutro
- 4 – Negativo
- 5 – Muito Negativo
- 99 – NA

19. Se enquadramento positivo ou muito positivo, há vínculo entre o movimento social e adjetivos ou substantivos apreciativos?

1 – Sim, apenas um adjetivo ou substantivo apreciativo

2 – Sim, mais de um adjetivo e/ou substantivo apreciativos

3 – Não

99 – NA

20. Se houve vínculo positivo, qual(is) o(s) adjetivo(s) e/ou substantivo(s) vinculado(s)?

99 – NA

21. Se enquadramento negativo ou muito negativo, há vínculo entre o movimento social e adjetivos ou substantivos pejorativos?

1 – Sim, apenas um adjetivo ou substantivo pejorativo

2 – Sim, mais de um adjetivo e/ou substantivo pejorativos

3 – Não

99 – NA

22. Se houve vínculo negativo, qual(is) o(s) adjetivo(s) e/ou substantivo(s) vinculado(s)?

99 – NA